LETÍCIA CARDOSO BARRETO

PROSTITUIÇÃO, GÊNERO E SEXUALIDADE: HIERARQUIAS SOCIAIS E ENFRENTAMENTOS NO CONTEXTO DE BELO HORIZONTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

Letícia Cardoso Barreto

PROSTITUIÇÃO, GÊNERO E SEXUALIDADE: HIERARQUIAS SOCIAIS E ENFRENTAMENTOS NO CONTEXTO DE BELO HORIZONTE

Dissertação apresentada à banca examinadora do Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social

Linha de pesquisa: Política, Participação Social e Processos de Identificação

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado

Belo Horizonte, Agosto de 2008

Barreto, Letícia Cardoso
B273p Prostituição, gênero e sexualidade : hierarquias sociais
e enfrentamentos no contexto de Belo Horizonte / Letícia
Cardoso Barreto. - 2008

158 f.

Orientador: Marco Aurélio Máximo Prado. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Psicologia - Teses 2 Prostituição - Teses 3.Sexo - Teses. 4. Politização - Teses I. . Prado, Marco Aurélio Máximo II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas III. Título

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a todas as prostitutas que fizeram parte desta pesquisa, me aceitando em seus locais de trabalho, me passando informações riquíssimas e se colocando disponíveis em diversos momentos. Obrigada também pelas conversas informais, pelos momentos de descontração e pelos risos. Agradeço especialmente à Cleusy, à Carla, à Cátia, à Rosa e à Cláudia, vocês fizeram de mim uma pessoa melhor e ficarão para sempre em minha memória.

A todas as pessoas das instituições e grupos que visitei e que aceitaram contribuir com entrevistas, materiais e conversas. Aos membros da Davida, da Fio da Alma, da APS-BH, da RBP, do NEP, da AMOCAVIM. À Gabriela Leite, por sonhar e por buscar tornar cada sonho realidade.

Aos membros do GAPA-MG por terem acreditado no meu trabalho e por me oferecerem oportunidades que não teria de outras formas. Em especial, agradeço ao Roberto Chateaubriand Domingues por ter sido um ótimo interlocutor ao longo desses anos e que instigou em mim uma vontade de saber que até hoje me motiva a pesquisar cada vez mais.

Ao meu orientador, Marco Aurélio Prado, que esteve sempre atento e presente, questionando minhas certezas e me permitindo trilhar caminhos que não imaginei serem possíveis.

Aos integrantes do Núcleo de Psicologia Política da UFMG, por todos os momentos de discussão acadêmica ou não-acadêmica. Agradeço principalmente à Júnia Monteiro, por ter feito parte desse trabalho.

Aos professores do departamento de psicologia da UFMG que vem fazendo parte da minha história há tantos anos e que, cada um de forma diferente, contribuíram em muito para o meu crescimento. Em especial, obrigada à Cláudia Mayorga, à Vanessa Barros e à Sandra Azerêdo.

À minha família de sangue que tem sido o meu porto seguro ao longo dos anos e que entendeu minhas ausências nas fases finais desse trabalho. À minha mãe, Guiomar, que sempre esteve ao meu lado, me dando forças para seguir meus caminhos e aceitar meus erros sem desistir. Ao meu pai, Vinício, que sempre acreditou em mim e em meu potencial, me fazendo buscar ser cada vez melhor. Às minhas irmãs, Rachel, Luísa e Alice, minhas grandes e inseparáveis amigas. Em especial, obrigada à Rachel pela leitura cuidadosa e pela revisão deste texto. Aos meus avós, Lygia, Benito e Irá, nos quais me inspiro a cada momento.

À minha família de coração que aos poucos foi se tornando parte da minha vida. Em especial, agradeço ao Gora, por tantos momentos juntos. Aos meus sogros e cunhados que aceitaram fazer parte desta família. Aos amigos que tenho cultivado e que têm estado presentes em tantos momentos. Principalmente gostaria de agradecer ao Ricardo que tem sido fundamental em minha vida.

Ao Raul pelas inúmeras conversas e trocas, pelas comemorações nas alegrias, pela força nos momentos difíceis e pela paciência com minha insegurança. Obrigada por ter estado ao meu lado em todas as direções que quis seguir e em todos os objetivos que quis alcançar e por querer continuar realizando tantos sonhos conjuntos.

Resumo

Prostituição, gênero e sexualidade: hierarquias e enfrentamentos no contexto De Belo Horizonte

A presente pesquisa teve como objetivo compreender diferentes formas de hierarquização social e os modos como têm sido politizadas e enfrentadas por prostitutas. Objetivamos levantar, principalmente, as opressões ligadas ao sexo, ao gênero e ao trabalho, destacando os sentidos que são atribuídos a essas e quais os modos de resistência e de questionamento que têm surgido. Foram utilizadas estratégias metodológicas como a visita à áreas de prostituição, a observação participante, a coleta documental, o registro em diário de campo e entrevistas, que foram o foco analítico do trabalho. Os resultados apontaram que cada uma das hierarquias atua por lógicas próprias que determinam diferentes modos de opressão. A atividade da prostituta é fregüentemente desvalorizada enquanto um trabalho, apesar de possuir lógicas próprias de organização. Notamos ainda que, embora seja vista muitas vezes como algo negativo e desumano, é uma ocupação que permite a obtenção de prazer, aprendizado e realização. A principal hierarquia de gênero localizada foi a separação das mulheres em "putas" e "santas", categorias essas que são naturalizadas, o que interfere tanto nas experiências das prostitutas quanto das demais mulheres, que se vêem obrigadas a se conformar à norma. No campo da sexualidade, são demarcadas linhas entre uma sexualidade boa ou normal e uma ruim ou anormal, que levam a visões da prostituição como algo intrinsecamente negativo. Apesar de cada uma dessas hierarquias possuir uma lógica própria, as categorias se articulam de forma a originar novos meios de opressão. Desse modo, a crença que se tem de que as mulheres são "putas" ou "santas", por exemplo, pode levar a maneiras completamente diferentes de vivenciar e significar a sexualidade e o prazer. Por outro lado, o prazer pode atuar de modo a desvalorizar a prostituição como um trabalho. As entrevistas indicaram ainda que tem havido um questionamento das hierarquias por parte das prostitutas. Os enfrentamentos têm ocorrido tanto em organizações de prostitutas como em contextos invisibilizados, como as conversas informais ou as relações sexuais com os clientes.

Abstract

Prostitution, gender and sexuality: hierarchies and confrontations in the context of Belo Horizonte

This research aimed to comprehend how prostitutes confront and politicize different social hierarchies in the context of Belo Horizonte. The oppressions related to sex, gender and work were analyzed, to point out their meanings and the forms of resistance and questioning they present. Different methodological strategies were used, such as participant observation, document collection, field diary registration and interviews, which were the analytical focus of the research. The results showed that each hierarchy operates through its own logic and produces different forms of oppression. The prostitution is frequently devaluated as a work, despite its proper means of organization. Even though usually seen negatively, the occupation allows the attainment of pleasure, learning and accomplishment. The main gender hierarchy found was the division of women between "saints" and "whores", which shapes both sex worker's and other women's experiences, obliging them to conform to the norm. Regarding sexuality, lines are drawn between the good or normal sexuality and the bad or abnormal one, which leads to notions of prostitution as something intrinsically negative. Although each hierarchy possesses its own logic, the categories merge and originate new ways of oppression. The belief that women are either "saints" or "whores", for example, can lead to completely different ways of living and understanding sexuality and pleasure. On the other hand, the pleasure can devaluate prostitution as a work. The interviews indicated that the prostitutes question the hierarchies. The confrontations occurred in organizations of prostitutes and also in "invisible" contexts, such as informal conversations or sexual relations with the customers.

Lista de Abreviaturas

ADE	Área de Diretrizes Especiais
AMAVI	Associação Mineira de Agentes da Vida
AMOCAVIM	Associação dos Moradores do Condomínio e Amigos da Vila Mimosa
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Acquired Immune Deficiency
	Syndrome)
APROSBA	Associação de Prostitutas da Bahia
APS-BH	Associação de Profissionais do Sexo de Belo Horizonte
во	Boletim de Ocorrência
CBO	Classificação Brasileira das Ocupações
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CCUFMG	Centro Cultural da Universidade Federal de Minas Gerais
CTA	Centro de Testagem e Aconselhamento
DASSC	Dignidade, Ação, Sexualidade, Saúde e Cidadania
DOM	Diário Oficial do Município de Belo Horizonte
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
GAPA-MG	Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS de Minas Gerais
GEMPAC	Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana (Human Immunodeficiency Virus)
ISER	Instituto de Estudos da Religião
MUSA	Mulher e Saúde
NEP	Núcleo de Estudos sobre Prostituição
NPP	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Psicologia Política
ONG	Organização Não Governamental
OPS	Organização Pan-Americana de Saúde
PL	Projeto de Lei
PMM	Pastoral da Mulher Marginalizada
PN	Programa Nacional
RBP	Rede Brasileira de Prostitutas
SMURB	Secretaria Municipal de Políticas Urbanas
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNGASS	Assembléia Geral das Nações Unidas

Sumário

1	Introdução	9
	1.1 Apresentação da pesquisa	9
	1.2 Objetivos da pesquisa	29
	1.3 Aspectos metodológicos	30
	1.3.1 Visitas e mapeamento de áreas de prostituição	30
	1.3.2 Observação participante	31
	1.3.3 Coleta documental	32
	1.3.4 Entrevistas	33
	1.3.4.1 Entrevistas com informantes-chave	34
	1.3.4.1 Entrevistas com prostitutas de Belo Horizonte	35
	1.3.1 Registro em diário de campo	38
	1.4 O caminho a ser seguido	38
2	Prostituição e trabalho	40
	2.1 Prostituta, profissional do sexo, trabalhadora do sexo	40
	2.2 O trabalho da prostituta	42
	2.2 O trabalho da prostituta em Belo Horizonte	53
	2.2.1 Prostituição em boates	54
	2.2.1.1 Boates no Barro Preto	55
	2.2.1.2 Boates da região central	55
	2.2.2 Prostituição nas ruas	56
	2.2.2.1 A praça da rodoviária (Praça Rio Branco)	57
	2.2.2.2 A Avenida Afonso Pena	58
	2.2.3 Prostituição em hotéis	61
3	Histórias da prostituição no Brasil	67
	3.1 A utopia da higiene e o controle da prostituição	69
	3.2 HIV/AIDS: enfrentando a epidemia e agindo coletivamente	82

	3.3 Políticas de uso do espaço urbano e as áreas de prostituição	100
	3.3.1 A construção do viaduto da Lagoinha	101
	3.3.2 O início do processo de revitalização e o fechamento de hotéis	102
	3.3.3 Revitalização da Rua Guaicurus	105
	3.4 Políticas de uso do espaço urbano: possibilidades e entraves à mobilização	108
4	Gênero, feminismo e prostituição	. 112
	4.1 Identidades: sobre igualdades e diferenças	115
	4.1.1 Nós, os homens, e elas, as mulheres	116
	4.1.2 Nós, as santas, e elas, as putas	119
5	Sexualidade e poder	. 126
	5.1 A sexualidade da prostituta	133
6	Considerações finais	. 139
7	Referências bibliográficas	. 145
8	Anexos	. 154
	8.1 Roteiro para entrevista com prostitutas	156
	8.2 Termo de consentimento livre e esclarecido	157

1. Introdução

1.1. Apresentação da pesquisa

O meu contato com o universo da prostituição se iniciou no começo de 2005, quando decidi procurar o GAPA-MG (Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS de Minas Gerais) para realizar estágio. Entramos¹ em contato com Roberto Chateaubriand Domingues, que seria o nosso supervisor de estágio. Lembro que, quando pensamos em fazer o estágio, não sabíamos bem o que iríamos fazer, mas minha cabeça estava repleta de idéias. Além da curiosidade que tinha a respeito da prostituição, queria poder ajudar estas mulheres de alguma forma. Afinal, podia já imaginar o profundo sofrimento que deveriam sentir, se submetendo aos homens, sendo obrigadas a todo tipo de prática sexual e ainda ganhando pouco dinheiro em troca disso tudo. As reuniões com o Roberto Domingues, desde o começo, foram fundamentais ao questionamento de todas essas visões. Sempre nos falava de prostitutas que têm autonomia, que têm poder sobre o seu corpo, e tudo aquilo, para mim, parecia inimaginável. Como ainda não tínhamos planos para o estágio, Roberto Domingues sugeriu que acompanhássemos Flávia e Jagueline, voluntárias do GAPA-MG, no trabalho de campo que realizavam na praça da rodoviária (Praça Rio Branco) e nos hotéis de prostituição localizados na região central de Belo Horizonte. Este trabalho consistia, principalmente, na distribuição de preservativos e de materiais como jornais e informativos.

_

¹ O estágio foi realizado junto com Marina Veiga França e Ana Clara Martins Lara

Quando pensava nos hotéis, várias imagens vinham à minha cabeça. A primeira era das mulheres que se prostituem. No meu imaginário, sempre as vi como mulheres lindas, jovens, sensuais, vulgares, perdidas, sofridas e mais um sem fim de adjetivos que buscavam caracterizá-las. Parecia que quando tentava pensar nessas mulheres tentava entender o que as levava a essa ocupação (vulgares, perdidas) e também o que fazia com que os homens as procurassem (lindas, jovens). Imaginava também os homens que encontraria por lá, depravados, sedentos por sexo. Esta imagem me deixava, inclusive, com receio de ser confundida com uma prostituta e de ser abordada por algum desses homens.

Por ter nascido e vivido em Belo Horizonte, sempre ouvia histórias dos "hotéis da Rua Guaicurus", mas nunca tinha ido lá. Os hotéis se localizam, principalmente, em quatro quarteirões, nas ruas São Paulo e Guaicurus, em uma área bem central da cidade². Além dos hotéis, a área possui diversos comércios, mas alguns dos empreendimentos são voltados ao mercado do sexo (como as cabines eróticas). Com a má fama da região, acaba não sendo freqüentada por "pessoas de bem" ou "moças de família", afinal, ir à Rua Guaicurus significa, no imaginário local, não ser respeitável. Assim, ir aos hotéis, para mim, foi uma experiência muito marcante.

Ao chegar aos tais quarteirões, a primeira coisa que me chamou a atenção foi que, para transeuntes pouco atentos, poderiam se confundir com quaisquer outros da área central de Belo Horizonte. Há vários empreendimentos comerciais e um grande movimento de pessoas. Em meio a tanto movimento, os hotéis parecem invisíveis, é preciso estar atento para saber onde estão e quais são. Muitos não possuem placas e o que indica sua localização são as pequenas portas, em geral com um segurança sentado, e uma escada íngreme e estreita que leva ao segundo andar.

É notório também o entra-e-sai constante de homens por estas portas. Como as entradas são pequenas e o movimento na rua é grande, os clientes, assim que deixam os hotéis, se confundem com os transeuntes, tornando-se invisíveis também. E se é uma área de prostituição, podemos perceber que há mais uma invisibilização: a das próprias mulheres. As prostitutas que chegam ao local de trabalho ou que deixam o mesmo também se confundem com as pessoas que apenas passam pelo

² Um mapa da localização dos hotéis é apresentado na página XXX

local. Lembro que, nessa primeira vez que fui à área dos hotéis, essas imagens, que na verdade são uma não-imagem, uma imagem da invisibilização, ficaram profundamente marcadas em mim.

Os lugares de prostituição, em geral, são lugares públicos em regiões centrais das cidades, embora se encontrem "camuflados", sendo emblemáticos da relação entre público e privado na prostituição. Mesmo escondidos, muitos locais são reconhecidos pela população e pelo poder público como sendo áreas de prostituição. No caso de Belo Horizonte, a presença desses hotéis garante que a "pouca vergonha" fique escondida do público, embora todos reconheçam a sua existência. De acordo com Freitas (1985), a segregação física imposta pelo bordel faz com que as prostitutas se sintam excluídas, separadas da sociedade. Afirma ainda que muitas mulheres não associam sua entrada na prostituição ao primeiro programa, mas ao comparecimento ao bordel.

Com todas essas idéias e questões, subi, pela primeira vez, as escadas de um hotel de prostituição. A escada era bastante íngreme e estreita de forma que tínhamos que nos manter de um dos lados da escada, enquanto as várias pessoas que desciam passavam pelo outro e não havia como evitar contatos ocasionais com os corpos e com os olhares daqueles que desciam. Chegando à parte de cima, nos deparamos com um corredor repleto de portas. Cada uma era de um quarto ocupado por uma prostituta, que ficava deitada na cama ou em pé na porta do mesmo. A luz era fraca, as mulheres se encontravam nuas ou seminuas e os homens circulavam de porta em porta procurando aquela que mais lhes agradasse, ou apenas observando. Aqui, tudo mudava. Não havia mais dificuldade em separar prostitutas e clientes. As prostitutas não eram mais invisíveis, aqui era o lugar delas, onde todos os olhares estavam voltados em sua direção.

Antes de começarmos as abordagens, sempre conversávamos com o gerente, para que nos autorizasse a fazê-lo. Em geral, não tínhamos problemas com isso, já que o trabalho era feito com freqüência. Além disso, o GAPA-MG não é a única instituição que atua nos hotéis e são freqüentes, por exemplo, as abordagens feitas pela Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM). Desse modo, os diversos personagens desse "submundo", como prostitutas, clientes, gerentes e seguranças, já estão acostumados à presença de "pessoas de fora". Este costume faz com que haja uma

demarcação clara entre pessoas "de fora" e "de dentro", sendo que foram poucas as vezes, ao longo de toda a pesquisa, que fui abordada por um cliente desavisado ou que ganhei um olhar desconfiado de alguma prostituta. Outro ponto interessante é que, assim que começamos a subir as escadas e a esbarrar com mulheres e clientes, imediatamente começavam a perguntar "E aí? Tem camisinha hoje?", demarcando também o papel que esperavam que desempenhássemos.

Começamos então o trabalho. As voluntárias do GAPA-MG iam à frente e nós, as estagiárias, íamos atrás, sem saber como nos comportar e tentando, aos poucos, nos familiarizar com aquele mundo. Em geral, Flávia e Jaqueline distribuíam o material e verificavam se as mulheres tinham dúvidas sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) ou Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS). Era interessante que algumas das prostitutas pareciam ficar bastante à vontade com a abordagem, nos chamando para entrar em seus quartos e trocando confidências. Esse fato, provavelmente, era fruto não apenas do convívio freqüente pelo trabalho de campo, mas também era influenciado por Flávia, naquele momento, trabalhar em um dos hotéis.

O universo dos hotéis de prostituição pareceu para mim, num primeiro momento, completamente incompreensível. Não entendia suas regras de funcionamento, suas relações, seus significados. Moraes (1996) conta que, nos primeiros contatos que efetuou na Vila Mimosa (RJ), esta lhe pareceu um espaço inapreensível e repleto de informações, o que levou à necessidade de inúmeras visitas antes que começasse a apreender esta realidade. O mesmo ocorreu nesta pesquisa, sendo que os contatos informais ocuparam um lugar fundamental não apenas de coleta de dados, mas de estabelecimento de vínculos e de abertura de espaços.

Durante cerca de dois meses, acompanhamos o trabalho das voluntárias do GAPA-MG, o que nos permitiu ir aos poucos conhecendo o ambiente e reconstruindo idéias e crenças sobre a prostituição. A coisa que mais me instigava era entender, afinal, quem eram essas mulheres e o que estavam fazendo ali. Se antes achava que eram mulheres novas, bonitas e vulgares, não foi isso que encontrei nos hotéis de Belo Horizonte. Esses hotéis eram ocupados por todos os tipos de mulheres. Algumas eram jovens e sedutoras, mas havia também as mais velhas, algumas com cerca de sessenta anos, que não correspondiam ao imaginário social e da pesquisadora de

como seria uma prostituta. Lembro que, em um desses dias, me peguei pensando que não havia nada que visualmente as diferenciasse. Pensei ainda que eram mulheres tão comuns que, provavelmente, eram mulheres com quem me esbarrava nos ônibus e ruas de Belo Horizonte. Hoje, vejo como essa idéia que tinha era limitada, mas naquela época, para mim, as prostitutas eram pessoas realmente diferentes, pessoas pervertidas, nunca imaginei que me depararia com donas de casa, casadas e com filhos, por exemplo.

Estas idéias foram ainda mais questionadas quando conheci as mulheres que trabalham na praça da rodoviária (Praça Rio Branco). Muitas vezes já havia passado ali para ir à rodoviária, mas nunca tinha prestado atenção às mulheres que lá trabalham e aos clientes que vão buscar seus serviços. Aliás, mesmo sendo uma pessoa que sempre morou em Belo Horizonte, nunca tinha ouvido falar que lá era uma área de prostituição. Quando chegamos ao local para fazer o trabalho de campo, percebi que estava tentando, visualmente, identificar quem seriam as prostitutas, o que me parecia quase impossível. Mais uma vez, essas mulheres se perdiam e se tornavam invisíveis aos olhos pouco treinados. Jaqueline e Flávia já conheciam algumas e fomos ao seu encontro e, chegando mais perto, ficava evidente que quase todas as mulheres sentadas nas muretas da praça estavam lá para se prostituir. Com as constantes visitas ao local, uma das mulheres começou a chamar minha atenção. Dona Maria³ tem pouco mais de sessenta anos, usa saias na altura do joelho, cabelos sempre presos e tem nas mãos uma bolsa e uma sacola em que junta latinhas para reciclagem. A última coisa que podia imaginar ao vê-la era que estava ali se prostituindo, pois parecia uma religiosa ou uma pessoa "de família". Segundo Freitas (1985), essas mulheres se sentem menos segregadas, por estarem mais próximas das pessoas comuns.

Neste processo de reconstrução de idéias e conceitos, duas outras coisas foram fundamentais. Uma eram as reuniões que tínhamos com Roberto Domingues. Ele nos apresentava o mundo da prostituição, que era completamente diferente daquele

_

³ Muitas prostitutas que participaram desta pesquisa não quiseram ter seus nomes verdadeiros revelados. Dessa forma, os nomes citados foram os escolhidos por elas. Em situações em que não foi possível perguntar os nomes que gostariam que usassem, pelo contato breve, por exemplo, optamos também por utilizar nomes fictícios. No caso de lideranças do movimento de prostitutas em geral os nomes foram mantidos.

que povoava o nosso imaginário. Falava das prostitutas como mulheres autônomas, independentes, tudo aquilo nos soava um pouco estranho, mas, paralelamente, parecia representar melhor o mundo com o qual estávamos tendo contato. Outra coisa fundamental foi conhecer o livro de Gabriela Leite, "Eu, mulher da vida" (Leite, 1992), em que essa militante do movimento de prostitutas conta sobre sua vida e sobre seu trabalho como prostituta. O que me chamou mais a atenção naquele momento foi a sua visão, que perpassa o livro, da prostituição como um trabalho como outro qualquer e de que ser prostituta era não só uma escolha, mas, muitas vezes, algo positivo. Essas idéias iam diretamente contra as que eu tinha, daquela mulher submissa que se encontrava na zona por falta de opção.

Passados alguns meses, voltamos a nos reunir com Roberto Domingues para definir os próximos passos do estágio. Ele contou de uma parceria que fora feita com a UNGASS (Assembléia Geral das Nações Unidas Sessão Especial HIV/AIDS) no Brasil, através da qual deveria ser feito um monitoramento com objetivo de estabelecer um panorama sobre a questão da AIDS e da saúde em várias populações, inclusive entre profissionais do sexo. Para tal, deveriam ser realizadas algumas entrevistas, pelas quais ficamos responsáveis.

Durante o planejamento das entrevistas, Roberto Domingues destacava muito a importância de pensarmos as DST/AIDS em termos de vulnerabilidade, de forma que tivéssemos uma visão mais ampla que incluísse não só o sujeito e seus comportamentos, mas também o contexto em que se insere. Elaboramos um roteiro que abrangia, além das questões de saúde, outras relativas ao trabalho, aos direitos humanos, à violência, permitindo um melhor conhecimento da prostituição e das prostitutas. Foram feitas entrevistas semi-estruturadas com seis mulheres que trabalham nos hotéis (dentre elas estavam Cláudia e Cleusy, que foram entrevistadas na etapa final da presente pesquisa). As entrevistas, que foram gravadas e transcritas, foram extremamente ricas e trouxeram informações fundamentais.

Um ponto interessante foi que algumas das mulheres tinham um discurso semelhante àquele que nos havia sido apresentado por Roberto Domingues e Gabriela Leite, falando que a prostituição, para elas, era um trabalho como outro qualquer e que tinham prazer na sua atividade, o que nos deixava bastante

intrigadas. Outro ponto é que existem normas sobre o horário de trabalho, a forma de negociar o programa, entre outras. Exemplo disso é que as mulheres trabalham em turnos, pelos quais pagam uma "diária" (aluguel do quarto por um período de seis ou oito horas).

Durante o estágio, tivemos ainda a oportunidade de ter o primeiro contato com a Associação das Profissionais do Sexo de Belo Horizonte (APS-BH). Conhecemos a presidente e a vice da Associação em um evento promovido pelo GAPA-MG no Dia Internacional da Prostituta (2/6/2005). Dissemos que gostaríamos de conhecer a Associação marcamos de ir à reunião que ocorreria na semana seguinte, na cobertura do hotel de prostituição Montanhês. Cerca de 30 prostitutas participaram da reunião, sendo que algumas pegavam os preservativos distribuídos e se retiravam, outras se mantinham apenas escutando e poucas participavam ativamente. Foram discutidos temas diversos, mas o que mais as mobilizou foi o caso de uma prostituta mantida pelo gerente dentro do hotel até que pagasse a diária. Apesar da gravidade, o caso foi discutido brevemente e a palavra foi cedida a nós, embora tivéssemos como objetivo apenas a observação da reunião. Este acontecimento levou a uma reflexão sobre a forma como essas mulheres se relacionam com "pessoas de fora", aparentando que qualquer que fosse o assunto a ser tratado, seria mais relevante do que algo do seu cotidiano.

No segundo semestre de 2005 realizei outro estágio, sob a supervisão de Vanessa Andrade Barros, em que os estudantes faziam histórias de vida com prostitutas que participavam da APS-BH e comecei a acompanhar as reuniões dessa associação. Essas atividades eram uma parceria entre a APS-BH e o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Psicologia Política (NPP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A história de vida propiciou um contato mais próximo com uma prostituta específica. O acompanhamento das reuniões, por outro lado, permitiu conceber um panorama da Associação.

Nessa época, as reuniões aconteciam no Centro Cultural da UFMG (CCUFMG). Participamos de algumas ao longo daquele semestre, o que nos permitiu uma visão geral dos assuntos discutidos, das participantes e da dinâmica de funcionamento das reuniões. Dentre os assuntos mais freqüentes, podemos destacar: embates com donos de hotéis sobre as condições de trabalho, violência e possibilidade de

desapropriação da área. As reuniões não possuíam uma pauta e as participantes discutiam acontecimentos de seu cotidiano. Apesar disso parecer, à primeira vista, uma falta de organização e de objetivos, posteriormente passei a achar que era um dos poucos momentos que tinham para a troca de experiências, processo fundamental à constituição do "nós". Segundo Melucci (1996), esse processo é relacionado à constituição da identidade coletiva e permite que o grupo seja visto por si e pelos outros como uma unidade, ponto que é fundamental ao estabelecimento de conflitos.

As relações entre pessoas da UFMG e da APS-BH foram marcadas por tensões desde o começo, havendo constantes questionamentos sobre o nosso lugar e os ganhos que teríamos com o trabalho. Muitas vezes, também nos colocavam como mais capazes, diminuindo as integrantes da Associação. Apesar de os projetos terem sido discutidos com as prostitutas durante algumas reuniões, não foi estabelecido um contrato formal, o que viria a ser um problema em etapas posteriores. Sempre que questionados, tentávamos esclarecer as dúvidas para as prostitutas, em especial para as lideranças da APS-BH. Contudo, essas conversas não foram suficientes, o que só se tornou mais claro para nós posteriormente. Em tempo, os conflitos não eram fruto apenas dessa ausência de contrato, mas indicavam também a visão de que esses projetos são sempre uma forma de exploração.

A pesquisa de mestrado teve seu começo no início de 2006 e, ao longo de todo esse ano, acompanhei reuniões e eventos promovidos pela APS-BH (tais como comemoração do Dia Internacional da Prostituta e Dia Mundial de Luta Contra a AIDS). Nesse período, alguns alunos continuaram realizando estágio e foi desenvolvida, por uma aluna do mestrado em psicologia da UFMG, outra pesquisa sobre a questão da prostituição. A saída e entrada de diferentes estudantes nas atividades provocaram mais confusão no entendimento das mulheres acerca de nossos objetivos. Acreditavam que poderíamos sumir (como os estagiários) e que a todo momento o trabalho seria alterado pela presença de novas pessoas. Devido, principalmente, às dificuldades encontradas no campo, o recorte do objeto de estudos foi modificado inúmeras vezes, indo das relações de trabalho, ao estudo da APS-BH, à participação política das prostitutas e ao estudo das hierarquias sociais.

A partir de março de 2006, integrantes da UFMG organizaram um curso de informática a ser oferecido para as prostitutas no telecentro do CCUFMG. Em um dos primeiros dias de curso, fomos chamadas (eu e outras pessoas da UFMG) a conversar sobre esse e sobre um projeto conjunto de fazer camisetas com o nome da APS-BH. Uma das integrantes perguntou se as pessoas que participassem dos projetos receberiam dinheiro. Dissemos que o lucro com a venda das camisetas seria delas, mas que não havia previsão de nenhum tipo de salário. Perguntou-nos então quais os nossos ganhos com esse trabalho, dizia que estava perguntando por que as mulheres da associação estavam questionando-a. Explicamos, mais uma vez, o projeto e que os ganhos que obteríamos seriam acadêmicos e não financeiros, mas ficou evidente a preocupação que tinham com os lucros que tínhamos com o trabalho e também como a relação entre UFMG e APS-BH estava se tornando progressivamente mais tensa. Os constantes questionamentos mostraram haver uma confusão entre o tipo de trabalho desenvolvido pelas universidades e por ONGs, sendo que muitos projetos acadêmicos não possuem financiamentos. Os projetos de ONGs, por outro lado, muitas vezes contam com a participação de pessoas que não são prostitutas e que recebem pelo trabalho, como foi o meu caso ao participar do Projeto Sem Vergonha, o que gera uma idéia de que essas pessoas estão "tomando o lugar das prostitutas" ou "ganhando dinheiro em cima delas". Ademais, ficou clara uma visão que as prostitutas por vezes têm de que todo tipo de ação é uma exploração das mulheres. Foi evidenciada ainda uma incompreensão dos projetos que desenvolvíamos, que provavelmente indicava que o contrato não foi bem estabelecido, como foi apontado no início desta apresentação.

Nessa mesma época, uma prostituta que trabalhava em um hotel foi assassinada por um cliente. A ausência de divulgação do fato na mídia e a postura da dona do hotel, que impediu que arrombassem a porta para acudir a mulher, incomodaram bastante as mulheres. Uma delas chegou a afirmar que isso prova que "as prostitutas não valem nada, valem menos do que uma porta". Várias afirmaram que deveriam fazer algum tipo de manifestação. Apesar disso, algumas diziam ser contra, pelo fato de não querer que a família descobrisse sua ocupação. Outras diziam que as mulheres não tinham união e que nada funcionaria nesse caso. Havia ainda o argumento de que a prostituta deveria ter feito algo errado para ter sido

assassinada, pois ninguém mata "do nada". Esse acontecimento me chamou muito a atenção, tanto pela gravidade quanto pela reação das mulheres. É interessante que, numa situação extrema como essa, elas não se uniram para buscar mais segurança e direitos. Outro ponto fundamental é essa justificativa para a violência, como sendo fruto de algum comportamento das próprias mulheres. Muitas se vêem, devido à sua ocupação, como merecedoras de violências e preconceitos.

Em abril de 2006, foi realizado um mapeamento dos hotéis, em que se construiu um mapa indicativo de sua localização. Como dito acima, a maior concentração dos hotéis se encontra nas ruas Guaicurus e São Paulo e muitos são de difícil identificação pela ausência de placas. O mapa elaborado nessa ocasião, atualizado por causa do fechamento e abertura de hotéis, encontra-se na página 63.

Devido às dificuldades encontradas na relação entre APS-BH e UFMG, resolvemos realizar uma reunião no Núcleo de Psicologia Política, objetivando apresentar os projetos desenvolvidos, os demais integrantes e clarear alguns pontos. A reunião ocorreu no final de abril de 2006. Encontramos com as mulheres no CCUFMG e nos dirigimos para o NPP. Compareceram cerca de 10 integrantes da APS-BH e quase todos os membros do NPP. A reunião foi muito importante para discutirmos, mesmo que brevemente, alguns pontos. Contudo, isso não impediu a ocorrência de conflitos futuros.

A partir de sugestões de diversas mulheres, as integrantes da APS-BH resolveram fazer um concurso para escolher uma marca para estampar uma camiseta e nós as ajudamos no processo de organização desse evento. Tentamos buscar patrocínios em *sex shops* e lojas de produtos de beleza, mas as marcas não aceitaram por não querer vincular sua imagem à prostituição. Foram criados desenhos e frases bastante interessantes. Algumas mulheres combinaram de votar em um mesmo desenho e depois distribuir o prêmio, o que causou irritação de várias das prostitutas. O fato de não termos impedido que isso acontecesse fez com que nos culpassem pelo ocorrido, agravando a tensão.

Em maio de 2006, foi realizada uma reunião no CCUFMG para discutir algumas questões pendentes, da qual participaram os coordenadores do projeto, Marco Aurélio Máximo Prado e Vanessa Andrade Barros. Tentou-se clarear alguns pontos

da relação, como o fato de que não obtínhamos ganhos com o trabalho. Além disso, pretendíamos que as prostitutas pudessem debater mais conosco sobre as ações que estávamos realizando, de forma a permitir uma relação mais democrática.

Em julho de 2006, viajei ao Rio de Janeiro com o objetivo de conhecer a ONG Davida e outras organizações de prostitutas. Para essa viagem, organizamos⁴ alguns roteiros a serem usados em entrevistas com lideranças, com prostitutas e com integrantes de organizações e grupos. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas, como evidenciamos no item sobre os aspectos metodológicos deste trabalho (página 31). Essa viagem foi fundamental à compreensão de como tem se organizado o movimento de prostitutas no Brasil.

O primeiro lugar que conhecemos foi a Davida – Prostituição, Direitos Civis e Saúde, uma ONG que se destaca na busca por direitos das prostitutas e tem como missão fortalecer a cidadania das prostitutas por meio da organização da categoria (DAVIDA, 2006). Tivemos a oportunidade de conversar com várias pessoas dessa organização⁵. Todas as entrevistas foram fundamentais, mas destaco aqui a importância da conversa com Gabriela Leite. Conversamos sobre as origens da Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) e da Davida, sobre seus trabalhos e as diversas associações existentes. Um ponto que ficou evidente foi como integrantes da RBP percebiam de uma forma muito negativa a APS-BH, que não faz parte da RBP.

Fomos conhecer também a área de prostituição chamada Vila Mimosa, que foi a primeira zona de prostituição a constituir uma associação, por ações de Gabriela Leite (ver Moraes, 1996), mas hoje possui uma associação, a "AMOCAVIM – Associação dos Moradores do Condomínio e Amigos da Vila Mimosa" (AMOCAVIM, 2006), que não é reconhecida como integrante da RBP.

_

⁴ Essas visitas foram realizadas junto com Júnia Penido Monteiro, que no momento era aluna do curso de graduação em Psicologia da UFMG, bolsista de iniciação científica e membro do NPP, e Andreia Skackauskas Vaz de Mello, então aluna do mestrado em Sociologia da UFMG, que defendeu sua dissertação intitulada "Burocratização e institucionalização das organizações de movimentos sociais: o caso da organização de prostitutas Davida" em maio de 2007. Optou-se por realizar essa parte da pesquisa conjuntamente devido às possibilidades de intercâmbio e diálogo entre as pesquisas, que foi de fundamental importância.

⁵ A lista completa das entrevistas realizadas durante esta visita se encontra na página 36.

A Vila Mimosa antigamente ficava na Região do Salgueiro, no Rio de Janeiro, mas foi transferida para a Praça da Bandeira, devido à revitalização da área em que estava localizada. A Vila é composta por inúmeros bares com mesas nas ruas, em que ficam tanto as prostitutas quanto os homens. Existem becos com outros bares, alguns com música alta e iluminação colorida. Fizemos a entrevista no Centro Cultural e depois fomos conhecer a Vila. A prostituição é uma ocupação que toma características muito diversas em cada cidade. Dessa forma, conhecer o modo como se organiza em cada uma se torna fundamental. Diferentemente de Belo Horizonte, as mulheres ficam nos bares ou boates e, quando vão fazer os programas, "pegam a chave" de algum quarto. O programa custa cerca de 25 reais e "a chave" (aluguel do quarto para realizar um programa) custa 5, pagos ao dono da casa.

Realizamos ainda visita à Fio da Alma (RJ), que foi fundada no ano de 2001 e é considerada membro da RBP. Nessa ocasião, entrevistamos conjuntamente três integrantes da ONG. Foi interessante que, apesar de as entrevistadas afirmarem não entender bem o que é a RBP, durante as conversas evidenciaram que conhecem bastante seus objetivos e formas de atuação. Esse fato nos leva a pensar que essa declaração de que não conhecem pode estar mais relacionada a uma não identificação com os objetivos e ações do que um desconhecimento. A fundadora da ONG, Ivanilda, havia trabalhado com Gabriela Leite no ISER (Instituto de Estudos da Religião) e tem participado desde as origens do movimento. Contudo, não conseguimos conversar com ela nessa ocasião. Realizamos uma breve entrevista em novembro de 2006, em Belo Horizonte, no "VI Congresso Brasileiro de Prevenção das DST e AIDS". Durante esse evento, foi possível entrevistar ainda Carmem Lúcia, do NEP (Núcleo de Estudos sobre Prostituição), de Porto Alegre, e Dorothy Castro, da Davida, do Rio de Janeiro. Além disso, foi possível assistir a palestras proferidas por Gabriela Leite, Carmem Lúcia, Dorothy Castro, entre outras, permitindo aprofundar alguns temas que tinham sido observados durante a viagem.

No final de 2006, decidimos que seria interessante um afastamento das reuniões da APS-BH, como meio de enfocar na análise do material coletado até o momento. Dessa forma, compareci a apenas algumas reuniões e eventos ao longo de 2007. Esse afastamento foi muito importante, por permitir uma dedicação maior aos dados

coletados, mas também acabou por influenciar negativamente a relação com a APS-BH.

Ainda no ano de 2006, Roberto Domingues me convidou para ser consultora permanente do Projeto Sem Vergonha – Região Centro-Oeste. Tal projeto foi desenvolvido pela RBP e implantado a nível nacional, tendo como objetivo principal a redução da incidência das DST/AIDS através do reforço institucional da RBP. Organizações de prostitutas e ONGs parceiras ficaram responsáveis por executar o projeto em diferentes regiões do Brasil. O GAPA-MG se encarregou de Belo Horizonte e da região Centro-Oeste, abrangendo as cidades de Corumbá e Campo Grande (Mato Grosso do Sul), Cuiabá (Mato Grosso), Goiânia (Goiás) e Brasília (Distrito Federal). Esse projeto representou para mim uma oportunidade de ter um contato mais próximo com a RBP e com organizações de prostitutas em outros locais, o que permitiu uma ampliação da compreensão do campo de pesquisa. Apesar das inúmeras possibilidades abertas pelo projeto, posteriormente, a minha participação em uma atividade desenvolvida pelo GAPA-MG se mostraria mais um complicador em relação ao trabalho com a APS-BH, como apontarei adiante.

As atividades do projeto Sem Vergonha começaram efetivamente no início de 2007, e permaneci no projeto até fevereiro de 2008⁶. Durante as viagens às cidades em que foi desenvolvido o projeto, foram realizadas: visitas a zonas de prostituição; entrevistas com prostitutas; reuniões com membros dos Programas (Municipais e Estaduais) de DST e AIDS; reuniões com integrantes de ONGs que desenvolvem trabalhos; entrevistas com militantes de grupos de prostitutas. Uma das primeiras atividades desenvolvidas e, para mim e para esta pesquisa, uma das mais importantes, foi a realização das visitas diagnósticas, no mês de abril de 2007. Foi possível observar como cada cidade tem uma forma peculiar de lidar com a prostituição, sendo que as zonas são diferentes e as ações também.

A primeira cidade que visitamos⁷ foi Cuiabá (MT), onde conversamos com integrantes do Programa Municipal e Estadual de DST e AIDS. Chamou-nos a

⁶ Faziam parte da equipe: Roberto Domingues, que foi substituído por Fabiana Leão ainda no início do projeto, Ramon Luis Bello, Cleusy Miranda e Jaqueline Cândido.

⁷ As viagens foram realizadas junto com Fabiana Leão, coordenadora do projeto.

atenção a ausência de projetos que atendessem as prostitutas. Não existia nenhuma ONG ou associação que realizasse algum trabalho, havendo apenas, no momento da visita, um trabalho desenvolvido por uma Pastoral em Rondonópolis, cidade próxima a Cuiabá, e que estava sendo estendido para a capital.

As áreas de prostituição que conhecemos em Cuiabá foram a da Praça da Ponte e a do Beco da Lama, que são bastante próximas. Em frente à praça, há uma rua em ocorre prostituição em todos os bares (cerca de seis) e o Beco da Lama é uma rua pequena que faz esquina com esta. As mulheres que ficam na praça, frequentemente, se confundem com os transeuntes. Quando vão fazer programas, dirigem-se aos quartos localizados no fundo dos bares. Algumas preferem ficar dentro dos próprios bares aguardando os clientes. Quando as abordamos para fazer as entrevistas, muitas disseram que não eram prostitutas ou que estavam apenas tomando cerveja. Dirigimos-nos, então ao Beco da Lama, que era uma rua comprida com casas velhas e mal cuidadas. Uma mulher que estava passando nos indicou os três bares em que ocorre a prostituição. Em apenas um bar uma mulher aceitou conversar conosco, mas desistiu quando a dona do bar chegou e a mandou parar de fazê-lo. As duas entraram e um homem foi à porta do bar com o objetivo de nos intimidar. Essa dificuldade em conseguir falar com as mulheres nos chamou muito a atenção, por ser completamente diferente do que ocorre em Belo Horizonte. Uma hipótese que criamos para isso é que está ligada à ausência de trabalhos e projetos na cidade. Em Belo Horizonte, por exemplo, as mulheres estão acostumadas a serem abordadas por membros de diferentes organizações, se mostrando muito solícitas. Por fim, conseguimos conversar com algumas mulheres de um dos bares. Elas contaram que o trabalho no local ocorre, principalmente de 8 às 20 horas, sendo "um trabalho como qualquer outro", e que cobravam 25 ou 30 reais por programa. O aluguel do quarto pelo período do programa custava 5 a 10 reais, pagos pelo cliente, e ganhavam um preservativo. Costumavam fazer cerca de 4 ou 5 programas em um dia.

A seguir, visitamos Campo Grande (MS). Antes de realizar as viagens, havíamos entrado em contato com membros dos Programas Municipal e Estadual de DST e AIDS, que nos informaram que havia nessa cidade uma prostituta que estava montando uma associação e que já possuíam várias casas de prostituição

mapeadas. Esse fato nos deixou animadas com as perspectivas de realização de trabalho no local. Agendamos uma reunião com integrantes dos Programas e também com essa prostituta. A reunião com integrantes dos Programas de DST e AIDS e lideranças do movimento de prostitutas (as então presidente e vice da associação que estavam montando) foi muito interessante e mostrou como há um trabalho conjunto. Informaram-nos que havia um conflito entre algumas ONGs que faziam projetos com prostitutas, principalmente pelo direito de atuar na área da rodoviária.

A presidente da associação afirmou que possuíam cerca de 30 lideranças em diferentes cidades de Mato Grosso do Sul. A idéia de montar uma associação surgiu no final da década de 90 em função da dificuldade de trabalhar direitos humanos e de ter prostitutas que disseminassem estas informações, daí a busca por lideranças no interior. A maioria das mulheres da associação eram mães, de classe baixa e os programas variavam entre 10 e 20 reais, mas havia programas de 50 a 550 reais. Dessa forma, a associação conseguia abranger classes diversas. A maior dificuldade do trabalho era com as mulheres que cobravam preços altos. A presidente considerava que as que cobram mais são mais exploradas, sendo obrigadas a fazer exame médico e a "transar com gente da alta sociedade sem preservativo".

Na região central de Campo Grande existia um cinema em que faziam programas. Eram exibidos filmes eróticos e as mulheres e travestis aguardavam os clientes em um bar ao lado, na entrada ou dentro da sala. Os programas eram feitos dentro da sala, na "tábua", uma vez que todas as cadeiras foram retiradas e os programas eram realizados no chão. Quando entramos na sala, era possível, apesar da escuridão, vislumbrar alguns corpos. Na rodoviária e nos bares ao redor também ocorria prostituição, sendo que as mulheres cobravam de 10 a 20 reais por programa. O programa durava em média 40 minutos e iam para algum hotel da região ou para os quartos no fundo dos bares.

Existiam ainda, em bairros mais afastados, as casas, que, em geral, eram conhecidas pelo nome de suas donas. Conhecemos duas dessas casas, que tinham forma de funcionamento bastante semelhante, de modo que descreverei apenas uma delas. Era um bar com algumas mesas e um corredor ao fundo que levava aos

quartos. No momento da abordagem, por volta de 16 horas, havia quatro prostitutas em uma mesa conversando e nenhum homem. O preço mínimo do programa era 50 reais e o cliente pagava 15 reais à parte pelo quarto. Em alguns dias, em especial no fim do mês, não fazem nenhum programa, mas a média era de 2 e no máximo 3. A casa funcionava todos os dias a partir das 14 ou 16 horas e fechava quando acaba o movimento. Havia uma média de 15 a 20 mulheres na casa. Todas relataram que a relação com a dona da casa era boa, de amizade, e que não se sentiam obrigadas a beber. Com relação ao movimento organizado de prostitutas, falaram que tinham preguiça de sair de casa e que faltava coragem para se assumir. Quando ouviam falar de alguma reunião não iam por medo de encontrar alguém conhecido.

A próxima cidade que visitamos foi Corumbá (MS), que faz fronteira com a Bolívia. Apesar de não ser capital, Corumbá foi incluída na lista de cidades a serem trabalhadas devido a projetos anteriores vinculados à RBP, como o Projeto Encontros. O projeto foi desenvolvido entre 2003 e 2005 e foi fruto de uma parceria entre o Programa Nacional de DST e AIDS do Ministério da Saúde e a ONG internacional Population Council. Realizou ações de prevenção, diagnóstico e assistência, voltados a prostitutas de Corumbá. O trabalho foi realizado em diferentes áreas de prostituição, como bares e boates, e atendeu 420 profissionais do sexo, sendo que a grande maioria era de mulheres. Apesar de haver sido realizado esse mapeamento durante o projeto, no momento da visita nos relataram a dificuldade de precisar o número de prostitutas que atua em Corumbá, havendo uma grande rotatividade. No período de pesca, que vai de abril a outubro, este número se eleva, uma vez que a cidade é procurada por um grande número de turistas.

Há em Corumbá a DASSC (Dignidade, Ação, Sexualidade, Saúde e Cidadania), que é a principal responsável pelo trabalho de prevenção. A ONG é uma parceria com a Superintendência da Mulher e com o Posto de Saúde João de Brito e tem como objetivo dar continuidade ao Projeto Encontros. A princípio pensaram em uma associação, mas optaram por uma ONG que não tivesse a palavra "prostituta" no nome. Trabalham através de educação de pares, oficinas de DST e cidadania. Realizavam também a festa "Rosa choque", que era um importante momento de confraternização entre prostitutas e moradores da cidade.

Os bares da região central atuam com um horário diferenciado: os da parte baixa da cidade funcionam até 20h e os demais, até as 23h40. As prostitutas da rua normalmente trabalhavam à noite, atendendo em carros e caminhões. O preço variava entre 30 e 50 reais e faziam programas no mato ou em carros, pois bares não possuíam quartos, por ser ilegal. Nas boates os programas eram mais caros, voltados para elite e para os pescadores que vão para a cidade, o preço médio é 150 reais. Em todos os casos quem pagava o quarto era o cliente. Principalmente nas boates, o consumo de bebidas pelas mulheres era forçado como forma de incentivar o cliente.

O trabalho foi facilitado, mais uma vez, pela boa relação entre a coordenação municipal e as integrantes da DASSC, sendo que a reunião foi conjunta. Uma integrante da DASSC acompanhou nossas visitas, facilitando o acesso. A existência do Projeto Encontros foi muito citada, tendo sido algo que também influenciou para que as prostitutas estivessem mais abertas às abordagens.

Na cidade de Brasília (DF), a existência de trabalhos anteriores desenvolvidos por ONGs como o GAPA-DF e o Estruturação facilitou a abordagem das prostitutas, que, em geral, não se opuseram à entrevista. Esta cidade não possuía nenhum grupo formado por prostitutas. O trabalho foi feito principalmente no Setor Hoteleiro Sul, onde ocorria a prostituição de rua no período noturno. As mulheres eram jovens e ficavam em grupos aguardando os clientes, que passavam de carros. Ao ser combinado o programa, cujo preço era bastante variável, se dirigiam a algum motel ou hotel próximo.

Na cidade de Goiânia (GO) as visitas foram feitas junto com uma integrante da ONG lpê Rosa, que já realizou alguns projetos, como o Flor de Pequi, que atendiam a prostitutas. Conhecemos principalmente os locais de prostituição que se encontravam na área conhecida como Dergo, devido às proximidades do Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás (DER-GO). Nesta área, ocorria a prostituição principalmente nos dormitórios e casas, mas havia mulheres na rua também. Nas casas, as prostitutas ficavam nas calçadas ou dentro das mesmas. Algumas moravam nestas. Em cada casa trabalhavam por volta de sete ou dez mulheres, que iam para os quartos para realizar os programas. Muitas afirmaram gostar de trabalhar nesses locais e ter uma boa relação com os donos. Os

dormitórios eram construções fechadas, em que havia uma entrada que leva a um pátio, onde as mulheres ficavam aguardando os clientes, e ao redor existiam os quartos, onde faziam os programas.

Em junho de 2007, senti uma necessidade de resgatar as origens do movimento organizado de prostitutas em Belo Horizonte, uma vez que essas ações poderiam apontar algumas das formas de enfrentamento que haviam ocorrido. Foram buscados informantes que participaram desta história de diferentes modos. Essas entrevistas buscaram abordar temas que incluíam: as origens do movimento, principais projetos desenvolvidos, lideranças, parceiros, antagonistas, mudanças sofridas, entraves, principais eventos, entre outros. Nesste período, foram entrevistados: Roberto Domingues, Clara e Rosa. Roberto Domingues esteve bastante presente nas origens do movimento, principalmente através do Projeto Previna na Prostituição, desenvolvido pelo GAPA-MG e do contato com a RBP. Clara chegou a ser presidente da Associação por um curto período. Rosa foi agente de saúde do GAPA-MG desde o início do Projeto Previna (em 1989), participou da pesquisa-ação "Puta sedução" (da qual falaremos abaixo) e foi vice-presidente da associação que pretendiam formar em Belo Horizonte. As entrevistas foram todas gravadas e transcritas.

Ainda em julho de 2007, as tensões que existiam entre UFMG, APS-BH e GAPA-MG se transformaram em um conflito mais explícito. Como falado antes, ao longo deste ano não acompanhei as reuniões da APS-BH. Contudo, estava ajudando a coordenar reuniões que ocorriam no GAPA-MG, como parte do Projeto Sem Vergonha. Essas reuniões semanais tinham como objetivo implantar algumas ações do projeto e possuíam temas específicos. Participavam das reuniões muitas integrantes da APS-BH, que sempre perguntavam o porquê do meu afastamento e quando voltaria a participar. Resolvi, então, ir a uma reunião. Ao chegar, perguntei à presidente se poderia participar e ela respondeu que não. Falei que a aguardaria do lado de fora para conversar algumas coisas. Enquanto esperava, várias mulheres foram chegando, falando que sentiam a minha falta e perguntando se eu iria participar. Quando a presidente foi conversar comigo, disse que as mulheres tinham resolvido que não queriam mais a minha presença e que eu não poderia mais fazer trabalho com a Associação. Fiquei muito frustrada, pois, até aquele momento,

pretendia estudar a prostituição através da própria APS-BH. Contudo, mais uma vez, foi um fato que evidenciou que o contrato não havia sido bem estabelecido e que não havia uma compreensão do projeto. Algumas horas depois, resolvi ligar para a presidente para conversar com mais calma. Quando liguei, perguntei os motivos para esse corte e ela, várias vezes, desconversou. Falava que as prostitutas não queriam, que já havia outras pessoas da UFMG fazendo trabalho e que, além disso, eu estava trabalhando no GAPA-MG. Nesse momento, percebi que o principal problema era meu trabalho no GAPA-MG, uma vez que as relações entre a ONG e a APS-BH sempre foram tensas. A presidente da APS-BH falou que não queria contato nenhum com pessoas de lá, com exceção do Roberto Domingues. Ficou evidente como a minha participação no projeto, apesar de ter aberto inúmeras portas, acabou dificultando ainda mais essa relação.

À tarde, ocorreria uma reunião do Projeto Sem Vergonha com as prostitutas, que tinha como foco a questão da violência. Logo no início, Cátia⁸ falou que a principal violência que sofrem é a discriminação. Perguntei quem discrimina e respondeu que é a "sociedade" e fomos tentando destrinchar esta afirmativa, trazendo quem são as pessoas e como se dão as violências. As principais pessoas que elas consideravam que as discriminam são: donos de hotel (humilham mulheres que não ganham o suficiente para pagar a diária), outras mulheres (que acham que prostituta é apenas a mulher que "deita"), outras prostitutas (principalmente pela questão da idade), família (não aceita o trabalho), a própria prostituta (não fala que é prostituta, não se assume, tem preconceito). Chamou-me a atenção nessa reunião o fato de não terem citado, por exemplo, os clientes, e o enfoque que deram à discriminação e não à violência física. Além disso, a visão que têm de que elas mesmas se discriminam e não se aceitam. Essas visões apareceram em diversos momentos da pesquisa, mostrando serem de fundamental importância.

Alguns dias depois, recebi uma ligação da presidente da APS-BH. Ocorreu um novo conflito devido a um artigo que eu havia escrito e que ela considerou que falava mal da Associação. Tentei explicar que havia tentado apresentar este e outros trabalhos para elas, mas que a presidente não havia dado abertura para isso. Coloquei-me à

-

⁸ Posteriormente, Cátia foi entrevistada para esta pesquisa.

disposição para debater o tema em questão, mas ela não aceitou. A partir dessa conversa, percebemos que seria impossível continuar tendo a Associação como foco de estudos e modifiquei bastante a pesquisa. Apesar de ter modificado o recorte dado ao objeto, foi impossível ignorar todo o trabalho que foi feito durante o contato com a APS-BH. Por mais que tenhamos optado por não enfocar o estudo da Associação, é inegável que o contato com essa marcou diversos momentos da pesquisa e as formas de pensar sobre esse objeto. Assim, optamos por trazer algumas informações que são importantes à compreensão da pesquisa, mas não fazer uma análise aprofundada do material coletado por meio desse contato. Para mim, foi uma grande perda não poder continuar o estudo da APS-BH, mas devo dizer que realmente a situação estava ficando impossível de ser sustentada.

Afastei-me ainda mais da APS-BH e continuei desenvolvendo o trabalho no Projeto Sem Vergonha, que ainda contou com algumas atividades. Em um momento do projeto, tive a oportunidade de realizar trabalho de campo na área de prostituição localizada na Avenida Afonso Pena. Conversamos com várias prostitutas que trabalhavam na área e o que chamou mais a atenção foi a quantidade de relatos de agressões por parte de transeuntes. Muitas afirmaram que pessoas passavam de carro xingando-as e jogando ovos, lixo ou outras coisas. Uma mulher chegou a relatar que foi estuprada por um "cliente" e que quando foi prestar queixa, o policial disse: "É isso mesmo que vocês estão caçando, entrando no carro de qualquer um". A prostituta falou que não adiantava nada, ela entrou no carro porque quis. Disse que todos acham que porque é prostituta "pode descer o porrete". Em uma dessas abordagens, conhecemos Carla9, uma prostituta que trabalha na Afonso Pena e que está montando uma associação. Contou que tem parceria com a polícia civil e que pretende fazer uma associação estadual, a Associação de Apoio e Defesa aos Profissionais do Sexo de Minas Gerais. O projeto ainda não saiu do papel, mas já existem várias pessoas envolvidas. Em outras ocasiões, Carla foi ao GAPA-MG conversar sobre sua Associação e tivemos algumas reuniões.

Devido às mudanças sofridas no recorte do objeto de estudos, tornou-se fundamental realizar entrevistas com algumas outras prostitutas. Optei por

_

⁹ Carla foi entrevistada em outra etapa da pesquisa.

selecionar algumas que participassem de diferentes grupos (Associação da Afonso Pena, APS-BH, GAPA-MG, PMM) e com as quais eu tivesse uma boa relação. Desse modo, nos meses de fevereiro e março de 2008, foram realizadas entrevistas com quatro prostitutas. Essa foi a última etapa do trabalho de campo.

1.2. Objetivos da pesquisa

A presente pesquisa teve como objetivo compreender diferentes formas de hierarquização social e os modos como têm sido politizadas e enfrentadas por prostitutas. Assim, objetivamos levantar, principalmente, as opressões ligadas ao sexo, ao gênero e ao trabalho. Por outro lado, buscamos os sentidos que são atribuídos a essas formas de inferiorização e quais os modos de resistência e de questionamento que têm surgido. Visamos ainda identificar como essas questões se relacionam a diferentes instituições que desenvolvem trabalhos com esses grupos.

Quando pensamos em prostituição, uma das primeiras idéias que nos vem à mente é a exploração a que estão submetidas as mulheres que a exercem. Pensamos em como são forçadas pela pobreza ou falta de caráter a desempenhar uma ocupação tão maléfica e negativa. Submetidas à vontade dos clientes, vendem seu corpo a baixos preços. Esta pesquisa se justifica por buscar compreender as inúmeras formas de subalternização e por destacar que muitas vezes essas são diferentes daquelas imaginadas por teóricos de diferentes áreas e pelo senso comum. Assim, por vezes as prostitutas se sentem humilhadas não por terem que fazer sexo em troca de dinheiro, mas pela forma como este ato é visto como negativo.

1.3. Aspectos metodológicos

A entrada no campo de pesquisa foi marcada por inúmeras dificuldades, que levaram a alterações tanto no recorte do objeto da pesquisa como nas metodologias usadas. Mendes (2003) propõe a utilização flexível de técnicas disponíveis, articulando-as, como forma de estabelecer ligações provisórias entre fenômenos e descobrir semelhanças e diferenças entre eles, uma vez que se obtém não só variações de perspectiva, mas também de escala. Assim, inicialmente, tendo a APS-BH como foco da pesquisa, objetivou-se realizar observação participante das reuniões e entrevistas semi-estruturadas com integrantes da Associação. Com a reestruturação da pesquisa, optamos por enfocar entrevistas semi-estruturadas, observação de locais de prostituição e registro em diário de campo.

1.3.1 Visitas e mapeamento de áreas de prostituição

Como mostrado na apresentação, a pesquisa e o contato com o campo foram marcados por inúmeras visitas a instituições e a áreas de prostituição. Muitas das visitas foram realizadas a partir do projeto "Sem Vergonha", que permitiu conhecer e mapear áreas de prostituição em diferentes cidades. Durante as conversas com prostitutas, buscava informações sobre a forma de organização da prostituição em cada lugar, questionando-as sobre preços, horários, relação com donos ou agenciadores, etc. Por meio desse projeto, foram visitadas ainda organizações de prostitutas e grupos que desenvolvem trabalho específico com essa população.

Apesar da quantidade de material obtido, aqui será enfatizada a cidade de Belo Horizonte, que é o foco da pesquisa.

Devido à dificuldade em visualizar e localizar os hotéis de prostituição em Belo Horizonte, optamos por fazer um mapeamento desta área. Esse tinha o objetivo de verificar quantos estão em funcionamento e qual a localização de cada um deles. Essas informações foram obtidas em visitas aos hotéis e conversas com prostitutas e seguranças. Além disso, foram usadas informações do *blog* "Complexo de Diversões Guaicurus" (COMPLEXO, 2008), elaborado por clientes. Apesar do mapeamento ter sido realizado em abril de 2006, o fechamento e abertura de hotéis levou à necessidade de alterações no mapa, que se encontra na página 63.

1.3.2 Observação participante

Ciccourel (1990) aponta que a observação participante é um processo pelo qual o observador se insere na situação social objetivando realizar uma investigação científica, colhendo dados através da relação e sendo parte do contexto, modificando-o e sendo modificado. Realizei observação participante em diferentes locais e momentos, destacando-se a observação às reuniões e eventos da APS-BH, com objetivo de obter uma compreensão mais profunda do grupo, de suas formas de ação, seus conflitos, sua rotina e sua dinâmica interna de funcionamento como um todo.

Sobre esse método, May (2004), destaca a existência de seis índices de adequação subjetiva: tempo, lugar, circunstâncias sociais, linguagem, intimidade e consenso social. Assim, é importante um contato de longo prazo, em diferentes situações e lugares, que permita uma aproximação com o grupo e que leve à compreensão dos significados e à possibilidade de acesso aos "bastidores". Considerando essas questões, nesta pesquisa foi realizada observação participante em reuniões da APS-

BH, ocorridas no Centro Cultural da UFMG (CCUFMG), e em eventos promovidos pela Associação em diferentes datas. Observou-se ainda a reunião promovida pelo NPP em que as integrantes da Associação foram convidadas a ir à UFMG para conhecer o trabalho desenvolvido pelos pesquisadores. As observações foram realizadas no período de 8/9/2005 a 5/10/2006. Apesar da riqueza do material coletado, optamos por não mantê-lo como foco da análise, como tentativa de evitar novos conflitos com o grupo em questão.

1.3.3 Coleta documental

Durante as visitas realizadas aos grupos e entidades, foi feita coleta de diferentes materiais produzidos por esses. No caso do GAPA-MG, foi realizada coleta documental principalmente de material produzido durante os projetos "Previna na prostituição" e "Sem Vergonha". Foram feitas também pesquisa e coleta documental na Davida, que possui um grande acervo que inclui os exemplares do jornal "Beijo da Rua" e panfletos de associações. Apesar da ampla gama de material, não foi realizada análise documental, e os documentos foram utilizados como fonte complementar de informações.

1.3.4 Entrevistas

Um dos principais métodos utilizados foi a realização de entrevistas semiestruturadas, que ocorreram em diversos momentos da pesquisa e com objetivos diferentes. Segundo Mendes (2003), a entrevista permite captar não o indivíduo, mas sua inserção social. O autor se refere ainda à necessidade de se ter atenção a vários aspectos da entrevista, tais como sua preparação e as perguntas realizadas, não se atendo apenas aos dados apresentados pelo entrevistado.

A entrevista semi-estruturada possui um roteiro com tópicos e questões a serem abordados. A existência desse permite que um mesmo tema seja abordado com diferentes entrevistados. Contudo, o roteiro pode ser flexibilizado de acordo com os rumos tomados pela entrevista. A ausência de um roteiro fixo, de acordo com Mendes (2003), permite que o entrevistador se deixe surpreender, acompanhando o entrevistado em seu percurso. Seguindo sugestões dos autores (BLEE; TAYLOR, 2002), optamos por realizar primeiro as questões demográficas e manter o "final aberto" de forma que, ao fim da entrevista, os entrevistados pudessem adicionar outras informações que desejassem, o que favorece a discussão e a reflexão.

Os entrevistados foram escolhidos deliberadamente e foram criados e utilizados diferentes roteiros, de acordo com o entrevistado e sua inserção institucional e também com os objetivos que tínhamos em cada momento. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas, tendo em vista que a transcrição, segundo Queiroz (1991), facilita o manuseio do material e permite uma melhor conservação.

1.3.4.1 Entrevistas com informantes-chave

Durante a pesquisa, percebemos a necessidade de realizar visitas a entidades que atuam diretamente com as profissionais do sexo de Belo Horizonte e conhecer organizações de prostitutas ou que têm seu trabalho direcionado para tal grupo social de outras cidades que não Belo Horizonte. Nesses momentos foram realizadas as entrevistas com informantes-chave (BLEE; TAYLOR, 2002), tendo como objetivo questionar pessoas bem posicionadas sobre aspectos como as redes e organizações do movimento, as relações entre os grupos, as estratégias e outros aspectos fundamentais. Assim, os entrevistados foram escolhidos de forma deliberada de acordo com o seu papel no grupo. Outro ponto importante é que essas entrevistas ajudaram a delimitar os focos que foram utilizados nas próximas etapas (BLEE; TAYLOR, 2002).

Foram realizadas no total 16 entrevistas semi-estruturadas com informantes-chave, que se encontram apresentadas na tabela na página 36. Algumas das entrevistas foram individuais e outras em grupo e foram utilizados diferentes roteiros. Os principais momentos em que essas entrevistas ocorreram foram a viagem ao Rio de Janeiro (julho de 2006) e o VI Congresso Brasileiro de Prevenção das DST e AIDS (novembro de 2006), ocorrido em Belo Horizonte. As informações obtidas através de entrevistas, visitas e observação foram complementadas pelos *sites* (AMOCAVIM, 2006; REDE, 2006; DAVIDA, 2006 e NEP, 2006) e panfletos das associações.

Abaixo, são listadas as pessoas entrevistadas, a instituição a que pertencem, o vínculo institucional declarado pelas mesmas e a data da entrevista.

Nome	Instituição	Cidade e Estado	Vinculação institucional	Data
Gabriela Silva Leite	Davida	Rio de Janeiro (RJ)	Diretora executiva	14/7/2006
Flávio Lenz	Davida	Rio de Janeiro (RJ)	Assessor de imprensa, diretor-adjunto e responsável pelo jornal "Beijo da rua"	27/7/2006
Kátia Maria Monteiro	Davida	Rio de Janeiro (RJ)	Coordenadora de projetos	14/7/2006
Ana Maria	Davida	Rio de Janeiro (RJ)	Secretária	14/7/2006
Anna Marina Pinheiro	Davida	Rio de Janeiro (RJ)	Colaboradora	
Entrevista em grupo: Rita, Maria, Lina, Jane, Cida, Rosa	Davida	Rio de Janeiro (RJ) vida Multiplicadoras		14/7/2006
Rafaela Monteiro	Davida	Rio de Janeiro (RJ)	Estilista da Daspu	27/7/2006
Dorothy Castro	Davida	Rio de Janeiro (RJ)	Articuladora política (RBP e Rede latino-americana e caribenha)	5/11/2006
Maria José	Davida	Rio de Janeiro (RJ)	Arquivista	27/7/2006
Entrevista em grupo: Rose Isabel Lourdes	Fio da Alma	Rio de Janeiro (RJ) Coordenadora de projetos Auxiliar administrativa Multiplicadora		28/7/2006
Ivanilda Santos Lima	Fio da Alma	Rio de Janeiro (RJ)	Presidente	5/11/2006
Cleide Almeida	Amocavim	Rio de Janeiro (RJ)	Coordenadora de projetos	26/7/2006
Carmem Lúcia	NEP	Porto Alegre (RS)	Coordenadora de projetos	5/11/2006
Roberto Domingues	GAPA-MG RBP	Belo Horizonte (MG)	Voluntário Parceiro	1/6/2007
Rosa	GAPA-MG AMAVI	Belo Horizonte (MG)	Atualmente não está vinculada a nenhuma destas instituições	12/6/2007 19/6/2007
Clara	APS-BH	Belo Horizonte (MG)	Atualmente não está vinculada a esta instituição.	1/6/2007

1.3.4.2 Entrevistas com prostitutas de Belo Horizonte

A fase final da pesquisa foi marcada pela realização de entrevistas semiestruturadas com prostitutas. Segundo Blee e Taylor (2002), as entrevistas são conversas guiadas que buscam informações específicas. Deste modo, permitem que se obtenha muitos dados em um tempo mais curto. As entrevistas podem ser na forma de conversas breves, como foram feitas em alguns momentos anteriores da pesquisa ou em múltiplas sessões. Para a realização dessas entrevistas foi utilizado um roteiro que se encontra em anexo. No caso desta pesquisa, quase todas essas entrevistas finais ocorreram em dois encontros. Podem ainda ser individuais ou em grupos. As últimas quatro entrevistas foram todas individuais. Contudo, em outras situações, como na viagem ao Rio de Janeiro, consideramos útil fazer entrevistas em grupo, para obter contato com um número maior de pessoas.

Um ponto muito importante quando se estuda a prostituição é a questão do sigilo. Entre as pessoas entrevistadas existem algumas cujas famílias e amigos não sabem que são prostitutas. Outras, por problemas com os grupos dos quais já fizeram parte, não gostariam de ter seus nomes associados às suas declarações. Dessa forma, no início das entrevistas perguntou-se às entrevistadas os nomes que gostariam que fossem usados para se referir a elas. Os nomes usados durante toda a dissertação foram alterados de acordo com a vontade das entrevistadas. Ademais, foi elaborado um termo de consentimento livre e esclarecido, que também se encontra em anexo, para as entrevistas formais, em que eram explicados, dentre outros pontos, os objetivos da pesquisa, a questão do sigilo e que poderiam, a qualquer momento, desistir de sua participação.

As entrevistadas foram escolhidas deliberadamente, levando-se em consideração, principalmente, a sua participação em diferentes grupos e momentos históricos. Assim, entrevistamos mulheres que participam ou participaram de eventos do GAPA-MG, PMM, MUSA e APS-BH, além de manifestações públicas. Dessa forma, objetivamos conhecer um pouco esses grupos a partir da visão das próprias mulheres. Ademais, foi possível conhecer alguns dos significados que atribuem a manifestações e ações. A grande quantidade de dados obtida com cada entrevista nos levou a optar por realizar, nessa fase final, apenas quatro entrevistas. Também foi analisada a entrevista feita com Rosa, pela riqueza das informações obtidas. Optamos ainda por conjugar a apresentação dos dados analisados com a articulação teórica, uma vez que as entrevistas trazem pontos fundamentais ao debate. Abaixo, são apresentados alguns dados das entrevistadas.

Nome e idade	Local de "batalha"	Estado	Filhos	Natural de	Escolaridade	Início na "batalha"	Atividades atuais	Renda mensal	Grupos de que já participou
Cátia, 32	Hotel	Solteira	Filho: 4 anos Filho: 12 anos	Belo Horizonte MG	5ª série do ensino fundamental	22 anos	Profissional do sexo; faxineira	R\$ 1.200	GAPA-MG PMM MUSA
Cleusy, 45	Hotel	Solteira	Filha: 8 anos Filho: 21 anos Filha: 22 anos	Belo Horizonte MG	4ª série do ensino fundamental	20 anos	Profissional do sexo	Não sabe	GAPA-MG PMM Solidariedade MUSA
Carla, 36	Afonso Pena Solteira	Solteira	Filho: 17 anos Filha: 14 anos	Euxenita MG	Ensino médio (Curso técnico de acupuntura)	21 anos	Profissional do sexo; acupunturista; política	R\$ 6.000	AADPSMG
Cláudia, 43	Hotel	Solteira	Solteira Filha: 12 anos	Rio de Janeiro RJ	Ensino médio incompleto (em curso)	30 anos	Profissional do sexo	Não sabe	GAPA-MG PMM Solidariedade
Rosa, 45	Hotel e rua	Casada	Casada Filha: 28 anos	Belo Horizonte MG	Ensino fundamental incompleto	21 anos	Passadeira	R\$ 500	GAPA-MG AMAVI

1.3.5 Registro em diário de campo

Durante todo o processo, foram realizadas anotações em diário de campo. Segundo Zaluar (1994), o registro contínuo das observações permite que se tenha acesso aos avanços e recuos realizados durante a pesquisa e que se obtenha um distanciamento. De acordo com Reboredo (1992), o diário de campo possibilita o registro de dados de forma a se apresentar como a somatória de descrição e ensaio interpretativo, permitindo que se conheça o processo de transformação do objeto ao longo da pesquisa. No diário, o autor narra os fatos e, ao mesmo tempo, participa deles, conseguindo delimitar aqueles mais relevantes para o registro. Reboredo (1992) ainda propõe algumas técnicas que facilitam a constituição de tal instrumento, tais como realizar as anotações no dia do acontecimento e separar por tipos de atividades. De forma geral, optou-se por realizar os registros após a observação, mas algumas vezes isso não foi possível. O diário foi digitado e organizado por atividade e data, facilitando o acesso.

1.4. O caminho a ser seguido

A presente dissertação pretende seguir um caminho que permita atingir o objetivo de identificar e compreender as formas de hierarquização e enfrentamentos relacionados à prostituição e enfocando os aspectos de gênero, trabalho e sexualidade. No capítulo 2, "Prostituição e trabalho", apontamos as formas como esta atividade se caracteriza, tomando como base observações, entrevistas e informações da CBO. Discutimos ainda os nomes que tem se utilizado para se referir

às pessoas que realizam tal ocupação e as possibilidades de ver essa como um trabalho. A seguir é debatida a forma como o esta atividade se organiza em Belo Horizonte. Para isso, são apresentadas brevemente algumas das características da prostituição em algumas áreas da cidade, como as ruas, hotéis e boates.

O capítulo 3, "Histórias da prostituição no Brasil", percorre alguns momentos históricos que consideramos fundamentais ao estudo e à compreensão da prostituição e da forma como se configura na atualidade. Um primeiro momento é marcado pelas tentativas de higienização das cidades e pela construção de uma imagem da prostituição como mal a ser combatido ou controlado. O segundo é o surgimento da AIDS, no final do século XX, e as tentativas de combatê-la, essenciais à configuração de ações específicas de e para prostitutas, ocorridas no século XIX. Há ainda uma discussão sobre os regimes legais abolicionista e regulamentarista e sobre os projetos de lei que tem debatido esta questão atualmente. Em seguida, debatemos algumas políticas de uso do espaço urbano adotadas em Belo Horizonte e como estas interferiram tanto nas configurações das áreas de prostituição quanto nas possibilidades de enfrentamento e de organização política dessa categoria.

No capítulo 4, "Gênero, feminismo e prostituição", a prostituição é discutida sob a ótica de gênero. Inicialmente são trazidas algumas das principais discussões que tem perpassado o debate sobre esse tema, como as idéias do feminismo antipornografia e do tráfico de mulheres. Num segundo momento tomamos como base a noção de identidade e a forma como esta tem se relacionado à construção e naturalização de categorias sociais como "homem"/"mulher" e "puta"/"santa" e como essas tem interferido nas experiências das prostitutas e na formação de sua identidade.

O capítulo 5, "Sexualidade e poder", traz a discussão da sexualidade como algo não natural e vinculado ao contexto histórico e social. São apresentadas algumas das hierarquias e formações ideológicas que interferem nas manifestações da sexualidade. Debatemos ainda como a sexualidade da prostituta é influenciada por essas hierarquias, que se articulam com as ligadas ao gênero. O capítulo 6, "Considerações finais", destaca algumas das principais reflexões feitas ao longo do trabalho e aponta para a necessidade de aprofundamento em alguns tópicos.

2. Prostituição e trabalho

2.1. Prostituta, profissional do sexo, trabalhadora do sexo

Apesar de ser uma ocupação presente em todas as cidades brasileiras, foi somente no ano 2002 que a prostituição foi incluída na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), que é o documento que reconhece, nomeia e codifica as ocupações existentes no mercado brasileiro (MINISTÉRIO, 2008). Essa versão da CBO sofreu diversas mudanças em relação às anteriores. Agora, as ocupações são organizadas e descritas através das chamadas "famílias", que abrangem um conjunto de ocupações semelhantes relativas a um domínio de trabalho mais amplo. Para a descrição da família "profissionais do sexo", foram entrevistados homens e mulheres que responderam sobre o que fazem, o que é distintivo de sua profissão, o nome usado e o mercado de atuação. Essa inclusão não foi fruto de um movimento específico, mas foi influenciada pelas discussões em torno da prostituição enquanto um trabalho, feitas por organizações de prostitutas. Dessa forma, algumas importantes lideranças, integrantes da APROSBA, Davida, GAPA-MG, GEMPAC e NEP estiveram presentes no momento de elaboração dessa categoria.

A família "profissionais do sexo", de número 5198, coloca em evidência a grande diversidade de formas de trabalho que se encaixam sob este nome. O primeiro item presente na CBO são os sinônimos da família. No caso dos profissionais do sexo, são citados os seguintes (MINISTÉRIO, 2008): garota de programa, garoto de programa, meretriz, messalina, michê, mulher da vida, prostituta, puta, quenga, rapariga, trabalhador do sexo, transexual (profissional do sexo), travesti (profissional do sexo). Através dessas nomeações é possível evidenciar um primeiro ponto, que é o fato de não ser uma ocupação exclusivamente feminina, podendo ser

desempenhada também por homens (garotos de programa, michês), transexuais e travestis. Apesar disso, o foco da presente pesquisa é nas mulheres que desempenham a atividade.

Essa quantidade de sinônimos evidencia ainda a diversidade de formas de se referir às pessoas que são profissionais do sexo. Os sinônimos, diferentemente do que ocorre com outras famílias, não falam, necessariamente, de formas diferentes de ocupação. A discussão sobre o nome usado para se referir à prostituição é uma constante tanto no movimento organizado de prostitutas como na academia.

Carla: É uma profissão e a palavra certa seria "sexual". Então é uma profissão que você depende, você está recebendo por aquele serviço prestado. Por um serviço sexual. Você contratou uma pessoa daquela área, daquele determinado local, então você tá prestando um serviço àquela pessoa. Então às vezes, quando não é pago, você pode processar a pessoa, pela prestação de serviço.

A RBP, que já foi adepta do termo trabalhadoras do sexo, atualmente, tem proposto o uso do termo "prostituta", apesar das conotações negativas associadas a ele. De acordo com Roberto Domingues¹⁰, essa atitude se assemelha àquela adotada pelos adeptos da Teoria Queer. Segundo Macedo e Amaral (2005), este movimento adotou o termo *queer* buscando dar a ele um significado diferente do usual, que é pejorativo, numa postura política de confronto¹¹. Assim, não se objetiva trocá-lo por outro que o mascare, mas utilizá-lo, enfatizando justamente o peso que tem recebido.

Kempadoo (1998) sugere o uso do termo "trabalhador/a do sexo" (sex worker), argumentando que indica a visão da prostituição não como uma identidade, uma característica social ou psicológica, mas como atividade rentável ou forma de trabalho tanto para homens quanto para mulheres. Segundo a autora, esse termo é relacionado a lutas por reconhecimento do trabalho, direitos humanos e condições decentes de executar sua atividade, enfatizando a flexibilidade e variabilidade de formas de prostituição. A ocupação é vista como parte da vida das pessoas e não

-

¹⁰ Informação cedida verbalmente.

¹¹ "[...] A noção do 'queer nation' ou do 'queer planet' teve como objectivo dar um significado diferente ao que fora originalmente um termo abusivo utilizado contra lésbicas e gays, desafiando a heterossexualidade normativa. Queer ficou assim associado a uma posição política de confronto, lúdica e irônica, que rejeitava tanto a política gay 'de assimilação' como o feminismo 'prescritivo'" (MACEDO; AMARAL, 2005, p. 185)

como única atividade definidora de sua identidade. Neste sentido, Fonseca (1996), afirma que nem sempre a profissão ocupa lugar central na vida dessas mulheres e destaca a existência de uma grande diversidade de pessoas que se prostituem, que podem variar segundo a idade, objetivos, estado civil, entre outros.

Optou-se aqui pelo uso prioritário do termo "prostituta", devido ao fato de que o estudo em questão tem como foco as mulheres que se prostituem, não abrangendo michês ou travestis. Concorda-se tanto com as discussões sobre a necessidade de agregar novos significados ao termo quanto com aquelas sobre a importância de ver a prostituição como um trabalho. Assim, por vezes é utilizado também o termo "profissional do sexo" como sinônimo de "prostituta", mas sempre objetivando uma visão da mulher prostituta como uma trabalhadora.

2.2. O trabalho da prostituta

A CBO traz uma descrição sumária das ocupações, que são classificadas como famílias. No caso da família "profissionais do sexo", encontra-se a seguinte descrição:

Batalham programas sexuais em locais privados, vias públicas e garimpos; atendem e acompanham clientes homens e mulheres, de orientações sexuais diversas; administram orçamentos individuais e familiares; promovem a organização da categoria. Realizam ações educativas no campo da sexualidade; propagandeiam os serviços prestados. As atividades são exercidas seguindo normas e procedimentos que minimizam as vulnerabilidades da profissão (MINISTÉRIO, 2008).

No item "Área de atividades", estes pontos são mais bem definidos. Abaixo, apresentamos alguns dos itens que estão mais diretamente relacionados ao trabalho de profissionais do sexo.

- Batalhar programa: agendar a batalha, produzir-se visualmente, aguardar no ponto, seduzir com o olhar, abordar o cliente, encantar com a voz, seduzir com apelidos carinhosos, conquistar com o tato, envolver com o perfume, oferecer especialidade ao cliente, reconhecer o potencial do cliente, dançar para o cliente, dançar com o cliente, satisfazer o ego do cliente, elogiar o cliente.
- Minimizar as vulnerabilidades: negociar com o cliente o uso do preservativo, usar preservativos, passar gel lubrificante à base de água, participar de oficinas de sexo seguro, reconhecer doenças sexualmente transmissíveis (DST), fazer acompanhamento da saúde integral, realizar campanhas sobre os riscos de uso de hormônios, realizar campanha sobre os riscos de uso de silicone líquido, denunciar violência física, denunciar discriminação.
- Atender clientes: preparar o kit de trabalho (preservativo, acessórios, maquilagem), especificar tempo de trabalho, negociar serviços eróticos, negociar preço, realizar fantasias eróticas, cuidar da higiene pessoal do cliente, fazer strip-tease, fazer carícias, relaxar o cliente com massagens, representar papéis, inventar estórias, manter relações sexuais, dar conselhos a clientes com carências afetivas, prestar primeiros socorros, fazer compras para o garimpo (rancho), lavar roupas dos garimpeiros, cuidar dos enfermos no garimpo, posar para foto.
- Acompanhar clientes: fazer companhia ao turista, fazer companhia a cliente solitário, acompanhar cliente em viagens, acompanhar cliente em festas e passeios, jantar com o cliente, pernoitar com o cliente. (MINISTÉRIO, 2008)

Em ambos os itens (descrição sumária e área de atividade) podemos observar os diversos tipos de ação que fazem parte do cotidiano desses profissionais. Nota-se que este trabalho não se reduz à relação sexual propriamente dita, aliás, essa por vezes nem é executada. Profissionais do sexo precisam seduzir o cliente, manter relações sexuais, representar papéis, inventar estórias, negociar o preservativo, etc. Obviamente, nem todas as prostitutas realizam cada uma dessas atividades, sendo que algumas podem atuar, por exemplo, apenas acompanhando clientes.

A variedade de atividades evidencia ainda a existência de um saber fazer próprio a profissionais do sexo. Não basta fazer sexo, é preciso saber como seduzir e satisfazer o ego do cliente, por exemplo. Rosa afirma que as pessoas acham que prostituição é uma forma obter recursos financeiros e que qualquer um pode trabalhar com isso, mas, na verdade, existem inúmeros "truques" que precisam ser aprendidos para se tornar uma boa prostituta e ganhar dinheiro. Destaca as formas de se cuidar, de abordar o cliente, de negociar o preservativo, de realizar programas. Por vezes, os próprios clientes ensinam truques. Devido a esse fato, no item "formação e experiência" (MINISTÉRIO, 2008) é colocado que, embora o acesso à prostituição seja livre a todos maiores de dezoito anos, o pleno desempenho das

atividades ocorre apenas após dois anos de experiência. Rosa questiona ainda os cursos oferecidos às prostitutas, afirmando que seria importante que ensinassem estas a se prostituir e não oferecer apenas os cursos tradicionais (como de informática e artesanato).

Rosa: Diz que tá tendo curso de computação, eu não tenho certeza também não, faço nem idéia, né? Mas no trabalho assim de auto-estima, a pessoa aprender a se prostituir, porque prostituição é igual vendedor, a pessoa desempregou quer virar vendedor, você já reparou? Pessoa cisma assim, "Ah, vou ganhar dinheiro lá pra zona". Não é assim, tudo tem truque, você não vai chegar pra lá e ganhar não, a não ser que você chegue muito bem de frente, pra chegar e ganhar, né?

Rosa: Você vai falar, "Ah essa mulher é metida". Não é metida a saber tudo não, não sei tudo não, mas truque de prostituição minha filha, se você quiser saber, você pode me perguntar, porque eu tenho é ó! Eu tenho é muito. Quem me ensinou a maquiar foi travesti, os travestis que tão: "Rosa, mulher tem que tá com batonzinho, cabelo arrumado, senão você não ganha dinheiro não". [...] Comprei minha maquiagem, comprei tudo direitinho, as bichas já me arrumavam de graça, fazia escova, fazia escova três vezes por semana. Segunda, quarta e sexta. O cabelo quando tava chovendo, eu amarrava um lenço e as bichas me ensinou o truquezinho assim. Você amarra o lenço, quando você chega dentro do hotel, aí você tira o lenço e joga o cabelo [risos]. Aí quando chegava dentro do Nova América eu puxava o lenço e sacudia o cabelo e o cabelo caía, os homens endoidavam. Eu tinha o cabelo aqui ô, já levava um. Já pegava a minha chave e subia com um.

Rosa: "Ah, meu filho, cabisbaixa eu não fico mesmo não" [risos]. E quando a minha perna doía, tem hora que você cansa, eu tenho problema na perna assim de veia. Então a minha perna fica em pé no salto, porque você pra ficar em pé na rua, é só no salto. Porque se você ficar de chinelinho você não fica numa postura boa. Aí eu sentava no ponto do ônibus pra descansar as pernas e fingia que eu tava passando batom, fingia que tava penteando o cabelo, nunca decaí. Não decaio [risos]. Morrendo, mas morro em pé [risos]. Eu sentava lá, penteando o cabelo, espichava as pernas, passava as mãos nas pernas, fingia que tava arrumando a meia, mas decaída não.

Rosa: Ele falou assim: "Você com uma bunda desse tamanho não faz cu ladrão?", "Não, não tem jeito.", "Depois vou te ensinar". E me ensinou.

Além das diferenças presentes no fazer da ocupação há ainda aquelas relativas ao lugar e às "condições gerais de exercício", como mostrado no trecho abaixo.

Trabalham por conta própria, na rua, em bares, boates, hotéis, porto, rodovias e em garimpos. Atuam em ambientes a céu aberto, fechados e em veículos, em horários irregulares. No exercício de algumas das atividades podem estar expostos à inalação de gases de veículos, a intempéries, a poluição sonora e a discriminação social. Há ainda riscos de contágios de DST e maus-tratos, violência de rua e morte. (MINISTÉRIO, 2008)

Nesse item podemos observar a heterogeneidade de locais de trabalho (ruas, boates, rodovias), de tipo de ambiente (aberto, fechado) e dos riscos (intempéries,

violência). A variedade de formas de trabalho, locais, pessoas e etc., dificulta a definição do que seria, então, a prostituição. Tida, no senso comum, como a troca de sexo por dinheiro, o que observamos em nossa pesquisa foi uma realidade bem mais ampla. Alguns programas, por exemplo, não incluem o sexo, mas apenas uma conversa. Ao longo do nosso contato com o campo, essa diversidade ficou bastante evidente, como mostramos na apresentação. Consideramos necessário perguntar às nossas entrevistadas o que, para elas, era a prostituição e ser prostituta, o que levou a respostas bastante variadas. Abaixo, apresentamos o que algumas disseram.

Cláudia: Um meio, um trabalho. Trabalho. Um trabalho meio diferente, mas é um trabalho [risos]. É daqui que eu tiro meu sustento.

Cleusy: Usar o meu corpo para satisfazer, sendo paga por isso.

Cátia: Prostituição? Ah, como é que eu vou te explicar... A prostituição para mim é uma rota de fuga, por que na maioria das vezes... Tem mulher que vem por que gosta mesmo, mas a maioria das mulheres, pelo tempo de convivência que eu tenho aqui, é por que realmente precisa, e emprego tá difícil. Igual eu cuido da minha família, a maioria das mulheres aqui tudo sustenta as família sozinha e com o dinheiro daqui. Então, pra mim, isso é uma fuga, por que emprego tá difícil. Pra ganhar bem tá difícil. Arrumar um emprego que paga um salário é até fácil, mas vai sustentar a casa ganhando um salário pra ver se consegue. Ninguém consegue, sô. Pra mim é isso.

Cátia: Ser prostituta? É ser muito mulher, viu, filha. Tem que ser muito mulher... Por que se não, não consegue [risos]. Não consegue não. Ah, minha filha, pra você ser prostituta você tem que ter muita garra, muita força, por que pra você agüentar um homem em cima de você, pra você fingir pra ele que você tá gostando, entendeu? Você tem que ser muito falsa também, né, pra falar a verdade [risos], mas é por aí. Você tem que tratar o cliente bem, se não ele não volta, você depende dele, pra você viver, entendeu? Então você tem que ser muito mulher e muito falsa também, nesse sentido que eu estou falando, né, claro.

Cláudia: Dar prazer. Ao qual muitos homens não têm, não têm. Têm muitos que não têm capacidade de arranjar mulher fora. Têm outros que acham a melhor forma de dar volta na mulher é vindo na zona, porque sabem que a prostituta não é compromisso. Tá pagando, então desde o momento que você tá pagando você não tem compromisso com a mulher.

Cleusy: Ah [risos], eu acho que é entrar dentro de um local desses, deitar numa cama e ganhar dinheiro para fazer isso é prostituta.

Podemos observar assim uma grande variedade de visões das próprias mulheres sobre o que é ser prostituta e o que é a prostituição. Ficam evidentes também os inúmeros significados que são atribuídos pelas entrevistadas a sua ocupação e a sua identidade. A prostituição é vista como uma rota de fuga, mas também como um trabalho, um emprego. Uma das entrevistadas associa o ser prostituta ao ser "muito"

mulher", pela necessidade de ter força e garra. Em outros momentos, a prostituição e o ser prostituta são associados ao oferecer prazer, ao deitar com o cliente e ao receber dinheiro por isso. Pretendemos, com esses apontamentos, mostrar que as palavras prostituição e prostituta, antes de traduzirem uma realidade única, dizem respeito a um grande número de práticas, de significados, de identidades, que não podem ser facilmente resumidos.

Outro ponto fundamental é a questão do prazer e do sofrimento no trabalho. Como podemos notar em inúmeras ocupações, o trabalho se coloca como fonte de realização e prazer, mas, ao mesmo tempo, como lugar de sofrimento e opressão. Sobre a realização, muitas das nossas entrevistadas destacam a questão do contato com diferentes pessoas e o aprendizado, tanto relativo à sexualidade quanto a outras questões, como o conhecimento de diferentes profissões, por exemplo. Cleusy destaca ainda o efeito positivo que têm sobre os clientes, que saem "melhor" após conversarem com ela.

Carla: Pra mim [esse trabalho] é uma terapia. Eu estou envolvida com pessoas, conhecendo fatos, conhecendo outras profissões, que eles conversam, então eu fico conhecendo outras profissões que tem hoje em dia, que eles trabalham, como é a atividade deles hoje em dia, é conhecimento e um status pra mim. Ao mesmo tempo eu saio pesquisando. Por que aí, por exemplo, saí com um advogado a gente discute questões de direito, e eu nunca estudei direito, ele passa o conhecimento dele pra mim, eu passo um pouco do que eu conheço pra ele, entendeu? Sair com um psicólogo, a mesma coisa. Sair com um terapeuta, a mesma coisa. Entendeu? Aí a gente faz uma troca de informações, então eu vou tendo um conhecimento geral.

Cátia: Positivo? O aprendizado, a gente aprende muito. A lidar com as pessoas, isso é interessante, cada hora tem uma pessoa que é diferente da outra, entendeu? Cada um contando um problema diferente do outro, que às vezes não vem aqui só pra sexo, às vezes vem aqui pra tá conversando, falando, desabafando, e aí você aprende muita coisa, tanto na convivência com pessoas como... Tem muita coisa sobre sexualidade que eu não sabia e aprendi trabalhando aqui. Entendeu? E outras coisas também como doença, tratamento, como evitar doenças... Então isso eu aprendi muito aqui dentro.

Cleusy: Você conhece muita gente, né? Você fica conhecendo a vida, e cada história que o cliente conta pra gente, cada coisa que você fica sabendo, conhece muita gente. Eu gosto, não tenho do que reclamar não. É, muita história que eles contam, eles saem daqui melhor, porque eu também converso muito com eles. Ou então costuma entrar e pedir o dinheiro e sair. Eu gosto. Eles costumam até falar "Gostei demais de você, vou te pagar até mais", e tal, ou dizer "Tchau, obrigado, gostei de você, depois eu volto", e então é isso. Essa satisfação que a gente sente.

Por outro lado, reclamam do fato de ter que fazer sexo com pessoas que não gostam, que estão bêbadas ou drogadas. Ao mesmo tempo, afirmam que, em geral, conseguem recusar os clientes ou práticas que não querem, o que possibilita minimizar esse aspecto negativo. Esse ponto é fundamental por indicar uma possibilidade de inversão das hierarquias sociais, em que as prostitutas conseguem se colocar numa posição mais autônoma e não apenas se ver obrigadas a agir segundo a vontade dos outros.

Cátia: Ruim? Você ter que deitar com a pessoa que você não gosta. Isso é péssimo!

Cleusy: De ruim? Ah, quando tem homem que você vê que chega e está bêbado. Ele costuma entrar assim, pergunta o preço e só depois você vê que está bêbado, você não tem como sair do quarto, ou tem hora que você tem que expulsar e brigar. Então é muito ruim, chato, eu não gosto. Ou outra hora, não sei, né, às vezes ele não consegue se satisfazer e tal, e dá algum problema. Às vezes ele acha que a culpa é da gente, e não é. Então eu acho chato isso.

Carla: Pra mim até que não teve muito constrangimento não, por que eu nunca tive esse problema de cliente, assim, ter que usar a agressão comigo não, que eu sempre tento compreender as pessoas. Quando eu vejo que não dá pra mim, eu não pego. Entendeu? Eu prefiro assim, conversar antes. E eu fico com pessoas que eu me sinto bem, agradavelmente. Fora disso, não. [...] Caso da pessoa que usa droga, entorpecente, o caso do alcoólatra e o caso de agressor. Só quando você olha bem você sabe que ele tem uma revolta. Então esses três tipos de pessoa eu não pego. Você já sabe como é.

Cátia: Ah, não, [se não quiser fazer o programa] aí eu não faço não. Não, de jeito nenhum. Aí eu falo "Ai, não liga não, mas é que eu vou ter que sair, eu não vou poder fazer o programa agora, esqueci de um negócio ali que eu vou ter que ir lá fazer...". Então eu tento não falar assim abertamente por que tem homem que é ignorante, né? Então eu tento sair fora do melhor jeito possível.

Destacam ainda as condições ruins das áreas de prostituição e a falta de união das prostitutas para alterar essas. Contudo, o ponto negativo mais enfatizado pelas mulheres é a questão do preconceito e da discriminação a que estão submetidas. Algumas parecem ver menos problemas no trabalho em si do que na forma como este é visto pelas demais pessoas, como os homens e vizinhos.

Cláudia: Tudo [é ruim no trabalho]. Primeiro, que isso aqui é um pedaço de uma prisão. Um quarto desse, você ficar trancada de oito da manha às quatro horas da tarde, é uma meia prisão! Segundo, é o preconceito que existe das pessoas contra as mulheres que trabalham neles. Existe, e muito! Tem muitas mulheres que trabalham nisso aqui que é [fala embolada], mas qual homem que vai aceitar uma mulher indo pra zona? Homem que é homem, não aceita não. Não aceita não. Então aqui é uma

disputa muito grande, a falta de união daqui é muita. Muita. Então só tem desvantagem.

Carla: Esse trabalho tem uma coisa que de ruim, por que às vezes as pessoas costumam ser agredidas, as meninas de programa, às vezes, pouco pelos clientes e mais pela população, que não entende esta questão. Agridem verbalmente, entendeu? Eles não agridem fisicamente, por que até dá processo, mas assim, verbalmente demais. Ás vezes eles não entendem aquele lado, críticas, mas eu acho assim, que no fundo, é um pouco falta de coragem deles. Talvez, se eles pudessem, eles estariam lá, mas a coragem é tão pouca que eles não conseguem tá testando essa profissão. [...] Tem que ter muito peito. Por que ta em disputa ali a sua fisionomia moral, as críticas, né, de vizinhança e aquela falta de respeito da população que acha que... não sabe separar, por exemplo, você sabe que se eu for parar na porta do seu trabalho, tá? E tem a sua casa. Aí, acabou o trabalho. O que eles não entendem é isso, se acabou lá, se deu dez horas, o meu horário encerrou. Eu não fico... Se o cara passa e me chama, pra mim eu não conheço ele. Se ele quiser me pegar ele tem que me ver e me pegar naquele local, ele tem que respeitar o horário do meu trabalho, eu faço isso com horários determinados. Eu não sou do tipo de pessoa que sai e vai agarrando todo mundo não, entendeu? Então a questão é essa, de respeito profissional. Que às vezes muita gente não tem.

O grande preconceito associado à prostituição e a possível reação das pessoas fazem com que muitas das prostitutas não tornem pública sua ocupação. Uma de nossas entrevistadas contou sobre algumas formas de discriminação, destacando que é importante ter uma ação específica para que as pessoas mudem essa visão.

Carla: Já [sofri discriminação], na rua sim. Algumas pessoas param e perguntam, esses religiosos. Eles chegam e falam "Por que você tá nessa? Procura Jesus". Aí eu não falo com eles que eu sou católica e que eu vou nas reuniões, eu só fico observando. Por que eles são tão fanáticos que às vezes nem é bom discutir, é bom pra você ver e aceitar assim, tudo bem. Por que é tanta coisa absurda que você escuta, que eles não deixam nem você falar. Eles ficam falando e nem te assistem você falar. Então assim, eu já acho isso muito fanatismo. Isso daí eu já acho que perturba muito a mente da pessoa, parece que ela coloca uma viseira, sabe, ela fica muito naquela visão ali, uma visão às vezes que não é verdade. Entendeu? [...] Eu acho o seguinte, que eles pensam que a profissional do sexo tá com o demônio, tá endemoniada, então tem que ir na igreja para tirar o demônio dela. Entendeu, então às vezes não é nada daquilo que eles imaginam, mas é passado, é visto como aquilo. Ou seja, que a mulher incorporou um demônio nela então ela está lá na esquina, então eles têm que ir lá tirar ela e levar ela lá para a igreja, tirar ela daqui. Aí ela vai voltar pra casa dela, vai esquecer aquilo e vai ficar tudo bem. Só que eles esquecem que a pessoa tá ali e que aquilo é um trabalho, e que lá na casa dela tem que levar leite pra os filhos dela, que a mãe está doente, que não tem emprego, que ela procurou um emprego vários tempos e não achou, não teve aquela opção de se manter até trocar. Isso eles não têm, essa religião não chega perto de você e fala assim: "Vem cá, que eu vou te dar um curso e vou te encaminhar para aquele emprego ali", eles não falam isso, eles já trabalham o espírito da pessoa, entendeu, ele já vai para o lado espiritual da pessoa com a visão que ele tem, entendeu? Então é isso aí. [...] E o pior é que eles conseguem, às vezes, colocar isso na mente, por que a pessoa ali que tá com problema, ali, uma das meninas, às vezes ela acaba acreditando que está com alguma coisa. Isso leva a acontecer muitas coisas sérias com as

meninas que estão ali. Elas mesmas se sentem rejeitadas, elas se rejeitam e acabam criando uma mentalidade muito ruim pra elas, eu já prestei atenção várias vezes.

Carla: Igual eu revelo isso publicamente eu vou revelar isso claramente, entendeu? Então assim, mas eu tenho que trabalhar o espírito de cada um para que ele venha a entender. Então tem que saber passar isso para a pessoa sem às vezes intimidar a pessoa, sem agressão, pra ela saber entender e separar as coisas, se não... [...] [Meus filhos não sabem] Por que meus filhos eu acho que tem que respeitar. Então muita gente, muitas meninas falam com os filhos e tal, mas eu acho que isso aí futuramente abrange um pouco de abatimento. Então seria, eu acho assim, coisa lá de fora, irregular, você deixa lá fora, e dentro de casa você tem que ter outro comportamento. Por que é um comportamento de respeito, e a partir do momento que eu não der respeito, eles não vão me dar respeito. É essa a questão. Se não vai virar bagunça. O que eu tenho que saber é trabalhar a cabeça deles para que eles possam entender isso claramente. Pra não ter essa guerra dentro de casa. Aí você tem esse trabalho e tal, aí você tem que saber como levar isso pra dentro de casa. Não é chegar falando "Ah, eu sou profissional do sexo". Até por que depois eles falam isso inocentemente com os amigos e os amigos já começam a levar pro lado errado. E adolescente você já viu como é que é. [...] Eu vejo televisão, vejo reportagem, eles já vêem, eles já falam, ficam perguntando. Aí eu falo: "Ó, gente, não pode fazer violência contra a mulher". Eu falo com o meu menino, falo com a minha menina. "Olha, a gente tem que respeitar mesmo sendo o que é que a pessoa é, vocês nunca podem criticar, vocês podem ter as suas profissões, embora vocês não aceitem pra vocês, vocês têm que respeitar isso no outro." Então assim, são detalhes que a gente vai colocando na cabeça do adolescente, entendeu? Eu acho que todo mundo deveria fazer isso dentro de casa, começar a criar essa construção, de profissões, embora assim, a gente está dedicada, então assim, pessoas andam... Por que passar fome dentro de casa é difícil, não tem como. Então tem pessoas que não tem aquela, o que eu tive, a experiência que eu tenho, paciência que eu tenho, que precisam realmente dessa profissão. Entendeu? Então não tem como trocar, não tem aquela cabeça de trocar, e é daquele jeito. Deveria então começar a trabalhar a cabeça da vizinhança, todo mundo, pra começar a aceitar outras profissões. Aos poucos. E tem aquele ciúme, entendeu, das famílias, e as pessoas mais idosas, mais velhas não aceitam você de cara, as religiões também, então assim, tem que começar a trabalhar isso nas escolas, suprir esse lado, entendeu, essa área, essa necessidade, por que não tem emprego realmente para todo mundo, cada um tem que se virar do seu jeito. Por que você estar lá em cima é uma coisa, ninguém sabe o de baixo. Por que sofrido mesmo é a população mais carente mesmo, e não tem conversa. Então eles têm que se manter, têm que sobreviver. Antes do que roubar, é se prostituir, melhor do que roubar.

Segundo Lim (2004), a prostituição muitas vezes é uma opção de trabalho mais flexível, mais bem remunerada e com jornada de trabalho mais curta do que outras atividades. Suas bases são sólidas e propiciam lucros não só para as prostitutas e para suas famílias, mas para os inúmeros envolvidos na atividade, por vezes bastante organizada, sofisticada e diversificada. Diz que, como qualquer trabalho, gera lucro e emprego, mas acaba por não permitir o acesso a direitos, devido a avaliações feitas por critérios morais, sociais ou econômicos (LIM, 2004). Vale

ressaltar que, para muitas mulheres pobres e com poucos estudos no Brasil, o leque de opções se torna bastante restrito. Uma de nossas entrevistadas discute as vantagens da prostituição sobre outras ocupações disponíveis.

Cláudia: De voltar a estudar? Um pouco por causa disso daqui. Por causa do meu trabalho. Por que eu vejo longe. Eu tenho uma visão muito boa. E que... Bom, eu vou deixar a outra parte pra falar daqui um pouco. Eu fico olhando colegas minhas de 60 anos sem ter nada e se os hotéis fecharem elas tão na rua, tão debaixo da ponte. Por que além de não ter estudo, quem vai aceitar ou arrumar um emprego pra alguém com 60 anos? Não tem. No nosso Brasil não existe. A não ser que vá arrumar alguma coisa na rua. Aí eu observando isso, eu não sirvo pra trabalhar no pesado, pra trabalhar sendo doméstica. Aí eu falei "a única opção..." Por que eu não sirvo, por que eu não gosto. De trabalhar pros outros? Trabalhar no pesado? Sendo doméstica? Não. Pelo amor de Deus. Melhor ser prostituta até morrer. Claro. Empregada doméstica não tem um pingo de valor. Patroa que só quer saber do seu trabalho. Se você ficar doente você perdeu ali... Por que empregada doméstica não faz o serviço se ficar doente. Não pode. E poucos direito que as empregada doméstica tem, né? Você dá, dá, dá duro, e não tem um pingo de valor. Há quem acha isso bom, mas quem tiver cabeça, até que é bom dar uma sacudida, que a gente trabalha por conta própria, né? É um pouco explorada pelo preço da diária, mas, pelo menos ninguém tá mandando na gente. A gente faz o que a gente guer, né? Vem trabalhar o dia que quer também, né?

A contradição entre os aspectos positivos e negativos levam ao fato de que muitas mulheres afirmam querer sair da prostituição, mas continuar fazendo programas de vez em quando. Este fato está relacionado também à questão da sexualidade, que voltaremos a abordar posteriormente, de forma que algumas afirmam que a zona é o lugar em que têm prazer sexual. Contudo, outras dizem querer "mudar de vida" deixando completamente de se prostituir. Essas contradições muitas vezes são influenciadas também pelos ambientes e para quais interlocutores as afirmações são feitas. Assim, uma mesma mulher pode afirmar em uma instituição que tem vontade de sair da prostituição e em outra que gosta da sua atividade. Apesar disso, principalmente pela quantidade de relatos de prazer na atividade que colhemos durante as entrevistas, consideramos que há, em alguns casos, uma vontade de permanecer nessa ocupação.

Cláudia: Ah, perdi a graça. Passou da hora de ir embora, mas não tem emprego pra mim. Se tivesse um emprego de seiscentos contos, só vir aqui uma ou duas vezes na semana. De setecentos pelo menos. E outra coisa, se bobear setecentos é até mais do que eu ganho aqui. Verdade. Isso aqui já era. Até melhorar meu salário. Pra mim sair de vez. Pra ir me acostumando com os setecentos.

Carla: Olha, aí é complicado, por que as três faixa salariais baseiam mais ou menos a mesma coisa, eu faço atividades que eu gosto, tudo bem. Então

se eu estiver fazendo as três eu me sinto bem, e se eu não estiver fazendo as três, pra mim fica faltando.

Cátia: Bom, eu não sou muito de pensar assim no dia de amanhã, não. Geralmente eu vivo o meu dia de hoje mesmo. Eu não sei se vai ser o último. Ai, eu não penso não. Nunca parei pra pensar nisso não. Só que eu não me vejo aqui dentro daqui uns cinco anos não. Porque eu trabalho aqui por necessidade mesmo e não porque eu gosto.

Cleusy: Eu pretendo conseguir vender minha casa, que eu já pus pra vender. Comprar a minha de novo. Comprar pra mim, montar uma coisinha pra mim. Pra mim trabalhar mais meus filhos. Continuar fazendo meu trabalho no GAPA, pra continuar vindo. Continuar tendo um cliente ou outro que eu sei que é bom. Coisa e tal. Então eu pretendo isso. Se Deus quiser. Meu ganha pão, meu próprio negócio. Seja pequeno, desde que dê pra sustentar meus filhos. Porque aí eu não vou tá pagando aluguel. Vou ter minha casinha de novo, né? Então é isso, trabalhar e meus filhos.

Cleusy: Eu só tô nessa posição pra sustentar meus filhos, porque eu preciso. Pra não deixar faltar as coisas pra eles. Pra mim também. Manter, né? Minha família. Se eu arrumar alguma coisa pra fazer pra sustentar meus filhos, eu saio daqui sim. Como já saí muitas vezes. Se tiver que voltar eu volto também. [...] Mais é financeiro. Eu gosto daqui... A gente diverte. A gente não ganha dinheiro, mas a gente diverte também. Tem as amigas, tem o cliente, tal coisa. As meninas contam... Uma chega e fala isso, fala aquilo... O cliente chega e pergunta quanto que é e você fala tanto, e ele só tem tanto, ai você ri da cara dele. Essas coisas bestas assim. Mas se eu tiver oportunidade de parar... de vir... Não que eu vou deixar de vir...

Conforme apresentado anteriormente, podemos observar que a prostituição diz respeito a uma variedade de práticas, sentimentos e ações. Assim, é bastante complicado tentar resumi-la em conceitos restritos. Pensar por exemplo que é uma forma de escravidão é ignorar o prazer sentido na atividade. Por outro lado, considerar que é ligada apenas a este prazer é deixar de pensar nas formas de exploração e preconceito a que está relacionada.

Muitos movimentos de prostitutas têm buscado uma visão da prostituição como um trabalho e, como tal, sujeito a explorações. Para Juliano (2004), a discussão de se a prostituição deve ser considerada um trabalho é uma forma de desvalorização das prostitutas. Nas sociedades tradicionais, essa desvalorização era feita pela associação com o pecado. Na sociedade laica atual, a valorização é relacionada à condição de trabalhador/a, sendo que aqueles não considerados trabalhadores são vistos como "vagabundos" ou "preguiçosos", no caso das prostitutas por vezes são consideradas "mulheres de vida fácil". Assim, negar a indivíduos sua condição de trabalhadores implica a redução de suas possibilidades de inserção na sociedade como sujeitos plenos de direitos. Neste sentido, Doezema (1998) considera que a

distinção entre trabalho voluntário e forçado foi subvertida como forma de justificar a negação dos direitos humanos das prostitutas. A autora afirma que há uma tendência a condenar a prostituição forçada ao invés de promover direitos humanos à livre, sendo mais fácil obter suporte para as vítimas dos traficantes do que buscar a mudança de estruturas que violam os direitos humanos.

Kempadoo (1998) aponta que ver o trabalho sexual como passível de exploração, tal qual qualquer outro trabalho, pode implicar em bases para a mobilização e lutas por melhores condições de trabalho, direitos e benefícios, bem como para a resistência à opressão, permitindo o surgimento de estratégias para a busca por mudanças. Ademais, essa alteração na forma de conceitualização pode apontar a existência de interesses comuns das prostitutas com as demais mulheres trabalhadoras, permitindo uma luta conjunta contra a desvalorização do trabalho feminino e sua exploração.

Wijers (2004) afirma que a visão das próprias prostitutas levou à constituição do modelo laboral, que, ao invés de discutir sobre elas, as inclui no debate sobre qualquer tipo de política sobre o trabalho do sexo, por vezes questionando o poder do Estado para regular a sua atuação. Nessa visão, o trabalho do sexo não deveria possuir leis específicas, mas ser regulamentado pela legislação laboral e civil comuns às demais categorias profissionais. O objetivo é que as mulheres sejam reconhecidas como trabalhadoras e que se busquem melhorias em suas condições de trabalho.

Bindman (2004) aponta alguns problemas encontrados por profissionais do sexo em sua atividade, como os longos horários, o trabalho noturno, a falta de segurança e a exploração por parte dos empresários, mostrando como poderiam ser regulados por mecanismos vigentes e utilizados para outras ocupações. Para tal, se baseia na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais (PIDESC), na Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDCM) e em documentos da Organização Internacional do Trabalho. Assim, não haveria a necessidade, por exemplo, de legislação específica contra a escravidão no trabalho do sexo, já que todo individuo tem direito a liberdade. Contudo, o forte estigma relacionado à prostituição, o *status* ilegal das atividades relacionadas a ela e sua

exclusão de proteções sociais que habitualmente são oferecidas a outras profissões implicam numa maior vulnerabilidade à violação de direitos. Dessa forma, as prostitutas muitas vezes não se vêem como merecedoras de direitos e, quando algumas poucas solicitam o amparo da lei, não o obtém, uma vez que há forte preconceito policial e judicial (BINDMAN, 2004).

A luta pelo reconhecimento da prostituição como ocupação tem sido uma constante em diversos movimentos, como é o caso da RBP. A nosso ver, é uma discussão essencial. Existem inúmeras pessoas no Brasil que se prostituem e é necessário oferecer a elas alguns direitos que são fundamentais. Contudo, torna-se importante problematizar que apenas o reconhecimento como trabalho não garantirá o fim das formas de dominação exercidas sobre as prostitutas. Inúmeros trabalhos são devidamente regulamentados e isso não assegura a ausência da exploração. Ademais, como discutiremos mais à frente, muitos dos problemas enfrentados pelas prostitutas são fruto de opressões que passam também por hierarquias sexuais e de gênero. Apesar disso, acreditamos que o reconhecimento poderia ser um primeiro passo em direção a alguns direitos básicos.

2.3. O trabalho da prostituta em Belo Horizonte

Em Belo Horizonte, as áreas de prostituição mais conhecidas são a Rua Guaicurus e a Avenida Afonso Pena, que diferem em inúmeros aspectos. Apesar disso, a prostituição ocorre em diversos outros espaços, como na Avenida Pedro II (principalmente de travestis), na região da lagoa da Pampulha, nas rodovias, em boates, pela internet, via anúncio em jornal. Ao longo da pesquisa, visitamos principalmente as seguintes áreas: hotéis (Rua Guaicurus), praça da rodoviária (Praça Rio Branco), Avenida Afonso Pena e algumas boates (bairros: Barro Preto e

Centro). Neste item serão mostradas e discutidas características de cada uma das áreas. Abaixo, um quadro comparativo ilustra alguns pontos principais. Vale ressaltar que todos locais possuem inúmeras variações, que não serão apresentadas aqui, uma vez que se objetiva apenas dar um panorama de cada situação.

	Local	Horário	Preço médio /programa	Programas /dia	Presença de travestis
Hotéis	Ruas Guaicurus e São Paulo, Centro	8 às 24	R\$10,00	13	Não
Rodoviária	Praça Rio Branco, Centro	Durante o dia	R\$7,00	10	Não
Afonso Pena	Avenida Afonso Pena	A partir de 19 horas	R\$ 20 (oral), R\$ 30 (carro) e R\$ 50 (motel)	10	Sim
Boates	Barro Preto	A partir de 22 horas	R\$ 100 (30 min.) e R\$ 130 (60 min.), R\$ 30 pagos à boate	5	Não
Boates	Centro	A partir de 22 horas	R\$ 90 (30 min.) e R\$ 120 (60min.), R\$ 16 pagos à boate	5	Não

2.3.1.Prostituição em boates

A prostituição em boates possui características muito variáveis conforme o públicoalvo, a localização, o tipo de serviços oferecidos, etc. No caso desta pesquisa, foram feitas abordagens apenas em boates da região do Barro Preto e região central, as quais serão apresentadas brevemente.

2.3.1.1. Boates no Barro Preto

Foram feitas abordagens em duas boates localizadas na Avenida Amazonas e que são de um mesmo dono, sendo que o funcionamento é bastante parecido. As boates funcionam de segunda a sábado, das 22 às 5 horas, podendo haver variações. Para realizar o programa, os clientes pagam R\$ 100 por meia hora e R\$ 130 por uma hora. O valor é pago à casa, que desconta 30 reais por programa pelo uso do quarto. Para sair com a mulher e realizar o programa em outro local, o cliente paga 80 reais à casa. Todos os programas são pagos diretamente no caixa e, ao final da noite, a mulher retira o seu dinheiro.

As prostitutas atendem cinco ou seis clientes por noite. Nas casas, às vezes tem até 15 mulheres, sendo que algumas moram lá. Podem fazer strip-tease na casa, recebendo 10 reais. Fazendo strip-tease particular (em um canto de uma sala menos movimentada), o cliente paga 32 reais. Apesar da boate ser bem conservada, os quartos têm condições precárias, com a tinta das paredes descascando, sem banheiro, sem lençol na cama. As entrevistadas pareceram gostar bastante de trabalhar nas boates, afirmando se sentir seguras e respeitadas.

2.3.1.2. Boate da região central

A abordagem foi feita apenas em uma boate da região central, de forma que não é possível generalizar para as demais boates. A boate possui inúmeras mesas e, afora a iluminação fraca e a presença de espelhos nas paredes, parece um restaurante.

As poucas prostitutas presentes no momento estavam sentadas em uma mesma mesa. O preço pago por programa é de R\$ 70 por meia hora ou R\$ 100 por uma hora, valor ao qual é adicionado o preço do aluguel do quarto, de 20 reais. O preço para levar a prostituta para fazer o programa fora da boate é de 22 reais, mas esses casos são menos freqüentes. As prostitutas devem tomar com o cliente pelo menos uma bebida (que pode ser sem álcool) na mesa antes de fazer o programa. Pela bebida do cliente, elas ganham uma porcentagem, que, dependendo da bebida, é de 3 ou 5%.

2.3.2. A prostituição nas ruas

Algumas mulheres optam por trabalhar nas ruas e praças. Ao andar por estes lugares, muitas delas não podem ser diretamente identificadas como prostitutas, uma vez que usam todo tipo de roupas e às vezes ficam apenas sentadas em algum banco, por exemplo, esperando ser abordadas. Segundo Freitas (1985), essas mulheres se sentem menos segregadas, por estarem mais próximas das pessoas comuns. Contudo, de acordo com Garaizabal (2004), as prostitutas que trabalham nas ruas são as mais estigmatizadas, uma vez que o fato de ocuparem de forma visível o espaço público impede que sejam ignoradas, incomodando a "sociedade". A prostituição é vista como algo que degrada o bairro, trazendo violência e perversão. Neste caso, é preciso definir de que "tipo" de prostituição de rua se está falando. A Avenida Afonso Pena, por exemplo, é considerada uma área nobre da cidade e recentemente foram feitas tentativas dos moradores de retirar as prostitutas do local. Já a praça da rodoviária, além de ser uma área menos nobre, não é uma área famosa como de prostituição e há a possibilidade de ocultamento da atividade, o que protege as mulheres e ao mesmo tempo evita reações contrárias da sociedade.

2.3.2.1. A praça da rodoviária (Praça Rio Branco)

A praça da rodoviária se encontra próxima ao hotel Rio Branco, indicado pelo número 13 no mapa que está na página 63. É formada por uma praça maior e duas menores (divididas por ruas que cortam a praça). A prostituição ocorre em todas, mas em geral as mulheres que "batalham" em uma não freqüentam as outras, embora não haja relatos de que tenham que pagar pelo ponto. A prostituição ocorre principalmente durante o dia, quando o movimento é maior e a área é mais segura. Em geral as mulheres ficam sentadas na praça, muitas vezes em pequenos grupos, e são abordadas pelos clientes no próprio local.

Muitas prostitutas afirmam que gostam de "fazer ponto" nesta região por não serem diretamente identificadas como prostitutas, uma vez que pode parecer que estavam apenas descansando. Esse fato é proporcionado não só pela grande circulação de pessoas, mas também pelas roupas, "comuns" e não decotadas, e pela idade das mulheres, sendo que algumas possuem 50 ou 60 anos, que muitas vezes não evidenciam a sua atividade, uma vez que não condizem com o estereótipo da prostituta. Os clientes costumam ficar sentados em pequenos grupos, o que também dificulta a sua identificação. Quando abordadas pelos clientes, em geral as mulheres negociam o preço na própria rua e depois vão para algum motel próximo. Uma delas declarou que os programas às vezes são de até 25 reais, em geral sendo menos, e que no motel que mais gosta de ir são cobrados sete reais pelo quarto, pagos pelo cliente. O fato de não terem horário fixo e nem pagarem pelo ponto, para cafetões ou para os motéis, faz com que as mulheres declarem se sentir mais livres.

2.3.2.2. A Avenida Afonso Pena

Na Avenida Afonso Pena, as mulheres e travestis ficam paradas, sozinhas ou em pequenos grupos, e são abordadas pelos clientes, que costumam estar de carro. O programa é negociado com a mulher ainda do lado de fora do carro e, quando combinam, se encaminham para alguma rua mais deserta (em que o programa é feito no carro) ou para algum hotel. A avenida é grande e existem pontos a partir do cruzamento com a Rua Timbiras e atingindo até a área próxima à Praça da Bandeira, ou seja, excetuando apenas a região mais central da avenida.

Carla: A gente tem clientes, eles passam e ligam, às vezes eles ligam pra gente, a gente dá o telefone, eles passam e pegam a gente. A gente pode fazer o programa no carro, que é mais rápido, ou pode fazer no hotel, que é onde eu mais faço. Residências eu já não faço. E de preferência em locais próximos ali, nunca distantes. Meu programa no carro tá na faixa de 40 e no hotel 70 a hora.

Carla: Automaticamente quando ele pára, a gente fala o que faz, ele pergunta o preço e a gente fala o que faz. Se você entra no carro é por que já tá tudo combinado. Nós não entramos se não estiver certo. Que se você colocar uma garota no carro, você tem que pagar. Então assim, se eu sentei no seu carro, você tem que pagar adiantado. Se você desistir do programa, aí já não é problema meu, o problema é seu, o dinheiro já está comigo.

Os pontos de mulheres e travestis são demarcados, havendo poucos lugares em que ficam ambos. Algumas mulheres e travestis afirmam ter que pagar pelo ponto, principalmente "as novatas". Um número menor de mulheres diz pagar para um cafetão que lhe oferece segurança, anotando números de placa e ligando no celular quando demoram muito. Outras já declaram não pagar nada.

Carla: Ali, todas nós trabalhamos da seguinte forma: eu nunca gostei de ficar parada no mesmo lugar, então, sempre assim, eu ficava andando, sempre o meu negócio foi andar, subir e descer, por que eu não consigo. Então assim, eu não tenho ponto específico. Uma hora eu estou no final da Afonso Pena, uma hora no meio, outra hora embaixo. Entendeu? Então eu sempre estou andando. Eu fico assim, um mês, dois meses num lugarzinho, depois cismo e vou conversar com as meninas. A gente fica conversando pra conhecer as pessoas. É assim que você fica conhecida. Olha, tem um local que eu me sinto mais segura. São dois locais. Um que é próximo à Delegacia da Civil. Tem a Delegacia, então, do outro lado a gente fica, numa rua lá próxima, e traz uma segurança. O outro também é próximo ao

quartel do Corpo de Bombeiros, que traz uma segurança, por que os militares ficam ali e os agressores às vezes eles não se atrevem tanto porque é uma área militar, então isso traz uma espécie segurança pra gente.

Em geral, as pessoas que se prostituem na Afonso Pena são jovens e algumas são estudantes. Várias usam roupas curtas e justas, mas há outras que usam roupas "comuns", como calças jeans e blusas não decotadas, o que em alguns momentos dificulta a sua identificação. Ficam paradas na avenida ou no passeio ou sentadas em muretas conversando.

As variações no preço do programa são pequenas, sendo que a maioria cobra por volta de R\$ 20 o sexo oral, R\$ 30 no carro e R\$ 50 no motel. O preço cobrado pelas travestis é mais variado. Há também a negociação do preço com base na prática a ser realizada e no tempo. Várias mulheres afirmaram que a maioria dos homens prefere fazer o programa no próprio carro. Segundo as entrevistadas, fazem no máximo 10 programas por noite, sendo que às vezes não fazem nenhum.

Carla: Não é pelo carro, é tipo pela tabela: nós cobramos isso. Mas existem pessoas lá que são viciadas e de certa forma ela tá precisando mais de arrumar dinheiro mais rápido, assim, para comprar drogas tudo, que infelizmente acontece isso, então o programa sai mais baixo. É o mesmo preço, entendeu? Mas tem umas que acho que dá muita confusão de briga de ponto. A questão de diferença de preços de programas entendeu? Mas isso não abala a gente. E eu também, o máximo que eu gosto de trabalhar é três vezes na noite, quatro vezes, aí eu vou embora.

Carla: Tem que saber o tipo de cliente, o quê que ele quer. Por que existe o programa normal, que é o que o cliente quer, que seria o oral e o normal, existe o programa liberal, que seria uma coisa já anal, e existe o programa fantasias, que é o que eu mais trabalho, que é o que eu mais gosto, entendeu? É tranquilésimo. Então, assim, eu já negocio antes. Que pra mim o que eu gosto mais é de fantasias.

Em geral começam a chegar quando anoitece, por volta de sete e meia ou oito horas, mas um número maior de prostitutas chega ao local aproximadamente às dez horas e permanecem até de madrugada. As travestis costumam chegar mais tarde do que as mulheres. A prostituição nesta avenida ocorre durante todos os dias, mas o movimento maior é durante os fins de semana e a madrugada.

Por trabalharem em via pública, algumas prostitutas do local têm uma preocupação com a vizinhança, buscando fazer pouco barulho e respeitar o espaço dos outros.

Carla: Por exemplo, na porta da sua casa, depois de dez horas não se deve fazer barulho, certo? A lei é essa. Bom, pessoas podem ficar ali, é até bom para a segurança, pro dono do imóvel, né? Por que quando ele vê ladrão não vai querer pisar numa casa que para subir tem que passar pela gente, né? Então às vezes tem pessoas que pensam por esse lado. E outras vezes tem que respeitar pelo seguinte, que não pode fazer barulho por que o outro tá dormindo, que amanhã vai acordar cedo. Se você trabalha de noite, o outro trabalha de dia, entendeu, então por mais que às vezes você toma uma distância do prédio, às vezes baderna também não funciona.

Carla: Não, os vizinhos têm umas meninas... Eu gosto de chegar mais cedo por que eu vou embora mais cedo. Sempre foi assim. Todos gostam, conversam comigo tratam super bem. Nunca tive problema nenhum. As outras que chegam mais tarde e arruma problemas de briga assim é quando passa "boyzinho", essas coisas. Então assim, temos que fazer o máximo possível de permanência, tentar respeitar o espaço do outro, entendeu? É isso o que eu converso com as meninas, cada um respeite o espaço.

Contudo, muitas vezes se sentem desrespeitadas no seu local de trabalho. Na Afonso Pena são constantes as agressões dos "boyzinhos", que são jovens das classes mais altas. Passam agredindo as prostitutas verbalmente e fisicamente, principalmente atirando coisas nas mesmas. Apesar da alta freqüência com que ocorrem essas agressões, as prostitutas não possuem respaldo da polícia ou de nenhum grupo. Assim, para se protegerem, precisam usar diferentes estratégias, como ficar atentas ou evitar entrar em carro com mais de uma pessoa.

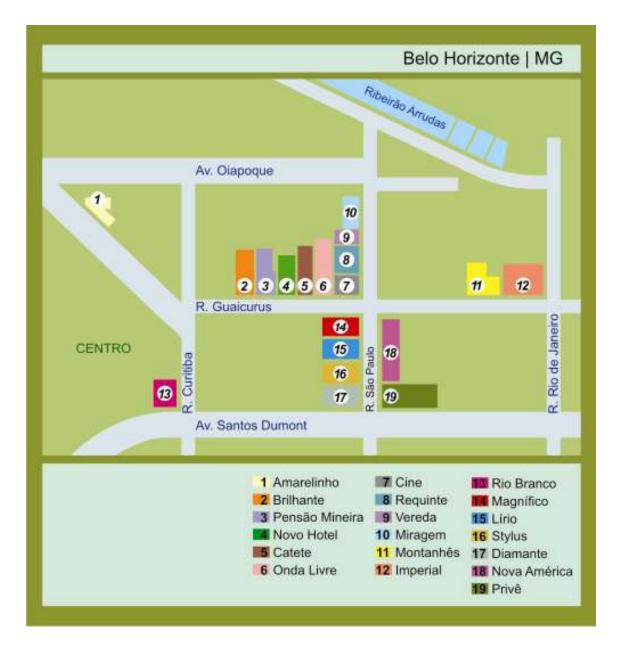
Carla: Gritaria, chega, fica fazendo arruaça, aquele tanto de moto, aquela coisa lá, então você tem que ficar muito atenta. Pode até jogar água também. É extintor, é ovo, é água, então você tem que ficar atenta. Você nunca pode ir no carro se você vê que tem dois, três. Você não pode ficar próxima, você tem que ficar em cima do meio fio. Já tem que dar uma afastada, pra não correr o risco. Isso tem muito. O povo passa é para agredir mesmo. É bater, é jogar garrafa, é jogar não sei o quê, então a gente tem que ficar atento com os carros que passam na rua. E ficar meio longe, né, a gente tem que ficar meio escondida. Você não sabe o que o cara tem na mão, né? E quando ele chama próximo, se tiver dois eu não vou. Que eu não sei se ele tem extintor, que joga no rosto, ou pimenta, essas coisas. Então, é preferível você olhar de frente e conversar de longe. Que se der por algum motivo alguma coisa suspeita a gente já sabe.

Carla: A gente chama a viatura. A gente pega a placa do carro e chama a viatura. Entendeu? Aí a gente chama e denuncia o cara. Acontece isso todos os dias praticamente. Depois de meia noite então, é um atrás do outro. Entre onze e meia o tempo vai passando até eles pararem de passar.

2.3.3. A prostituição em hotéis

Os hotéis de prostituição surgiram como uma tentativa de controle sobre a atividade, demarcando as chamadas "zonas" em que poderia ser realizada. São localizados na região central de Belo Horizonte, principalmente nas Ruas Guaicurus e São Paulo.

Os hotéis geralmente são localizados em construções de três andares, sendo que o primeiro é ocupado por algum comércio, que pode ou não estar vinculado ao mercado do sexo, e nos dois outros ocorre a prostituição, com uma entrada independente. Essa entrada muitas vezes não possui uma placa de identificação e só é possível visualizar uma porta, um porteiro e uma escada bastante íngreme. Os hotéis não cobram pela entrada dos clientes, sendo que os porteiros têm a tarefa de barrar a entrada de menores de idade. Freqüentemente mulheres e prostitutas que trabalham em outros hotéis também são impedidas de entrar. No alto das escadas encontram-se corredores longos e repletos de portas. Alguns hotéis têm banheiros coletivos, outros possuem banheiro, vaso sanitário ou bacia plástica nos quartos. A iluminação em geral é fraca ou feita por luzes coloridas. Hoje existem 19 hotéis funcionando nesta área, como mostra o mapa abaixo.



Os horários e regras de funcionamento são variáveis, mas existem alguns pontos comuns. As prostitutas alugam o quarto por um ou dois turnos (de 6 ou 8 horas), pelo qual pagam a "diária" e neste período podem permanecer no quarto, onde esperam pelos clientes. O preço da diária varia bastante, de acordo com o hotel, o turno e o andar. Em geral, o valor pago pelo turno que vai até por volta de 16 horas é mais alto. O preço do quarto no primeiro andar também é mais elevado do que do segundo. No hotel Nova América, a diária do quarto no primeiro andar é 35 reais durante o dia e 30 à noite. No segundo, é 30 reais de dia e 25 à noite. Pagam também pelos lençóis, preservativos, papel higiênico e outras coisas que podem

querer, como aparelho de som, não incluídos no preço da diária. Muitas mulheres reclamam do preço da diária e também da falta de iniciativa das prostitutas para mudar esta situação.

Cleusy: Ah, por que a gente paga uma diária muito cara para ficar aqui dentro. Podia ser assim, do cliente vir e ele mesmo pagar, como dizem no interior, "pegar a chave" do quarto. Se ele quer ficar mais ele paga outro tanto por que é muito caro para a gente ficar aqui pagando o dia inteiro, né?

Cátia: Igual, todo ano aumenta a diária, aumenta a diária, tá parecendo um hotel cinco estrelas, mas não é, né? Fora as outras despesas que as mulheres têm com camisinha, papel, almoço. Tem que ter. As despesas nossas dão tipo uns 50 reais. Você chega no hotel de manhã e já tem que dar 50 reais. Então eu acho que deveria ter mais união nessas coisas também.

Cláudia: União em algumas coisas. Vamos dizer pelo preço da diária, que pelas condições que o Hotel oferece... Péssimo. Péssimo! Se tivesse todas reunidas e chegar em cima do dono e falar pra abaixar a diária. Ele falasse e implicasse alguma coisa, qual é a obrigação de todas as mulheres? Elas tinham que descer! Queria ver se ele ficava sozinho dentro do hotel. Aí com certeza abaixaria a diária. Mas elas não têm a capacidade, não têm coragem de fazer isso. Se fizesse isso, ele abaixaria e talvez mudaria numa boa. Eu já conheço bem o dono. Desde quando tem reunião aqui eu nem participo. Porque ninguém tem coragem quando ele fala: "os incomodados que se mudem". Era obrigação de todas as mulheres de pegarem descerem. Aí ele abaixaria com certeza. Porque ele não ia ficar com o hotel vazio, porque ele ia ver de onde que tira o sustento dele. Certo?

Os clientes circulam pelos corredores até escolherem uma prostituta ou vão apenas olhar. Quando se interessam por alguma, conversam com ela e negociam o preço do programa e as práticas a serem realizadas. Freitas (1985) afirma que a prostituição em hotéis de Belo Horizonte possui uma organização de trabalho bem delimitada. Ao ser combinado o "programa" (unidade elementar da atividade da profissional do sexo), são discutidas as práticas sexuais a serem realizadas, o preço e o tempo. Para o autor, tais acertos se assemelham a qualquer tipo de prestação de serviço.

Cátia: Quando eu faço esses programas é sete a dez reais, geralmente é três posições, uma "chupadinha", com camisinha. Aí, se o cara quiser mais coisas, aí tem que conversar e combinar o preço.

Cláudia: A abordagem? Vou chamando. Dedinho, né? Vou guiando ele aqui dentro do quarto, também fechando a porta e falo: "Ô meu queridinho gostaria de fazer um programa comigo. Fazer um amorzinho, dar uma namoradinha?" [Risos] Quando pergunta o que eu faço. A transa, a "chupadinha" e as posições só. Ou então trabalho também de consolo. Uma coisinha mais fantasiosa, consolo, sadismo também faço. Adoro fazer sadismo. Nossa senhora. É bom demais! Porque o homem é quem tá sofrendo, não é eu. Eu nem ligo. Adoro. Adoro trabalhar de consolo e

sadismo. É o meu forte. É o que dá mais no puteiro é isso. Fantasia eu cobro mais. Aí meus clientes fixos são de dez a vinte reais, agora o sadismo é de vinte pra cima.

Em geral, cobram um preço pelo "completo" que inclui "três posições e uma chupada". Contudo, muitas vezes, após essa combinação inicial, podem renegociar as práticas e preços dentro do quarto. O sadomasoquismo, o trabalho com consolo, o sexo anal e fantasias em geral são mais bem pagos. Algumas destacam ainda que os "clientes fixos" muitas vezes "ajudam" pagando mais do que o preço normal.

Cátia: Porque existem vários tipos de programas, você entendeu? A maioria das mulheres aqui o que elas cobram mais caro é sexo anal. Eu não faço. De jeito nenhum. Não faço mesmo, não faço nem se me matar. Nem se me aparecer uma ótima oferta, não faço mesmo. E nem faço sexo oral sem camisinha porque também eu acho muito nojento. Mas o que a maioria faz pra ganhar dinheiro é isso. Entendeu agora? E no meu caso tem muito cliente que pede muitas coisas estranhas. Coisas estranhas que eu fico com vergonha de falar. Mas geralmente eu faço. Mas sexo anal e sexo oral sem camisinha...

Cleusy: Varia. Varia. Tem cliente que chora. Aí você fica por menos, aí outros já acha mais legal, já paga mais.

Cátia: É ele que me dá. Eu tenho uns quatro clientes fixos assim, que geralmente é eles que praticamente estão me bancando. É porque já tem uma relação de amizade, já tem muito tempo que vem, acaba ficando amigo, né? Claro que um deles confunde as coisas, acha que é namorado, mas não é não. Aí vem e pergunta de quê que você está precisando, de quanto você está precisando? Aí, sabe, a gente fala, né. É tanto.

Cleusy: Os clientes fixos têm costume de pagar mais. Mesmo se a gente pedir às vezes eles passam a te pagar tanto, e tal, é gente boa, e tal, e tem outros que continuam no mesmo preço mesmo, não aumenta mesmo, só se o programa aumentar mesmo, então...

O preço do programa é muito citado também como uma forma de recusa de clientes ou práticas. Assim, quando não querem fazer determinadas coisas ou com pessoas específicas, declaram um preço mais alto, para o cliente desistir. Assim, há uma negociação não apenas do valor a ser pago, mas do próprio lugar de poder, uma vez que para obter o que desejam, os homens têm que se submeter às condições das prostitutas.

Cleusy: Dependendo da situação ai eu cobro mais caro, ou eu falo "eu não quero fazer com você" e pronto. Porque às vezes tá bêbado. O cara chega confuso. Aí eu não faço. Ele vai pagar pra não fazer. Fora isso, tem uns que você cobra caro, aí eles vão embora porque não têm mais dinheiro pra pagar.

A grande circulação de clientes permite que as prostitutas consigam fazer muitos programas em um mesmo dia, o que leva a uma possibilidade de receberem um valor significativo pelo dia de trabalho. Como têm que pagar a diária, as prostitutas precisam fazer um certo número de programas (também variável) para começar a obter ganhos, mas, após esse valor tudo o que receberem é seu, não tendo que pagar nenhuma porcentagem aos donos dos hotéis. Porém, nos finais de mês, por exemplo, muitas mulheres relatam não conseguir fazer o número de programas necessário para pagar a diária. O número médio de programas é bastante variável, mas muitas declaram fazer cerca de 13 por dia. Os programas em geral são rápidos e o preço é baixo.

Cátia: Faço uns 10, 12. Ah, já fiz até 30, minha filha. Mas quase que eu não agüentava [risos].

Cleusy: Aí depende, tem dia que tá bom e você faz 13, 14, já cheguei a fazer até 18. Mas tem dia que você faz 6, 7, 8. Mas às vezes o dia que você faz muito você acaba não fazendo tanto quando você faz pouco. Que às vezes você faz pouco programa, mas faz mais dinheiro.

A maioria das prostitutas declara que vai ao hotel durante o horário de trabalho e depois retorna para casa. Contudo, algumas, principalmente as que vêm do interior ou de outros estados, moram nos hotéis ou passam temporadas neles e depois voltam para suas cidades. Em alguns casos, os hotéis ficam fechados entre as 24 horas e as 8 horas e as mulheres têm que permanecer lá dentro. Várias prostitutas relatam gostar de ficar no mesmo quarto ou no mesmo hotel. Em casos em que ficam sempre no mesmo quarto e trabalham durante os dois turnos, por vezes os donos cobram das mulheres pelos dias que não trabalham também, uma vez que os quartos são reservados para elas e seus pertences impedem que outras os utilizem. Contudo, a maioria das prostitutas afirma não ter que comparecer todos os dias ou avisar nos dias em que for faltar, o que consideram uma grande vantagem em relação a outros trabalhos.

O trabalho no hotel é visto como sendo mais vantajoso do que o trabalho nas boates, por exemplo. Muitas declaram se sentir mais livres, não sendo obrigadas a fazer programa com qualquer cliente ou a ingerir bebidas alcoólicas.

Cleusy: Bom, aqui dentro você não tem que beber, não tem que dar lucro, tem que pagar a diária, mas não tem que dar lucro. Agora boate você tem que ficar a noite inteira, tem que beber, tem que agüentar homem tonto.

Você vai para o motel com o sujeito e se ele não te pagar, te agredir, né? Então aqui dentro não, aqui dentro é bem diferente, aqui dentro não acontece isso, você fica com quem você quiser você não é obrigada a ficar com ninguém. Você tem que pagar a diária, é lógico, mas se o homem chegou bêbado você não é obrigada a ficar com ele. Você tem que se sujeitar a tudo, você tem que beber, tem que ficar a noite inteira acordada, né, você costuma ficar a noite inteira bebendo com o homem e no final das contas ele não vai sair com você, ele só vai louco pra casa. Então não compensa, eu prefiro trabalhar aqui mesmo, mesmo pagando a diária cara mesmo, eu prefiro.

Cátia: Eu não gosto muito de trabalhar em boate por que você tem que beber, e eu não sou muito de beber, entendeu? É ruim só por causa disso, tem que ficar a noite inteira acordada, e eu ficava muito longe dos meus filhos também, e isso para mim é ruim, entendeu? Por isso que eu optei por ficar no hotel.

A questão da segurança foi muito colocada pelas mulheres. Muitas consideram mais seguro trabalhar no hotel do que na rua, por exemplo. Contudo, em muitos casos são elas mesmas que têm que se unir para ajudar uma prostituta que está sendo agredida. O trabalho no hotel também é visto como algo que protege a "sociedade" de ter que conviver com a prostituição.

Cleusy: Ah, nós batemos no homem, uai. Nossa! Saímos batendo, o gerente deixa, despista e finge que não tá vendo, chama a polícia. Eu mesmo sou terrível para bater nos homens, isso nunca aconteceu comigo [agressão física], acontece com as mulheres e eu acabo batendo nos homens por causa das mulheres. Comigo mesmo nunca aconteceu. [...] Elas gritam, né? Grita e a gente vai lá pra ver. Uma vez uma delas tava brigando com o homem dela, ele tava batendo nela e eu meti o pé na porta, e quebrou a porta e teve que trocar a porta, ainda bem que o gerente não viu que era eu, se não ia me mandar pra rua. Elas gritam, gritam o gerente, mas a gente acaba chegando antes dele que ele não vem depressa.

Cátia: Os donos dos hotéis cobram uma diária caríssima e muitas das vezes não dão nenhuma segurança pra gente, entendeu? Você paga a diária todo dia, a diária cara, não tem um pingo de segurança, um pingo de higiene, um pingo de conforto no espaço você não tem. Então, por esse lado eu acho que não deveria ter. Mas, por outro lado, pelo menos a gente tá aqui dentro, não tá se expondo na rua, não tá levando a sociedade a conviver com... Infelizmente a sociedade é muito preconceituosa, né, então pelo menos você não tá precisando ficar ali na rua dando a sua cara pra bater. Aqui dentro pelo menos tem esse lado positivo, mas tem o lado negativo também.

O fato de os hotéis possuírem alvarás de funcionamento, mas ao mesmo tempo serem considerados ilegais implica a ocorrência de fechamento de hotéis, de cassação de alvarás e batidas policiais. Por vezes as prostitutas são levadas pela polícia ou são obrigadas a descer dos hotéis em seus trajes íntimos, sem poderem, ao menos, pegar os seus pertences.

3. Histórias da prostituição no Brasil

Roberts (1998) as tentativas do Estado e da sociedade de controlar a prostitução são milenares. Por volta do ano 2.000 a.C. já existiam relatos de tentativas de separar as mulheres entre aquelas que eram boas (mulheres para casar, dóceis e obedientes) e as más (autônomas, prostitutas), sendo que a prostituta seria uma esposa intratável e desagradável, uma vez que estava acostumada a aceitar outros homens. No século VI a.C., período em que Solón governou Atenas, foram criadas inúmeras leis para regulamentar o lugar das mulheres na sociedade. Com as duras penalidades tanto para prostitutas quanto para "mulheres respeitáveis", a prostituição aparece como sendo uma das poucas formas para as mulheres freqüentarem a sociedade e obterem sustento, aumentando o número de prostitutas. Percebendo as possibilidades de lucro que poderia obter, Solón começa a organizar o negócio, passando a haver bordéis oficiais que eram administrados pelo Estado. Contudo, isso de forma alguma implicou na garantia de boas condições de trabalho, sendo que Roberts (1998) relata, por exemplo, que as moradias pareciam celas, apertadas e insalubres.

Esse breve apontamento histórico tem como objetivo ilustrar como muitas das questões que estão em pauta sobre a prostituição são milenares. Um desses pontos é que a prostituição era vista, contraditoriamente, como um problema social, mas que poderia gerar lucros. Cumpria uma função social na delimitação dos lugares a serem ocupados pelas mulheres e das penalidades que podiam sofrer caso não se mantivessem "em seu devido lugar" (as prostitutas, não poderiam ser boas esposas e as mulheres "de bem" que tentassem viver independentemente dos homens seriam tachadas de prostitutas). Ademais, a definição de lugares diferenciados para as mulheres (para casar/para transar) influenciou na função social da prostituição em relação aos homens, sendo que muitas vezes se justifica a existência dessa ocupação como forma de evitar estupros, permitir a iniciação sexual masculina, preservar a pureza das esposas e dos casamentos, entre outros. Essas visões vêm

sendo alteradas ao longo dos anos, principalmente por visões feministas e pelas idéias de liberdade sexual, mas ainda estão fortemente presentes em inúmeros discursos e práticas. A existência de uma função social da prostituição levaram a diversas tentativas por parte do Estado de controlar ou eliminar esta atividade, reduzindo os danos causados por essa. As tentativas são fundamentadas na forma como cada Estado percebe a prostituição e as pessoas, em especial as mulheres, que a exercem.

As tentativas de controle ou de eliminação estão presentes em diversos momentos da história brasileira. Escolhemos aqui dois momentos que consideramos basais: o século XIX, marcado pelo surgimento da sífilis e pelas tentativas de higienizar as cidades, e o final do século XX, quando aparecem os primeiros casos de AIDS e são feitas ações que objetivam conter a epidemia e o preconceito. Vale ressaltar que apesar das semelhanças entre os momentos (ênfase em uma doença sexual, ação mais intensa no final do século), o segundo é marcado por uma grande diferença que é a ação dos próprios envolvidos (grupos gays, prostitutas). Nesse sentido, o momento traz um fato fundamental à discussão feita nessa pesquisa: o surgimento e consolidação do movimento de prostitutas. A escolha desses momentos não é arbitrária, acreditamos que são ocasiões em que as discussões sobre a prostituição e as medidas a se tomar em relação a ela se tornam mais presentes e acirradas. A seguir falaremos também de algumas das políticas de uso do espaço urbano em Belo Horizonte, destacando as tentativas de revitalização de áreas de prostituição e de remoção dos hotéis e as formas de enfrentamento que sucederam essas.

3.1. A utopia da higiene e o controle da prostituição

Segundo Soares (1992), a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, em 1808, modificou a vida da cidade do Rio de Janeiro, que se tornou capital do império português. Este fato estimulou o desenvolvimento de atividades econômicas urbanas e a melhoria das condições de vida da população. Foi por volta de 1840 que o processo de urbanização da cidade realmente começou, com a introdução da iluminação a gás, a limpeza pública e a criação de companhias de transportes urbanos, entre outras melhorias. Em 1880, a cidade assistiu à instalação de grandes fábricas.

De acordo com Engel (1989), a partir de meados do século XIX houve uma redução progressiva do número de escravos até a abolição da escravatura, em 1888. Havia também um número grande de imigrantes que chegava à cidade. A estrutura urbana se tornava mais complexa, oferecendo mais possibilidades de emprego, mas não conseguia absorver toda a mão de obra disponível. Com restritas oportunidades, os indivíduos livres buscavam se ocupar dos diferentes "expedientes". Se as oportunidades de trabalho eram poucas para os homens, eram ainda mais reduzidas para as mulheres. Podiam exercer o trabalho doméstico, o pequeno comércio, o artesanato, podiam ainda ser cartomantes, lavadeiras, coristas, dançarinas e atrizes. A maioria dessas ocupações era marcada pelo preconceito, podendo ser associadas à "prostituição enrustida". Ademais, os padrões de comportamentos e valores eram muito rígidos, valorizando a monogamia e a virgindade da mulher (ENGEL, 1989).

A prostituição, nesse período, se mostrava uma ocupação que propiciava uma condição mais autônoma e independente às mulheres, em termos sexuais, econômicos e emocionais. Era uma opção por vezes mais rentável e que ainda oferecia oportunidades de participar de assuntos e eventos que eram monopolizados pelo universo masculino. Possuía também diversas funções sociais, atuando a um só tempo como resistência ao ideal da mulher frágil e submissa e também como

forma de manter valores morais. Assim, por todo esse contexto social e econômico, muitas mulheres se tornavam prostitutas (ENGEL, 1989).

As prostitutas estavam em todas as áreas da cidade e havia escravas e libertas, brasileiras e imigrantes, de "baixo meretrício" ou "de luxo". A cidade era ocupada não só pelas prostitutas, mas por todo um grupo de "desclassificados" ou "vadios". Havia uma necessidade de controlá-los, mas paralelamente se percebia uma utilidade em sua presença. As prostitutas, por exemplo, poderiam ser usadas para povoar as áreas isoladas da cidade. Assim, só eram punidas se causassem desordem, ameaçando a tranqüilidade e a moral pública. Contudo, uma vez que não havia leis específicas para a prostituição, as punições eram arbitrárias, dependendo da interpretação do representante da lei (ENGEL, 1989).

Nesse sentido, Engel (1989) relata que o Código Criminal de 1830 não faz referência à prostituição ou a formas relativas a ela. Há uma clara distinção entre as mulheres "boas" e as "más", evidenciada no fato de que a pena para o estupro era diferente se a mulher fosse "honesta" ou "pública". Vianna e Lacerda (2004) destacam que a posse sexual mediante fraude e o atentado ao pudor mediante fraude só eram considerados crime, até o ano de 2004, se envolvessem "mulheres honestas". Esse termo só foi retirado do Código Penal em 2005 (BRASIL, 2005), com a promulgação da Lei 11.106. Esses pontos nos parecem fundamentais. Primeiro, evidenciam a visão polarizada que separa as mulheres entre "boas" e "más", de forma que não há possibilidade de ocupação de um lugar intermediário. Segundo, as mulheres não são apenas tidas como diferentes, mas dotadas de direitos que também são diferentes, de forma que alguns crimes só podem ser realizados contra "mulheres honestas". Exemplo disso são os relatos de prostitutas de Mato Grosso do Sul, de que não conseguem fazer Boletim de Ocorrência (BO) em casos de estupro, pois policiais afirmam que "não há nada a ser estuprado". Esses fatos também foram relatados por prostitutas de Belo Horizonte.

O Código do Processo Criminal de 1832 trazia, nas atribuições do juiz de paz, um item sobre obrigar bêbados, vadios, prostitutas a assinarem o "termo de bem viver". Deveriam ainda vigiar o comportamento ulterior de tais pessoas. Somente no Código Penal de 1890 o lenocínio passa a ser crime, com penas de prisão e multa. A prostituição em si, não é abrangida pela lei, podendo ser enquadrada no item de

ultraje público ao pudor, que inclui atos que ultrajam e escandalizam a sociedade (ENGEL, 1989). Em tempo, o lenocínio era considerado um crime contra os costumes, buscando defender a honra da sociedade e das próprias mulheres. Essa idéia de costumes esteve presente inclusive no início das delegacias das mulheres, que levavam esse nome e que tiveram ações nesse sentido.

Neste período o Rio de Janeiro era visto como um local perigoso, marcado por epidemias e por hábitos e posturas inapropriados dos setores populares, de forma que tornou-se necessário limpar a cidade e disciplinar seus habitantes. Era preciso estudar a cidade para compreendê-la e modificá-la, transformando-a em um local civilizado. Os encarregados dessa tarefa foram os médicos, que deviam atuar como consultores do governo para assuntos de higiene pública, agindo sobre os mais diversos setores, curando as doenças da cidade. Nesse sentido, foram fortemente influenciados pela medicina francesa, do Dr. Parent-Duchâtelet, buscando resolver problemas sociais e higiênicos (ENGEL, 1989).

De acordo com Foucault (1988), houve uma tentativa de falar do sexo do ponto de vista neutro da ciência. Falava-se principalmente das aberrações, perversões, extravagâncias, em um discurso permeado pela moral. A solução para esses males seria a higiene, que eliminaria as taras, os degenerados. Os médicos que estudavam o sexo constantemente tentavam se justificar explicando o motivo que os levava a se debruçar sobre tema tão impuro, como se o assunto não fosse digno de ser abordado.

Nesse processo de higienização da cidade, os temas relativos à criança e à mulher eram fundamentais, o que Engel (1989) relaciona aos quatro dispositivos da sexualidade propostos por Foucault (1988): histerização do corpo da mulher, pedagogização do sexo da criança, socialização das condutas de procriação e psiquiatrização do prazer perverso, dispositivos que serão retomados no capítulo "Sexualidade e poder", iniciado na página 127. Engel (1989) afirma que o médico opinava sobre diversos aspectos como o vestuário e os hábitos da mulher, o casamento e as relações sexuais. A mulher, vista como a "mãe higiênica", devia auxiliar o médico no projeto de higienização das relações familiares.

A cidade estava doente e precisava ser tratada. Duas das faces dessa doença eram a prostituição e a sífilis, que se tornaram objetos do saber médico. Sob a influência de Parent-Duchâtelet, os médicos brasileiros estudaram a prostituição, buscaram as suas causas e efeitos, classificaram as prostitutas, debateram a regulamentação. Era preciso compreender essa "doença", definindo-a, entendendo suas origens, seus sintomas e as formas de tratamento. Visavam ainda impedir a propagação das doenças venéreas que assolavam a cidade, fortemente associadas à prostituição. Para realizar esses estudos sobre a prostituição, foram enfocadas três categorias básicas de classificação: perversão (doença física), depravação (doença moral) e comércio do corpo (doença social) (ENGEL, 1989).

Uma primeira visão da prostituição se ligava à noção de sexualidade pervertida, como dimensão física do corpo doente. A sexualidade era vista como uma função orgânica, natural, sendo a satisfação do desejo sexual uma exigência fisiológica. Contudo, o desejo era ao mesmo tempo necessidade e veneno para o corpo, se ocorresse sua livre ou excessiva manifestação ou se não tivesse fins reprodutivos. A prostituição era vista como sexualidade pervertida, não natural, por estar relacionada ao prazer excessivo e desvinculada da reprodução. Assim, era identificada tanto como sintoma da doença como quanto foco de degeneração física. Destarte, era algo perigoso, associado à contaminação, por via das doenças venéreas e também do estímulo aos instintos de outros corpos. Por outro lado, todo o seu perigo era disfarçado por uma capa de prazer, beleza e amor. A sífilis, por sua vez, era uma ameaça à integridade física, perturbando a saúde da população e degenerando a raça (ENGEL, 1989).

Outro aspecto importante é a preocupação com o corpo da mulher em si, tido como mais propenso à prostituição por sua beleza e caráter de passividade na função reprodutora. Era preciso estudar esse foco de perversão que era o corpo da prostituta em seus mínimos detalhes, verificando os hábitos cotidianos, como o sono, a atividade sexual e alimentação, e os efeitos da "vida desregrada". Só existiriam duas vias de satisfação dos instintos sexuais femininos: como mãe/esposa ou prostituta. A prostituição, como oposição à maternidade, era vista inclusive como causadora de esterilidade e incapacidade de gerar filhos. (ENGEL, 1989).

A segunda visão da prostituição a relacionava à depravação sexual, como dimensão moral do corpo doente. A própria definição de prostituição é indicativa dessa visão, sendo que compreendia as relações sexuais antinaturais e/ou moralmente condenáveis, como adultério, concubinato, poligamia. Não é o ato de fazer sexo por dinheiro que define a ocupação, mas o fato de ir contra regras de honestidade, ter relações com mais de um indivíduo ou abusar dos prazeres sem a intenção de procriar. Assim, o prazer em excesso é uma doença moral. São mulheres depravadas, selvagens, primitivas, loucas, que não controlam seus instintos, que predominam sobre a razão (ENGEL, 1989). Rubin (1984) associa essa visão a uma hierarquização sexual, em que determinadas práticas são ligadas a noções de doença e desvio.

De acordo com Rago (1985), esse foco nas relações familiares tinha como objetivo estabelecer um novo modelo de comportamento e de vida e também atuar na criação de um novo modelo de trabalhador, mais dócil, submisso e produtivo. Assim, a redefinição da família, com uma mulher voltada para a intimidade do lar e com um olhar cuidadoso sobre as crianças e sua educação, torna-se fundamental à imposição de valores de uma vida regrada e dessexuada, marcada pela privacidade. A mulher é tida como afetiva, mas assexuada, devendo ocupar os papéis de mãe, esposa, dona-de-casa, realizando-se através dos outros. É convencida de sua vocação materna natural e conduzida ao território da vida doméstica. Aquelas que não agissem desta forma eram vistas como anormais, pecadoras, criminosas, desobedecendo à ordem natural das coisas e pondo em risco todo o futuro da nação. A mãe é identificada à figura pura de Maria. A prostituta e a pecadora, à figura do mal de Eva, razão da perdição masculina.

Para Rago (1985), esses estudos sobre a prostituição atuaram de forma a definir o estereótipo da puta e instituir padrões de comportamento que a diferenciam da mulher honesta, separando aquelas que são social e sexualmente normais das que não o são. As prostitutas são vistas como preguiçosas, devassas, instáveis, incontroláveis, fúteis, banais, entre tantos outros adjetivos e comportamentos que foram identificados a este grupo. A mulher honesta é casada, boa mãe, laboriosa, fiel, dessexuada. Nesta pesquisa ficou evidente como essas separações perpassam

inclusive as imagens que as próprias prostitutas têm de si, como abordaremos no capítulo "Gênero, feminismo e prostituição", que tem seu início na página 113.

Ainda na dimensão moral, o papel da prostituta é contraposto ao da esposa/mãe. O não controle dos instintos, a perversão, a depravação, comprometem a capacidade orgânica e moral para conceber e gerar filhos. Assim, a prostituta negaria a tarefa sublime à qual foi destinada, não exercendo a única ação que, na visão de alguns médicos, poderia dar significado à sua vida: ser mãe. Nesse sentido, é também uma inimiga do projeto de higienização do corpo. Além de ser depravada, é uma ameaça moral, podendo contagiar "mulheres de bem", transformando mães, esposas e filhas em adúlteras, concubinas, amásias, amancebadas, ou seja, prostitutas (ENGEL, 1989).

A terceira visão relaciona a prostituição ao comércio do prazer, que representa a dimensão social do corpo doente. É vista como ocupação, ofício e comércio, mas também como ociosidade. É atividade remunerada, mas não é legítima, sendo associada a noções de crime e delito. Era fruto da miséria e produção do luxo, ambos ligados a uma idéia de negação do trabalho. Ademais, podia passar uma idéia de ganho falso e atrair outras mulheres, que seriam desviadas do trabalho honesto. Por outro lado, poderia contagiar o cliente, que se transformava em indolente, ocioso, inútil para a sociedade (ENGEL, 1989).

Tendo como foco esses três pontos, pode-se perceber que a prostituição era uma ameaça em diferentes sentidos, atingindo o corpo, a família, o casamento, o trabalho e a propriedade. Assim, era fundamental controlá-la ou eliminá-la. Alguns acreditavam que o controle seria feito pela limitação e isolamento, por medidas higiênicas e legais, transformando a prostituição em algo útil à sociedade. Para outros, controlar equivaleria a diminuir e buscar eliminar a prostituição por meio da repressão policial rigorosa. Essas duas diferentes visões deram origem no Brasil às visões a favor e contra a regulamentação sanitária da prostituição (ENGEL, 1989).

Wijers (2004) aponta a existência de quatro regimes legais sobre a prostituição: proibicionista, regulamentarista, abolicionista, e laboral, sendo este ultimo o mais recente, fruto das discussões feitas por organizações de prostitutas. Wijers (2004) destaca que todos os regimes, com exceção do último, têm como objetivo o controle

e a supressão da indústria do sexo, uma vez que condenam moralmente a prostituição. As formas de colocar em prática tal meta diferem, principalmente, na visão da prostituta, como delinqüente, mal social, vítima ou mulher trabalhadora. Segundo Pereira (2005), o discurso da prostituição permeado pela coerção implica em uma visão da necessidade de resgate das vítimas, gerando intervenções de caráter profilático e moralizador. Apesar dos países adotarem regimes legais específicos, esses não são completamente separados. Assim, países que são abolicionistas podem, em determinados momentos, ter práticas regulamentaristas, ao tentar, por exemplo, estabelecer locais específicos em que a prostituição pode ser realizada. Outros podem ser regulamentaristas, mas ter como objetivo final a supressão da prostituição.

O debate em torno dos regimes legais aponta para uma constante busca da "origem do problema" da prostituição, tendo como pano de fundo uma tentativa de minimizar seus danos ou impedir que ocorra. A questão principal que permeia as discussões é a possibilidade de livre escolha de exercer o trabalho sexual. Pergunta-se sobre o que levou à prostituição: seria a pobreza, a perversão, os traumas na infância, a escravidão? Há uma noção de que algo errado aconteceu para que a pessoa se prostituísse, para que se submetesse a condições vistas como tão subumanas. Weeks (1995) destaca que nenhuma escolha é absolutamente livre, uma vez que somos constrangidos por relações de poder e estruturas de subordinação e dominação. Juliano (2004) diz que esse debate não considera o que seria a liberdade de escolha e nem como essa é influenciada por limites históricos e sociais, como o gênero.

O projeto de regulamentação sanitária começou a ser esboçado no Brasil na década de 1840 e também foi influenciado pelo trabalho de Parent-Duchâtelet e ações realizadas em Paris. Em 1860, havia adquirido consistência e sofisticação, consolidando sua influência nas teorias e ações brasileiras. Levou a algumas medidas, mas a regulamentação em si nunca chegou a ocorrer (ENGEL, 1989).

De acordo com Wijers (2004), o modelo regulamentarista considera a prostituição como reprovável moralmente, mas, ao mesmo tempo, como impossível de ser erradicada, sendo um "mal necessário". A autora aponta que muitos países adotam o modelo abolicionista, mas têm uma prática regulamentarista, controlando a

prostituição de alguma forma. As regulamentações não visam à proteção das prostitutas, mas dos demais membros da sociedade, garantindo a ordem, a saúde, a moral e a decência públicas (Wijers, 2004:215). O controle estatal é feito através de métodos como o registro obrigatório e a definição de áreas onde a prostituição pode ocorrer. Wijers (2004) destaca também que alguns países, como a Alemanha e a França, têm como prática cobrar tributos, obtendo lucro com a atividade. Podemos observar que nesse regime as prostitutas não são vistas como portadoras de direitos e sua atividade não é regulamentada por leis trabalhistas, mas controlada pela polícia (BRASIL, 2002). Cria-se um paradoxo: existem ações direcionadas a este grupo, mas as ações não têm como objetivo o seu bem. São ações visíveis que, contraditoriamente, visam a invisibilização das prostitutas. Em tempo, este regime é visto de forma positiva por alguns grupos de prostitutas, que consideram que seria um meio de acesso a direitos e de redução das vulnerabilidades.

Para os favoráveis à regulamentação, a prostituição é um mal necessário, não podendo ser extinta. O homem possui necessidades fisiológicas de realização do prazer sexual e a prostituição permite que a satisfação ocorra nos limites da moral, preservando instituições sociais, como a familiar, seus valores e padrões, fundamentais à higienização. Ademais, tem importante papel, contendo ou restringindo perversões sexuais mais graves, como a masturbação, a sodomia e as relações homossexuais. Assim, a regulamentação visava converter a prostituição em espaço útil e higienizado (ENGEL, 1989).

Para conseguir atingir esse objetivo, devem ser implementadas algumas medidas, de caráter policial e higiênico, que permitam identificar e isolar as prostitutas e submetê-las a um rigoroso controle médico. O corpo da prostituta, uma vez que é "mercadoria posta à venda", deve ser fiscalizado, como forma de proteger o "consumidor" da sífilis e de outros males. Assim, são implantados exames médicos periódicos, a proibição de que as mulheres doentes trabalhem, o tratamento obrigatório. Havia também a necessidade que as mulheres se registrassem na polícia e que fossem separadas áreas da cidade onde a prostituição pública poderia ocorrer. Essas duas medidas ajudavam a reconhecer e controlar a prostituição. A institucionalização do bordel, que possui uma função saneadora, seria um dos meios de tornar possíveis as fiscalizações e de restringir o contato das prostitutas com o

resto da população, delimitando os espaços da normalidade e da anormalidade, da saúde e da doença (ENGEL, 1989).

Segundo Rago (1985), os bordéis e casas de tolerância deveriam ser lugares higiênicos. Neles, a prostitua poderia cumprir seus deveres profissionais, mas sem sentir prazer ou gostar da atividade sexual. Além disso, os bordéis deveriam ser em bairros distantes e as prostitutas deveriam ter pouca permissão para sair. Tais visões deram origem, em 1897, ao Regulamento Provisório às Meretrizes que, entre outras coisas, determinava: que as casas das prostitutas deveriam possuir cortinas duplas e persianas; que as prostitutas não poderiam provocar, chamar ou estabelecer conversas com os transeuntes; deveriam se vestir de forma decente; deveriam guardar todo o recato nos teatros e divertimentos públicos, não estabelecendo conversas com homens em locais que pudessem ser observados.

Os anti-regulamentação, por outro lado, viam a prostituição como um mal que pode e deve ser eliminado. É preciso identificar e atacar as causas da doença, tais como a falta de orientação religiosa, a ignorância e a miséria. As ações no sentido da regulamentação são vistas como incentivo à prostituição e incapazes de controlar a sífilis. Para eles, é preciso combater a prostituição por meio da repressão legal e policial, buscando seu fim ou redução. Acreditavam ainda na possibilidade de recuperação das prostitutas, por meio de associações e da atividade produtiva (ENGEL, 1989). Podemos observar que essa idéia ainda é muito presente, por exemplo, nos discursos e ações de cunho religioso, como é o caso da Pastoral da Mulher Marginalizada.

Apesar de discordarem quanto à questão da regulamentação, todos concordavam, naquele momento, com a necessidade de medidas profiláticas, que evitassem o aumento da prostituição. Para tal, eram fundamentais a educação moral (principalmente das mulheres), um ambiente familiar livre de imoralidade, a instrução intelectual e religiosa, o fortalecimento de sentimento de pudor, o combate a excessos dos instintos e a oferta de possibilidades de ocupações honestas e lícitas (ENGEL, 1989).

Segundo Rago (1985), apesar de o regulamentarismo ter dominado por muito tempo, na década de 1920 começa a predominar o abolicionismo. Afirmava-se que o

regulamentarismo acabou ampliando a prostituição clandestina e que o registro obrigatório impedia a recuperação das mulheres.

O modelo abolicionista, conforme apresentado por Wijers (2004), tem como origem a visão da prostituta como uma vítima, obrigada a se inserir na prostituição. Tendo inspirações em modelos abolicionistas da escravatura, acreditam que as prostitutas precisam ser libertadas e conscientizadas da opressão a que estão submetidas. Deste modo, elas não são criminalizadas, mas todos os demais envolvidos, como cafetões e donos de casa de prostituição, o são, uma vez que realizam a exploração de prostituição alheia. A prostituição seria fruto da ação desses "terceiros" e da exploração das mulheres e, penalizando os envolvidos, se objetivaria o seu fim. O sistema social e econômico são apresentados como responsáveis por levar à inserção na prostituição. A autora afirma que esse modelo dificulta a organização das prostitutas, tanto pelo estigma quanto pelas penalidades que podem sofrer caso se afirmem publicamente.

O Brasil é um país considerado abolicionista em relação à prostituição (BRASIL, 2002), tendo assinado, em 1951, o Tratado Abolicionista Internacional, da ONU. Possui uma política de tolerância, não penalizando quem exerce a atividade, mas considerando crime ser gerente ou dono de casa de prostituição, impedindo o requerimento de leis trabalhistas. Pode-se observar que, por trás de tal postura, há uma visão de que a prostituta não tem culpa, embora esteja fazendo algo errado, sendo uma vítima que é "induzida ou atraída à prostituição", conforme descrito no Código Penal Brasileiro. Segundo Vianna e Lacerda (2004), no plano criminal a principal distinção é realizada entre prostituição de adultos e exploração de crianças e adolescentes. No caso da prostituição adulta, a definição das situações a serem combatidas é mais heterogênea, não sendo crime a prostituição em si. A exploração sexual de crianças e adolescentes, por outro lado, é crime em qualquer de suas formas, uma vez que são considerados prostituídos, tendo sido levados a ações das quais deveriam ser protegidos.

Apesar de o Brasil continuar abolicionista até os dias de hoje, algumas ações indicam que há um questionamento de se este seria o regime legal mais apropriado. Exemplo disso é que, em 19/2/2003, o deputado Fernando Gabeira apresentou o Projeto de Lei 98/2003 (GABEIRA, 2003), que discute a exigência de pagamento por

serviços de natureza sexual e suprime do Código Penal os artigos relacionados à indução ou atração de alguém à prostituição, a manutenção de casa de prostituição e ao tráfico de mulheres (artigos 228, 229 e231). Discute que o meretrício é contemporâneo à própria civilização, subsistindo porque a mesma sociedade que o condena, o mantém. Para criar este PL, Gabeira baseou-se no modelo regulamentarista alemão, no qual a prostituição é legal, desde que em condições específicas (BRASIL, 2002).

Paralelamente a esse questionamento, alguns PLs apontam uma visão contrária, que reforça as idéias abolicionistas. Um exemplo é o PL 2.169/2003, apresentado pelo deputado Elimar Máximo Damasceno, também em 2003, e que dispõe sobre o crime de contratação de serviço sexual (DAMASCENO, 2003). Damasceno afirma que "a integridade sexual é bem indisponível da pessoa humana e, portanto, não pode ser objeto de contrato visando a remuneração" (DAMASCENO, 2003:2). Ademais, a prostituição é "acompanhada por outras práticas prejudiciais à sociedade, como os crimes de lesões corporais e o tráfico de drogas" (DAMASCENO, 2003:2). A prostituta é vista como vítima das circunstâncias sociais, não devendo ser penalizada. Ao propor a criminalização do "contratante da prostituição" (o cliente), Damasceno (2003) se baseia em uma lei aprovada na Suécia. Kulick (2004) debate a aprovação, em 1998, da lei que penaliza a compra e a intenção de compra de uma relação sexual temporal. O autor afirma que essa lei é baseada em uma visão da prostituição como inaceitável, vinculada à criminalidade e uma afronta à igualdade de gênero, merecendo tratamento estatal (Kulick, 2004:224). Aponta que, na Suécia, a sexualidade feminina é vista como passível de ser comprada e que as prostitutas são vítimas, contrariando argumentos que discutem a prostituição como um trabalho, por exemplo. Com a penalização dos clientes, as prostitutas passam a procurar trabalho na internet ou em pontos escondidos. Há também uma redução na possibilidade de escolha do cliente, uma vez que há menos opções. Apesar dessas conseqüências negativas para as prostitutas, Kulick (2004) destaca que o que se pretende é passar a mensagem de que a sociedade desaprova a prostituição.

Podemos observar, assim, que o debate sobre os regimes legais no Brasil se encontra longe de ser encerrado. Em 7 de novembro de 2007, a Comissão de

Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) rejeitou o PL 98/2003, do deputado Fernando Gabeira. Foi acolhido o parecer, contrário aos PLs 98/2003 e 2169/2003, do deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, redigido em 2005 (MAGALHÃES NETO, 2005). Em seu parecer, Antônio Carlos Magalhães Neto afirma que, no caso do PL 2169/2003, do deputado Elimar Damasceno, esse deve ser rejeitado uma vez que a repressão ao ato de contratação de serviço sexual já se encontra atendida pelos artigos 228, 229 e 231 do Código Penal. No caso do PL 98/2003, do deputado Fernando Gabeira, Antônio Carlos Magalhães Neto afirma que "a previsão legal de um contrato cujo objeto seria o comércio do próprio corpo para fins libidinosos não estaria em sintonia com o sistema" (MAGALHÃES NETO, 2005: 4), sendo contrário à exigibilidade de pagamento de serviços de natureza sexual. Em relação à supressão dos artigos 228, 229 e 231 do Código Penal, o deputado afirma que, nesses crimes, o agente influencia o livre arbítrio das pessoas, que "se entregam" à prostituição. Considera que seria mais importante investir em políticas públicas que evitam que pessoas sejam levadas a se prostituir como forma de sustento. A rejeição ao PL 98/2003 é um indício da forma negativa como a prostituição é vista no Brasil, como algo intrinsecamente ruim e que deve ser eliminado. Apesar desse acontecimento, o PL ainda será votado em Plenário, mas não há data prevista para tal. Para essa votação, é necessária a presença da maioria absoluta dos deputados em Plenário, e a aprovação é feita pela maioria simples dos votos (CÂMARA, 2006)

O Brasil continua, assim, sendo um país considerado abolicionista em relação à prostituição. Contudo, as discussões sobre a necessidade da regulamentação são uma constante entre as prostitutas. O deputado Fernando Gabeira é apoiado pela RBP, cujos integrantes discutiram amplamente seu PL. Em uma ocasião, em 2004, o deputado compareceu a Belo Horizonte para uma discussão sobre o tema. Por ter acontecido em um momento muito tumultuado na cidade, em que estava ocorrendo o fechamento de hotéis, a reunião contou com a participação de um grande número de prostitutas. Apesar do apoio da RBP, muitas prostitutas vêem o PL de uma forma negativa. Consideram que seriam ainda mais exploradas e que não gostariam de ter escrito "prostituta" em sua carteira de trabalho. Contudo, muitas das nossas entrevistadas se mostraram favoráveis a algum tipo de regulamentação que garanta alguns direitos.

Cláudia: Mas não pra ser assinada, eu não admito. Tinha que ter um tipo de contrato, só um contrato. Isso vai depender do que vai pôr na carteira. É muito preconceito. Não, não. Prostituta.

Carla: [Precisa ter carteira de trabalho] pelos direitos do trabalho. Para você igualar a toda sociedade, por que isso indiferentemente é um trabalho, que gera fundo de renda. Entendeu, então é um direito. O principal é esse. Depois é de saúde, depois é o do direito de ir e vir em locais sem ser agredida psicologicamente, fisicamente, entendeu, que as pessoas entendam isso. Entendeu? É isso.

Carla: Por que todo mundo vai pensar assim, "Nossa, agora as mulheres todas vão dar agora por dinheiro", e não é isso. Eles têm que entender o seguinte: nós queremos o direito de tentar trabalhar e o direito também de entrar e sair da profissão, como qualquer outra profissão. Então é isso que a população tem que colocar na cabeça. Cada um tem a sua profissão que gosta e de repente ela está ali, mas descobre que não é aquilo que ela queria, então ela muda de profissão. Nós não vamos estar trazendo ninguém novo pra gente, mas vai estar uma luta de quem já está há muitos anos na classe e que, vários problemas e ninguém tenta resolver, entendeu? Não é tentar trazer... Não, é aquela classe que tá tentando gritar e mostrar que existe uma classe, que deve ser vista de outra maneira.

Cátia: A mulher, talvez por negligência dela própria, não tem direito a uma aposentadoria, não tem direito, né, a nada. Pra eles a mulher vem cá, transou, pagou a diária, foi embora, acabou. Eu não acho que deveria ser assim. Tinha que ter o mínimo de... Deixa eu ver. Ah, uma segurança pra pessoa no futuro, por que tem gente que... Tem mulher que é burra mesmo, né? Eu pago meu INPS, pago as minhas contas direitinho, mas tem mulher que não paga. Agora, vai sair do hotel e vai pra onde? Vai fazer o quê da vida? Eu fico é pensando nisso, entendeu? Não é mais por mim, por causa de outras. Ou, a mulher paga 35 reais de diária todo dia, os donos de hotel deveria tirar... Um INPS é 42 reais por mês, ele podia tirar todo mês e ir lá pagar pra mulher, né, eu acho que deveria ser assim, que se ela fosse sair pelo menos não ia sair sem nada. Eu acho que isso aí deveria ser um direito que todo mundo deveria lutar por ele. Só isso.

Cleusy: Eu acho que não ser só o INPS, a aposentadoria, né, não ser só a aposentadoria, mas todos os direitos que o cidadão comum tem, que a gente também é comum, a gente paga as coisas do mesmo jeito, que uma empregada doméstica, que um bancário, todo mundo paga as mesmas coisas que eles contribuem.

Pelos depoimentos acima, podemos observar que, para as mulheres entrevistadas, garantir determinados direitos às prostitutas é fundamental, mesmo que existam posições contrárias e por vezes contraditórias sobre quais seriam esses direitos. Destacam o fato de que têm que ter os direitos que "todos têm". Um dos principais pontos debatidos pelas prostitutas é a questão da aposentadoria, uma vez que são poucas as que conseguem trabalho como profissionais do sexo depois de certa idade. Um ponto fundamental trazido no depoimento de Carla é que assegurar esses direitos não significa aumentar o número de prostitutas, mas garantir direitos àquelas que são. Este ponto é importante por ser uma das principais críticas que estas

discussões recebem, sendo vistas como algo que aumentará a prostituição, embora este não seja o objetivo.

3.2. HIV/AIDS: enfrentando a epidemia e agindo coletivamente

Segundo Weeks (1995), a AIDS tem assombrado o imaginário sexual e incorporado o medo e o perigo que rondam os corpos e prazeres desde o início dos anos 80. Foi identificada inicialmente entre grupos gays dos EUA, uma população que já era marginalizada e sofria preconceitos. Esse fato marcou as respostas iniciais à epidemia em que poucos recursos foram disponibilizados para desenvolver ações, havendo uma predominância de ações dos próprios grupos atingidos.

As ações contra a epidemia surgiram nos grupos afetados, o que interferiu inclusive na forma como as ações governamentais se configuraram. A AIDS não era vista por esses grupos apenas como uma doença, mas como possibilidade de formações identitárias e de ações coletivas. Weeks (1995) considera que a identidade é fundamental à prática política, uma vez que permite a unificação de pessoas e aspirações em um "nós". Afirma que a identidade é moldada por influências diversas, como as econômicas, culturais e sociais, que fazem exigências diferentes e por vezes conflitantes, em um processo contínuo. As identidades não são um fato que traz a verdade sobre nós, mas campos de batalha em que ocorrem constantes lutas por definição. Assim, podem ser buscadas, exigidas, afirmadas, contestadas, reinventadas, entre diversas possibilidades. Nesse sentido, podemos pensar que a própria idéia de que apenas determinadas pessoas seriam atingidas teve um papel fundamental na unificação delas em torno de alguns objetivos coletivos.

Melucci (1996) afirma que a teoria da ação coletiva permite entender o que faz com que as pessoas se tornem capazes de agir em conjunto e de constituir um "nós".

Para o autor, "mobilização é o processo pelo qual um ator coletivo une e organiza seus recursos na busca por um objetivo coletivo contra a resistência de grupos que se opõem a este objetivo" ¹² (Melucci, 1996: 289, tradução nossa). Afirma que, para que a mobilização ocorra, é fundamental a existência de uma identidade coletiva, da identificação de um objeto de disputa sobre o qual se objetiva obter o controle e do adversário que impede esse processo.

De acordo com Melucci (1996), identidade coletiva é o processo de construção de um sistema de ação, de forma interativa e compartilhada, que considera a orientação da ação e o campo de oportunidades e entraves no qual se desenvolve. Apesar de não haver uma coerência e uniformidade entre os atores, o grupo é visto por si e por outros como uma unidade, levando ao seu reconhecimento. O processo de diferenciação é concomitante a um de igualdade, na medida em que, ao se diferenciar de outros grupos, iguala-se a certos grupos que também se encontram em tal posição. Assim, estabelecem-se fronteiras que só são possíveis pelo reconhecimento recíproco da identidade coletiva.

O reconhecimento é fundamental ao estabelecimento de conflitos, na medida em que permite perceber que dois ou mais grupos objetivam os mesmos recursos materiais ou simbólicos, sendo de fundamental importância a delimitação desses. Assim, Melucci (1996) afirma que os atores buscam afirmar a identidade que foi negada por seu oponente e se reapropriar dela. Durante o conflito, a solidariedade interna do grupo reforça e garante a identidade, uma vez que as pessoas se unem, pois precisam disso para significar suas ações. Prado (2001) aponta a importância do reconhecimento de um caráter emancipatório no processo de construção da identidade coletiva, uma vez que permite o apontamento de conflitos que são a expressão de antagonismos.

Prado (2002) propõe que a mudança social se dá a partir da constituição da identidade política. Essa ocorre por meio do desenvolvimento de condições materiais, psicossociais e políticas que permitam a emergência de ações coletivas, possibilitando o estabelecimento de conflitos sociais. Segundo o autor, a identidade

¹²Mobilization is the process by which a collective actor gathers and organizes its resources for the pursuit of a shared objective against resistance of groups opposing that objective

política é constituída a partir de significações temporárias, que levam ao sentimento de pertença a um determinado grupo e definem fronteiras que separam este "nós" do "eles", sendo que aqueles estão sendo impedidos por esses de realizar suas demandas sociais, identificando as relações como de opressão e demarcando antagonistas sociais.

Como podemos observar, a AIDS serviu para unificar lutas de diferentes grupos, o que foi fundamental, mas também foi usada como meio de exclusão dos afetados, demarcando fronteiras. Galvão (1997 a) afirma que a AIDS foi vista em diferentes lugares como um câncer gay, bizarro, diferente e estrangeiro. Essas percepções começam a se alterar no Brasil com o diagnóstico de casos brasileiros, mas ainda se pensava que era algo externo, uma vez que atacava principalmente os homossexuais. Essa visão, que pode ser evidenciada pela idéia de "grupo de risco" que permeou por muito tempo o imaginário social. Assim, se foi fundamental por permitir ações coletivas de alguns grupos, por outro lado fez com que os demais se sentissem isentos de ter que realizar essas discussões.

De acordo com Castilho e Chequer (1997), os primeiros casos de Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS) foram identificados no Brasil em 1982, sendo notificados sete pacientes homo/bissexuais. Tendo em conta o período de incubação do HIV, acredita-se que a entrada do vírus no país ocorreu no final da década de 70. Os primeiros casos surgiram em áreas metropolitanas da região sudeste e a principal forma de infecção nesse momento era o contato sexual.

Os anos de 1982 a 1985 foram marcados pelas primeiras, ainda que tímidas, ações. Teixeira (1997) afirma que, quando responde a um determinado problema, o Estado define o seu caráter (social, de saúde, policial), os instrumentos a serem usados, as responsabilidades (órgãos, ministérios) e decide pela adoção ou não de planos de trabalho ou programas. No Brasil, a AIDS foi caracterizada como problema relativo ao setor de saúde, sendo que o ministério e as secretárias de saúde seriam responsáveis pelas políticas públicas de prevenção e controle da doença. As ações governamentais enfatizavam apenas a vigilância epidemiológica, a assistência médica e a disseminação do discurso de não-discriminação (TEIXEIRA, 1997). Nesse período ocorreram as primeiras reuniões com objetivo de criar o Programa Nacional de DST e AIDS, mas muitas autoridades, principalmente federais, não se

manifestaram. Dessa forma, as respostas partiram prioritariamente de alguns serviços municipais de saúde e do movimento homossexual, com a fundação das primeiras ONGs com objetivos vinculados à AIDS (PARKER, 1997).

Segundo Teixeira (1997), o Programa Nacional (PN) de AIDS foi criado no ano de 1985, passando a estabelecer diretrizes e normas nacionais para o enfrentamento da AIDS. Neste mesmo ano, aconteceu uma reunião nacional, que incluiu representantes dos estados, ONGs e imprensa, a partir da qual as ações, que ainda eram poucas, começaram a ter expressão pública (TEIXEIRA, 1997).

No Brasil, a primeira das chamadas ONGs/AIDS também surgiu neste ano. Galvão (1997 a) afirma que não há uma regulamentação jurídica para este nome, sendo que abrange uma diversidade de grupos, de formas de ação e de financiamento. As primeiras ONGs/AIDS tiveram sua origem em grupos gays, principalmente de São Paulo e Rio de Janeiro, e seus trabalhos abrangiam ações de *advocacy*, serviços, intervenção, assessoria, pesquisa e aconselhamento. A primeira ONG fundada com este fim foi o GAPA, em São Paulo (GALVÃO, 1997 a).

Com a criação do PN, pode-se dizer que começa uma nova fase, que vai de 1986 a 1990, e que é marcada por uma abordagem técnica e pragmática da epidemia e também por um aumento no número de ONGs e de ações populares, acompanhado de uma crescente centralização das ações em Brasília (PARKER, 1997). Segundo Guimarães (1996), os boletins epidemiológicos divulgados no ano de 1986 indicaram a contaminação também de mulheres e crianças, iniciando-se a substituição da idéia de "grupo de risco" por "comportamento de risco" ou "situação de risco", uma vez que pessoas de diferentes grupos podem ser afetadas. A partir do final dos anos 80, começou-se a falar no conceito de "vulnerabilidade". A idéia de vulnerabilidade busca abranger não apenas o indivíduo e seu comportamento, mas também o contexto sócio-histórico em que se insere, trazendo ao debate questões sobre relações de poder (BRASIL, 2002).

De acordo com Teixeira (1997), até 1986, ações internacionais também eram tímidas, mas nesse ano a Organização Mundial de Saúde (OMS) criou o Programa Especial de AIDS e o Programa Global de AIDS. Foi criada ainda a Organização Pan-Americana de Saúde (OPS), um núcleo de AIDS que elaborava e propunha

recomendações para a implantação de programas. A OPS e OMS passaram a influenciar as diferentes políticas e ações desenvolvidas desde então, incentivando o combate à discriminação e a obtenção de direitos pelos afetados. Vale ressaltar que, desde o início, essa era a postura do Estado brasileiro, principalmente pela influência das ações públicas em diferentes estados e pela atuação das ONGs (TEIXEIRA, 1997).

O ano de 1987 foi marcado pela realização do Primeiro Encontro Nacional de Prostitutas, no Rio de Janeiro, do qual participaram prostitutas de 11 estados brasileiros e que daria início à formação da Rede Brasileira de Prostitutas (REDE, 2008; BRASIL, 2002). O movimento de prostituta tinha se iniciado no Brasil no ano de 1979, em São Paulo, devido a ações de prisão e agressão a prostitutas e travestis, encabeçadas pelo delegado Wilson Richetti, que levaram a três mortes (REDE, 2008; BRASIL, 2002). Apesar de o movimento de prostitutas no Brasil ser anterior ao surgimento da AIDS, esse acaba influenciando bastante aquele. O surgimento da AIDS foi tomado como uma oportunidade política para trazer à tona discussões sobre a prostituição e organizar o movimento. Foram realizados vários projetos, como o "Maria Sem Vergonha", o "Esquinas da Noite" e o "Projeto sem Vergonha", financiados pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de trabalhar tanto a prevenção quanto a organização da categoria (Brasil, 2002).

A presença dos diferentes projetos com objetivos de combater a AIDS e o preconceito influenciaram sobremaneira a organização e a participação de prostitutas. Associações de prostitutas surgiram nesses projetos e também prostitutas passaram a participar dos mesmos como atendidas ou multiplicadoras. A associação entre movimento e projetos ofereceu um colorido específico à organização do primeiro. Os integrantes das ONGs e demais grupos também agem organizando eventos, manifestações, cursos, entre outros. Assim, as ações se modificavam de acordo com o projeto ou com a instituição que o executava e também com seus participantes.

Podemos observar que essas ações estão relacionadas ao conceito de participação política, proposto por Melucci (1996), que se refere às ações que visam à maximização de vantagens de um ator em decisões políticas. Sempre tem lugar em um determinado sistema, que pode facilitar ou dificultar o seu surgimento e

desenvolvimento. Ademais, é intimamente relacionada ao sentimento de pertença a determinado grupo, identificando sua luta como válida e se sentindo parte dela. Destarte, fica evidente que a AIDS propiciou para as prostitutas novas formas de participação e de interferência em decisões políticas. Outro ponto fundamental é que o surgimento do movimento de prostitutas cria a idéia de um "nós", levando a possibilidades de sentimentos de pertença que não estavam presentes anteriormente. As prostitutas começam a se ver como um grupo, que tem objetivos e antagonistas em comum. Como grupo, lutam por diversas causas como a violência, a AIDS ou a profissionalização, que são marcadas por diferentes momentos históricos.

No ano de 1988, se estreitam as ligações entre o movimento de prostitutas e de ONGs/AIDS. O encontro de GAPAs ocorrido em Salvador contou com a participação de Gabriela Leite e foram destacados alguns pontos a serem considerados na formulação de políticas públicas para prostitutas como a necessidade de que elas participassem deste processo. A RBP foi convidada a participar de uma reunião, junto com membros de coordenações estaduais de DST/AIDS e de ONGs, para discutir o Projeto Previna, que previa ações de prevenção que buscavam atingir profissionais do sexo (prostitutas, travestis, michês), homossexuais, presidiários e usuários de drogas. As discussões levaram a mudanças no projeto, que passou a enfatizar a necessidade de capacitação das profissionais do sexo para que fossem protagonistas da prevenção, na forma de agentes ou multiplicadoras de saúde. O projeto existe até hoje e essa forma de atuação pauta as diversas ações direcionadas a esse público (BRASIL, 2002). Em tempo, ainda no ano de 1988 foi criada na Vila Mimosa, no Rio de Janeiro, a primeira associação de prostitutas. Apesar de ter surgido por ações de Gabriela Leite (MORAES, 1996), a associação foi considerada como "controlada por empresárias" (REDE, 2008), não fazendo mais parte da RBP.

Ainda no ano de 1988, o GAPA-MG inicia o trabalho com prostitutas. A ONG recebeu um grande número de preservativos e esse fato foi anunciado em uma rádio local¹³, o que fez com que o GAPA-MG fosse procurado por um grande número de

_

¹³ Informações cedidas verbalmente por Roberto Domingues

prostitutas. Contudo, o trabalho com esse grupo se iniciou de forma mais efetiva no ano seguinte, por meio do Projeto Previna.

O ano de 1889 assiste ao início dos encontros nacionais de ONGs/AIDS e de GAPAs (GALVÃO, 1997 a). Foi nesse ano também que ocorreu o Segundo Encontro Nacional de Prostitutas, no Rio de Janeiro (REDE, 2008). Ademais, o Projeto Previna começou a ser implantado. Algumas das entidades encarregadas de implantá-lo já exerciam outros tipos de trabalho. O ISER (Instituto de Estudos da Religião), por exemplo, surgiu nos anos 70, mas, nessa época, passou a incorporar a questão da AIDS por meio do Projeto Previna (GALVÃO, 1997 a).

O GAPA-MG foi convidado a fazer parte do Projeto Previna, que foi a primeira ação de prevenção dirigida especificamente para as profissionais do sexo, formulada pela Coordenação Nacional de DST/AIDS em parceria com a sociedade civil (BRASIL, 2002). Sendo um projeto de âmbito nacional, Roberto Domingues conheceu Gabriela Leite e começaram a desenvolver atividades conjuntas. Foram convidadas prostitutas e travestis para trabalhar como agentes de saúde.

A princípio, os trabalhos do GAPA-MG foram desenvolvidos principalmente no bairro Bonfim (BH), que era uma área de concentração de prostituição feminina e travesti. Os contatos com a área dos hotéis eram restritos à distribuição de preservativos e de material de informação. Havia reuniões e o GAPA-MG se tornou uma referência para esta população, sendo procurado muitas vezes quando havia algum caso de violência ou prisão. A partir das inúmeras situações de violência, principalmente contra as travestis, começou-se a pensar na necessidade de organização. Um dos frutos de tal tentativa foi a criação, por uma agente de saúde do GAPA-MG, da ASSTRAV (Associação de Travestis, Transgêneros e Transexuais de Minas Gerais). Com a desapropriação de inúmeras casas na região do Bonfim, o GAPA-MG passou a enfocar o seu trabalho nas mulheres prostitutas da região central. Abaixo, algumas das nossas entrevistadas comentam o trabalho do GAPA-MG.

Cleusy: Tinha muita oficina, que eles fizeram e que eu participei. Todas as vezes que eles faziam reunião eu participava, eu sempre gostei de ir. Por que eram os que mais vinham fazer trabalhos, os que mais se preocupavam com a zona, com os hotéis. Eram os que mais se preocupavam com a gente, os que mais vinham conversar com a gente. Então os que mais estavam em atividade mesmo era o GAPA, e foi o que eu mais gostei.

Cleusy: É mais trabalhar com a prevenção. O objetivo deles é trabalhar com a prevenção, que é o mais importante. Você se prevenir, se cuidar, ter auto-estima, né, acho que o objetivo deles é esse. Lá também tem advogado, se alguém quiser, se precisar, tem também psicólogo, tem as nossas reuniões, que a gente faz, distribuem preservativos, distribuem panfletos informativos e conversam muito. [Estas atividades nos ajudam a] Saber e conhecer os direitos que a gente tem. Tem gente que acha que você não tem direito por que é prostituta. Não, elas têm direitos como qualquer um, e muita gente não sabe disso e acha que não tem direito a nada, mas tem sim

Cátia: Eu acho que a mesma coisa do pessoal da Pastoral, é elevar a autoestima de todos os pacientes soro-positivo e das profissionais do sexo. E eu acho que o GAPA luta também um pouco pelos direitos das mulheres, né.

Cátia: Eu acho que o GAPA é mais voltado pro lado do social, mais da humanização também, tanto do soro-positivo quanto das profissionais do sexo. Mas talvez, com um pouco mais de empenho eles poderiam sim, eles, que lá é bem mais organizado, criar uma Associação para ajudar as mulheres, né, nesse lance que eu te falei...

Durante o período do governo Collor (1990-1992), diversos elementos importantes do PN, como o Projeto Previna, foram suspensos e a articulação com os diferentes grupos e com as instâncias municipais e estaduais se tornaram precárias (PARKER, 1997). Segundo Teixeira (1997), uma das poucas medidas acertadas desse período foi a distribuição gratuita de medicamentos aos infectados, que permanece até hoje.

Galvão (1997 b) afirma que as ações religiosas em relação à AIDS só se tornaram mais freqüentes no Brasil nos anos 90. Essas atuações foram bastante variadas, devido à diversidade da cultura religiosa brasileira. Muitas entidades, principalmente as cristãs, têm atuado com diferentes grupos de considerados "excluídos", com um forte componente de recuperação. Algumas religiões demoraram a se manifestar, vendo a AIDS como uma doença moral, visão que foi reforçada pela idéia de "grupos de risco". Vários grupos religiosos incorporaram a AIDS a trabalhos que já realizavam, como é o caso das pastorais da Mulher Marginalizada (GALVÃO, 1997 b).

A Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM) de Belo Horizonte foi criada em 1982, na Arquidiocese de Belo Horizonte, e é formada por leigos, padres e religiosos. Visa atingir "às mulheres pobres que usam seu corpo como meio de sobrevivência" e tem como objetivo primeiro cooperar com as mulheres para que se tornem agentes de sua própria libertação. As abordagens são feitas em locais de prostituição e na residência das mulheres. A maioria de nossas entrevistadas afirma gostar do

trabalho que é feito, principalmente pela forma como são tratadas e pelos cursos e passeios, mas destacam que sentem que o objetivo principal é "tirar a mulher da zona" e "resgatar o lado humano" (ARQUIDIOCESE, 2007).

Cátia: O pessoal da Pastoral vem aqui direto, né? E lá eu fiz um curso de inclusão digital, né? O pessoal de lá é muito, muito, muito bacana, assim, lá tem todo tipo de curso que a mulher quiser fazer, tem, lá é como uma segunda casa pra gente. Lá é muito, muito, muito bom mesmo. Lá você não recebe só curso, orientação psicológica, médico, encaminhamento, tudo, tudo. Eu gosto demais de lá, o pessoal de lá sabe atender bem demais, é muito amor, muito carinho, muito respeito, sabe? Nossa, lá é muito, muito, muito bom mesmo. Lá é carinho de mãe. [...] Ah, o carinho do pessoal lá, a atenção, o jeito que eles tratam a gente bem, de igual para igual. Sem olhar a gente de cima. Nossa, muito bom mesmo. Você é muito bem recebida, qualquer hora que você chegar lá, que você procurar alguma coisa lá, você encontra. Principalmente amor e carinho por parte das irmãs lá, nossa, muito bom. Nossa, mas não falta mesmo. Eu já vi mulher que fica na praça ali, ó, fica caída, derrubada, chega lá bêbada, deita no sofá, dorme, acorda, toma um café, faz um lanche, melhora, volta, vai trabalhar. Aí às vezes conversa, conversa, conversa, as psicólogas vão lá, conversa, conversa, conversa, aí dá uma melhoradinha, depois volta pra trabalhar [risos].

Cátia: Na maioria das vezes eu acho que o objetivo deles, geralmente, é resgatar a mulher, é resgatar o lado humano, resgatar ela, tentar tirar... Não que eles querem que a gente saia da zona, entendeu, e vá viver outra vida, não. Eles querem resgatar o lado humano, que a maioria das mulheres que vai lá são as mais perdidas que tem. Perdida na vida, que já não tá ligando pra mais nada, entendeu? Então eu acho que a busca deles é resgatar o lado humano da pessoa, tentar mostrar pra pessoa que ela ainda pode, que ela ainda consegue vencer, então eu acho que o objetivo deles maior lá é esse.

Cleusy: O Cantinho da Paz é das irmãs, né, católico. Eu acho legal também que elas ficam reunindo as mulheres, né, as mulheres da praça também vão lá, elas ajudam muito as pessoas. Com o psicológico também, lá também tem drogados, tem as irmãs para você conversar, os padres, tem os seminaristas. Eu acho bem legal, tem bate papo, eles fazem festinhas de aniversário, lá tem Natal, tem quadrilha, toda época tem coisa para distrair as mulheres, né, elas podem levar os filhos delas, tem dia das crianças, todo mundo leva, né, então eu gosto muito também. É difícil eu ir lá, mas eu acho legal. Lá tem cursos também, agora começaram cursos novos, de informática, bijuteria, cosmético, teve muita menina que se formou lá.

Cleusy: Ah, lá é católico, né, é das irmãs, lá eles ficam falando para você sair dessa vida, arrumar outra coisa, um trabalho, e acho que o objetivo é esse mesmo.

De acordo com Galvão (1997 b), os grupos de inspiração religiosa, mas que se definem como ecumênicos, têm no grupo Solidariedade, de Belo Horizonte, um dos melhores exemplos. Basicamente formado por metodistas e católicos, o Solidariedade mescla uma atuação de prestação de serviços aos portadores do vírus HIV com palestras e a produção de materiais informativos. Define-se como religioso, mas não deixa de enfrentar questões como o uso do preservativo

(GALVÃO, 1997 b). O Solidariedade atua até hoje realizando duas reuniões mensais, ambas na primeira sexta-feira do mês, destinadas às prostitutas. Nessas reuniões, são discutidos temas diversos e é feita a distribuição de preservativos.

Cleusy: Ah, tem muito tempo já, eles fazem as reuniões uma vez por mês, sempre na primeira sexta-feira do mês, tem oficinas não de coisas manuais, mas espirituais, eles conversam, fazem muitas brincadeiras para mexer com o seu interior. Ah, eles trabalham mais com a mente, te dá aquela alegria, tira aquele stress, você sai de lá tão bem.

Cleusy: São importantes, eu acho, por que tem muita conversa, né, você tem muita liberdade para falar sobre os seus problemas, suas coisas. Tem mulher que mexia com drogas, tem mulher que bebia, que o filho era isso, então lá você fala e limpa a alma, sai de lá com a alma mais lavada.

O ano de 1990 foi um ano importante para o movimento nacional de prostitutas, com a fundação de algumas importantes associações. Esse fato está relacionado às ações que foram desenvolvidas pelo Projeto Previna no ano anterior. Surgiram o GEMPAC (Grupo de Mulheres Prostitutas da Área Central), a APROCE (Associação de Prostitutas do Ceará) e a ASP (Associação Sergipana de Prostitutas) (BRASIL, 2002). Segundo Galvão (1997 a), o GEMPAC (PA) começou a trabalhar de forma mais regular com a questão da AIDS a partir de 1992, devido a financiamento do PNDST/AIDS. Nesse ano, foi fundada no Rio de Janeiro a Davida – Prostituição, Direitos Civis e Saúde e o jornal Beijo da Rua começa a ser editado (BRASIL, 2002). No ano seguinte, em 1993, foi fundado o NEP (Núcleo de Estudos sobre a Prostituição), em Porto Alegre (BRASIL, 2002).

O surgimento destas várias associações nesse momento pode ser relacionado à idéia de latência e visibilidade propostas por Melucci (1994). Segundo o autor, esses processos têm funções diferentes, mas fortemente relacionadas. A latência, representada por uma rede submersa de grupos pequenos e separados, é um sistema de trocas que torna a ação visível possível, permitindo a construção de significados e códigos e o estabelecimento de laços de solidariedade, sendo uma espécie de laboratório. As ações visíveis criam novos grupos e atraem militantes, fortalecendo, por sua vez, as redes produzidas durante a latência, que produzem novos significados e códigos.

Tejerina (2005) propõe o conceito de privacidade compartilhada, afirmando a existência de uma conexão direta entre espaço público e privado, questionando a

tradicional dicotomização destes. O espaço público é reapropriado e resignificado, tanto física quanto simbolicamente, através de inúmeras redes submersas. Esse processo é invisibilizado, tornando-se visível apenas quando a mobilização política ocupar o espaço público, mas tem importância fundamental na construção do protesto e no estabelecimento de redes de solidariedade. Nesse sentido, diversas atividades e experiências tidas como privadas e não-políticas passam a ser vistas como construtoras de significação e de solidariedade. Esse é um ponto importante na discussão sobre o movimento de prostitutas, que muitas vezes conta com experiências que poderiam ser vistas como apolíticas, mas que são fundamentais à constituição do movimento. Assim, ocorrem, por exemplo, reuniões em que são discutidas questões cotidianas, festas, desfiles que são fundamentais à constituição da identidade e do grupo em si.

De acordo com Teixeira (1997), o Programa Nacional de DST/AIDS volta a se organizar em 93, com o afastamento do ministro Alceni Guerra por denúncias de corrupção, reconstruindo as articulações com estados, ONGs e organismos internacionais. Nesse momento, o foco passa a ser a elaboração e negociação do Projeto do Banco Mundial, que levou a grandes mudanças nas políticas de controle e prevenção da AIDS.

Foi nesse ano também que teve início o projeto "Na Batalha", implantado em Belo Horizonte pelo MUSA (Mulher e Saúde – Centro de Referência de Educação em Saúde da Mulher). Essa ONG, que surgiu em 1989, tem como objetivo a promoção da saúde integral da mulher a partir de uma perspectiva de gênero (MUSA, 2007). O projeto "Na Batalha", por sua vez, tem como um de seus objetivos principais a prevenção de DST/AIDS e desenvolveu atividades como: capacitações e oficinas, abordagens individuais, realização de pesquisas, produção e distribuição de material informativo, repasse de material de prevenção (MUSA, 2007). Durante a pesquisa, foram recebidas informações de que este projeto não está sendo desenvolvido no momento.

No ano de 1994, ocorreu no Rio de Janeiro o Terceiro Encontro Nacional das Trabalhadoras do Sexo, a partir do qual a RBP passou a se dividir em coordenações, nacional e regionais (BRASIL, 2002). Para esse encontro, Roberto Domingues convidou agentes de saúde do GAPA-MG, travestis e prostitutas, que,

como Rosa contou, se encantaram com a existência de um movimento organizado de prostitutas. Conheceram prostitutas que se organizavam, por exemplo, no Pará (GEMPAC) e no Ceará (APROCE), o que levou algumas prostitutas e travestis de Belo Horizonte a se perguntarem sobre o porquê de não se organizarem. Decidiram que fariam uma Associação em Belo Horizonte e elegeram informalmente as lideranças, esse movimento, alguns anos depois daria origem à APS-BH (Associação de Profissionais do Sexo de Belo Horizonte). Posteriormente, em um evento com membros da Comissão de Direitos Humanos, fizeram uma nova eleição e Rosa ficou como vice-presidente da associação.

Rosa: Nós fomos pra uma vigem no Rio pra prostituta, nós vamos com o Roberto, "com o Roberto agente pode ir tudo de olho fechado, o Roberto não joga a gente no buraco"! [...] Aí nós fomos pro Rio de Janeiro e quando nós chegamos de manha cedo nós vimos uma placa lá "Encontro das Profissionais do Sexo" deu dor de barriga coletiva, todo mundo correu. Todo mundo correu pro banheiro, eu falei gente como é que nós vamos fazer? É o Encontro Nacional das Profissionais do Sexo, da trabalhadora nem é da profissional como é que nós vamos fazer? [...] Foi que nós tivemos, soubemos que prostituta tinha organização porque aqui em Belo Horizonte ninguém falava isso ninguém sabia disso. Nós só ia no Previna falar de DST e AIDS e como usar camisinha nos hotéis, mas sobre isso não. Acho que o Roberto, nunca perguntei isso, quis dar esse choque em nós que aquilo existia porque ela já fazia parte. Aí o encontro, aí que a gente foi ver o encontro, né? Foi muito bom. Uma semana né? Uma semana, zero oitocentos, tudo de graça [risos]. Todo mundo adorava aquilo, e gente da organização do Pará porque na época, hoje já deve ser maravilhosa porque na época já era ótimo a organização do Pará, a do Ceará também muito bem feita. E eu figuei encantada, falei "gente como que não tem isso em Belo Horizonte, como que as pessoas não se reúnem, como é que não faz isso, como é que não faz aquilo." Aí voltamos e o Roberto... Voltamos pra ser profissionais do sexo, porque éramos trabalhadoras e optamos por ser profissionais. Eu acho isso uma besteira. Prostituta, não adianta, gente. E a palavra fica pesada se você quiser se você não quiser ela jamais vai pesar, né? Aí voltando pra cá continuando com o trabalho. (Rosa, 12/06/2007)

No período de agosto de 1993 a julho de 1996 foi desenvolvida a pesquisa intitulada "Puta Sedução: um estudo com prostitutas na zona de Belo Horizonte", com financiamento do Fundo de Capacitação e Desenvolvimento de Projetos, do Programa de População da Fundação MacArthur (AZERÊDO, 1997). A pesquisa foi coordenada por Sandra Maria da Mata Azerêdo, contando com a participação de pesquisadores e de prostitutas. Foi realizada nas áreas da "zona grande" (hotéis de prostituição localizados no centro da cidade) e na "zona do Bonfim" (formada por casas de prostituição localizadas na região do Bairro Bonfim, sendo que hoje a maioria foi desapropriada). A princípio, os membros da pesquisa objetivaram um trabalho junto à PMM, através de uma pesquisa-ação contra a violência, que não foi

possível devido a discordâncias sobre a forma de atuação. Posteriormente, passaram a pensar na criação de um centro de referência para os direitos reprodutivos das prostitutas. Segundo Azerêdo (1997), a presença das prostitutas, entre elas as lideranças que foram eleitas anteriormente, foi constante em reuniões, grupos focais e como pesquisadoras, tendo, em um dado momento, recebido bolsas para trabalhar como assistentes de pesquisa. Com o desenvolvimento da parceria com Gabriela Leite, houve uma tentativa de constituir a Associação de Mulheres Agentes da Vida (AMAVI), da qual fizeram parte algumas agentes de saúde do GAPA-MG. O objetivo acabou não sendo concretizado e, com o término da pesquisa, foi temporariamente deixado de lado. No depoimento abaixo, Rosa conta um pouco do projeto e das dificuldades de formar uma associação, muitas vezes inclusive pelo medo das prostitutas de aparecer publicamente.

Rosa: Aí fizemos, Sandra Azerêdo fez um trabalho maravilhoso. Era justo pra fomentar uma associação [...] Nós íamos na zona, ela fez um jornal muito bem feito na época eu que joguei fora, eu joguei isso fora senão eu trazia pra você. Eu joguei isso fora. Fazia um jornal muito bem feito chamando as mulheres sabe juntando. [...] Chamava, chamava, chamava. Levou anos pra mulher vir aqui no GAPA ela não vinha não, a gente fazia reunião com a Sandra Azerêdo, pega as informações alguma coisa levava lá e falava, só eu que falava Marta não falava o resto [fala embolado] só no dinheiro, na época o orçamento duzentos e cinqüenta reais, não sei se era cruzeiro, sei que era duzentos e cinqüenta, naquela época era um bom dinheiro. Eu ia conversar na ânsia de formar a associação não era por minha causa, eu tenho a minha palavra. Eu não posso aparecer, porque eu tenho filha então eu não posso aparecer sempre disse você pode perguntar, eu nunca quis pra mim.

Rosa e Roberto Domingues contam que foram grandes os efeitos desse projeto sobre a organização das prostitutas em Belo Horizonte. Rosa destacou o fato de que as mulheres estavam acostumadas a receber uma bolsa do projeto e algumas viram nesse uma possibilidade de "mudar de vida". Roberto Domingues afirmou que o principal problema foi a visão das mulheres de uma forma utilitarista, como multiplicadoras que repassam preservativos e informação. Essa não foi uma dificuldade apenas desse projeto, mas de vários outros desenvolvidos no Brasil. Roberto Domingues discute ainda os erros dos trabalhos desenvolvidos pelo GAPA-MG, afirmando que o principal foi terem se afastado quando a associação começou a tomar forma, acreditando que deviam "andar com suas próprias pernas". Acredita que deveria ser buscada uma opção intermediária, incentivando a ação das mulheres, mas também fornecendo suporte.

Paralelamente a esse projeto, ocorreu a desapropriação de inúmeras casas de prostituição na região do Bonfim. Dessa forma, a área deixou de ser um ponto forte de prostituição, e muitas mulheres migraram para a área dos hotéis. Nesse contexto, as tentativas de organização voltaram a se apresentar apenas nas reuniões realizadas pelo GAPA-MG. Roberto Domingues afirma que o trabalho no GAPA-MG sempre teve esse foco de incentivar a organização das mulheres, de forma não impositiva, influenciado pelo desenvolvimento da RBP e de suas ações. Assim, começou a surgir a tentativa de organização dentro das reuniões do Projeto Previna. Surgiram algumas lideranças, embora ainda não houvesse uma formalização tanto de cargos quanto da própria associação. Assim, a presidência atuava em momentos esparsos e não necessariamente havia uma pessoa apenas que falasse em nome da associação.

O período de 1994 a 1998, foi marcado pela assinatura do primeiro acordo com o Banco Mundial e pela retomada do Projeto Previna, agora chamado de Previna 2 (BRASIL, 2002). Ademais, o perfil dos infectados era progressivamente alterado. Apesar de, no início, haver um predomínio de homens portadores do vírus, foi observada uma rápida feminização. De acordo com Parker e Galvão (1996), se em 1984 havia 126 casos masculinos e 1 caso feminino (126:1), em 1994 havia 50 mil masculinos e 10 mil femininos (5:1). Apesar dessas mudanças e do fato de muitas das infectadas serem mulheres casadas ou com apenas um parceiro (BARBOSA; VILELA, 1996), a epidemia continuou a ser vista por muitos como uma doença masculina ou de profissionais do sexo. De acordo com Guimarães (1996), o aumento da AIDS entre as mulheres está ligado a uma dificuldade delas em discutir a questão da prevenção com seus parceiros, devido às representações sociais existentes sobre a sexualidade masculina e feminina, que legitimam algumas práticas como a infidelidade por parte dos parceiros. Para Goldstein (1996), o preservativo era tido não como meio de proteção, mas como relacionado à infidelidade, questionador da confiança entre parceiros. Destaca ainda que, a forma como a sexualidade é estruturada e relacionada ao poder sendo que muitas vezes os grupos oprimidos se vêem com mais possibilidades de negociar o sexo seguro. Esse fato é evidenciado em nossa pesquisa e em alguns levantamentos realizados por projetos que indicam que muitas prostitutas usam preservativo com clientes, mas não o fazem com parceiros fixos, se colocando em posições mais vulneráveis nesses momentos. Progressivamente, as discussões sobre assuntos tipicamente privados, como os atos sexuais, vão sendo trazidas à esfera pública (WEEKS, 1995) e há uma crescente necessidade de repensar as configurações de relações afetivas.

O período que vai de 1998 a 2002 é marcado pelo segundo acordo de empréstimo junto ao Banco Mundial, que leva ao financiamento de diversos projetos (BRASIL, 2002). Apesar desses financiamentos serem fundamentais à implantação dos projetos, observa-se um crescente distanciamento dos objetivos iniciais, com uma ênfase cada vez maior na obtenção do financiamento e não no ativismo (BRASIL, 2002). Os recursos materiais se tornam um dos principais focos de disputa. No ano de 2003, foi assinado o terceiro acordo com o Banco Mundial. De acordo com Farias e Dimenstein (2006), as ONGs funcionam hoje em dia prioritariamente através do financiamento de projetos, responsável, inclusive, pelo pagamento de aluguel da sede e aquisição de equipamentos. As ações se tornam institucionalizadas, adquirindo características semi-governamentais e consolidando a prestação de serviços, e o ativismo de rua é relegado a segundo plano. Muitas ONGs perdem também a adesão social e as lutas são transformadas em negociações, por meio da execução dos projetos (FARIAS; DIMENSTEIN, 2006). Apesar da predominância dos projetos, algumas ONGs têm buscado outras alternativas. Exemplo disso é a Davida (RJ), que desenvolveu a marca Daspu, lançada em 2005. A venda de camisetas e outros produtos tem sido vista por integrantes da ONG como uma forma alternativa de obtenção de renda.

Em 2002, foi lançada a campanha "Sem vergonha, garota, você tem profissão". São feitos broches, adesivos, cadernetas, entre outros produtos que trazem a frase que busca enfrentar o estigma e fortalecer o sentimento profissional (REDE, 2008). Além disso, como apontado no capítulo "Prostituição e trabalho", localizado na página 41, ainda no ano de 2002 a família "profissionais do sexo" foi incluída na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

O ano de 2004 foi bastante movimentado em Belo Horizonte, pela ameaça de fechamento dos hotéis de prostituição. Foram realizadas Audiências Públicas e o deputado Fernando Gabeira foi convidado para discutir o seu PL, que foi apresentado acima. Muitas prostitutas participaram das reuniões, principalmente devido ao fato de que donos dos hotéis alugaram ônibus para levá-las. Esta ação

conjunta entre donos de hotéis e prostitutas foi chamada de Grupo Eva e durou apenas alguns meses. Em tempo, essas ações conjuntas não foram marcadas por um sentimento de pertença e de objetivos comuns, não havendo propriamente uma identidade coletiva, sendo que apesar de um objetivo em comum (manter os hotéis funcionando) havia discordâncias entre os grupos sobre a forma como fazê-lo ou sobre as condições dos hotéis, por exemplo.

No ano de 2006, a Associação de Profissionais do Sexo de Belo Horizonte (APS-BH) foi registrada em cartório. Apesar de contar com a participação de várias prostitutas, principalmente da região central de Belo Horizonte, a APS-BH recebe muitas críticas. Uma das principais críticas que as mulheres fazem é que acham que a Associação não faz nada e que deveria ter ações para "ajudar" as prostitutas. Podemos perceber pelos depoimentos que a idéia de ajuda colocada pelas prostitutas está muito relacionada às ações das entidades religiosas, como discutimos no item sobre a AIDS. São idéias de "tirar" a mulher da prostituição e de oferecer um trabalho. Outro ponto muito discutido por elas é que a Associação é contra os hotéis, querendo acabar com estes. Essa discussão é uma constante e a possível retirada dos hotéis da área é o fator que mais tem mobilizado as prostitutas a agir coletivamente. Abaixo, trazemos alguns depoimentos de nossas entrevistadas.

Cláudia: Lembro. Porque quando eu saía daqui, isso há uns 3 anos, eu sempre trabalhei até as 5 horas. Então teve uma menina, que chama Cláudia, uma psicóloga, que arranjou um jeito de aprender alguma coisa extra, ficou pouco tempo só que a presidente derrubou, como derrubou outras coisas também. Não vale a pena ficar batendo de frente com ela e ficar perdendo meu tempo com ela. Não adianta. No final vou perder duas horas, deixando de atender meus clientes pra ir lá pegar preservativo. Porque reunião não se aproveitava nada. Ela só sabia malhar os donos de hotel e mais nada. Não é os donos de hotel que chamam as mulheres não. As mulheres vêm por livre e espontânea vontade. Agora, deveria ajudá-las com outros meio, algumas profissão. Pra alguma ter um pouco de... ter como poderem sair daqui. Porque tem muita mulher que não consegue ganhar nenhum troquinho, muito mal pra comer e pra pagar a diária. Isso acontece muito. Pra não ficar na rua e ter um quarto pra dormir, vive praticamente só pra pagar a diária.

Cláudia: [A associação devia lutar por] Um local adequado pras mulheres, pra aquela que não tem mais condição de trabalhar. E são pisoteadas pelos donos dos hotéis. Em parte eles estão com razão porque eles tão aqui pra ganhar. Ensinar alguma profissão pra muitas mulheres, porque a maioria das mulheres aqui não sabe o que é a letra "a", são analfabetas, lugar pra elas aprenderem a ler, fazer alguma coisa útil e com pouquinho a pouquinho elas aprenderem. Um lugar onde elas pudessem aprender outro tipo de

profissão. Se tivesse uma presidente de punho forte... Salão... porque as próprias colegas pagariam pra elas fazerem o cabelo, unha... algumas coisa manuais, salgadinho, pra vender, não é vergonha pra ninguém, ter o local adequado pra elas venderem.

Cleusy: [Nas reuniões] A gente conversava, bate papo mesmo, sobre o que ia acontecer com a gente, besteira mesmo. Depois a gente começou a fazer alguns bordados, umas coisinhas assim, mas nada de interessante não.

Cleusy: Eu acho que uma ajuda, se uma prostituta precisar de uma ajuda, ou uma cesta, ou se ela machucou, ou se ficou grávida, alguma coisa assim, sabe, se ela está passando dificuldade, ser ajudada. Não acho que é dar camisinha, só. Mas realmente ajudar as prostitutas. Não acho que é também, dar cesta básica para todo mundo, isso não tem condições. Mas se uma precisou, se está em uma situação ruim, sabe, a Associação deveria ver o que poderia fazer, acho que é para isso que serve a Associação, para ajudar. E não para fazer uma lavagem cerebral na pessoa. O hotel está ruim para trabalhar? Está. É difícil? É. Mas é o lugar que a gente tem para trabalhar, é uma segurança a mais que a gente tem. Se fecharem os hotéis a gente vai para onde? E é isso que a presidente da Associação quer, ela quer que fechem os hotéis para ela montar uma coisa para ela. E o que ela vai ser? Ela vai ser pior do que os donos dos hotéis. Então eu acho que a Associação tem que ser alguma coisa para ajudar as prostitutas, e não para ajudar a presidente nem dono de hotel nem ninguém não.

Além da APS-BH, está sendo formada em Belo Horizonte outra associação, a Associação de Apoio e Defesa aos Profissionais do Sexo de Minas Gerais, processo em que se destaca a ação de Carla, uma de nossas entrevistadas, que é a presidente desse grupo. Segundo ela, o plano começou no início dos anos 2000, mas a associação ainda não foi registrada em cartório e suas ações são bastante locais. Apesar disso, já possui muitas parcerias e objetivos. Carla é a única integrante da associação que chegamos a conhecer, mas diz que outras prostitutas estão trabalhando junto com ela.

Carla: É uma associação a nível estadual. Que é para encaminhar para o primeiro emprego, para quem está querendo trocar de atividade, é o curso de computação para as meninas, é o advogado, é o médico, entendeu, é uma coisa que eu estou vendo que precisa, para as pessoas. Porém, eu estou criando a nível estadual justamente por isso, que há cidades no interior que a mulher é muito violentada, as profissionais, em BR. E por eu trabalhar em BR e saber que rua tem esse problema, então eu quero abranger várias cidades que tenham esse tipo de garotas. E também as meninas de hotéis, entendeu, que eu sei que ali há agressão, por que já foi denunciado rede de hotéis. Eu até cuidei de uma menina que era de São Paulo e que teve uma violência muito triste dentro de hotel. Por que nos hotéis eles não tratam as pessoas do modo que deveriam não, que até que você bate uma campainha, o cara já te matou. Entendeu? E já teve uma menina que chamava Cláudia que morreu dentro de hotel estrangulada por um cliente, que estrangulou ela. Então eu sempre achei isso muito violento e ninguém cuida. Então, daí que saiu essa idéia de organizar essa... Por que também toda vez que tinha alguma coisa na rua, por minha família ser polícia e tal, as meninas tudo que querem saber de direito vem e me fala. Aí começa. Aí vem aquela mulherada tudo de problema. Aí um dia eu falei assim, gente, se eu tenho que ajudar um, várias pessoas precisam de moradia e vão morar lá na minha casa, né. Aí eu falei que eu não posso ajudar só uma, então eu vou fazer o seguinte, eu vou ajudar todas, né? Então assim, elas me chamam até de mãe, eu racho os bicos com essas mulheres. Então assim, tudo que acontece, eles chegam lá e é tal pessoa, é tal pessoa. Então, eles já me procuram de distância. Então foi isso aí, que surgiu a idéia, então agora tem que colocar em prática. Só que aí agora, com essa associação eu não vou ter tempo de ser profissional do sexo, eu vou ter que aposentar. Que vai ser muita coisa, né, como que eu vou trabalhar na minha área? Vou estar envolvida com profissional do sexo, só vou aposentar de fazer um pouco, mas isso não significa que eu vou parar. Vou ter que viajar, analisar o lugar, correr atrás de alguns projetos das meninas, aí também não vai ter aquele tempo de eu chegar num lugar para fazer um programa.

Podemos destacar que também esta associação está relacionada a uma idéia de ajudar as mulheres e de oferecer emprego. Algumas mulheres são, inclusive, abrigadas na casa da presidente. Carla conta abaixo um pouco do papel das outras prostitutas que estão trabalhando junto com ela neste processo. Ademais, ficam evidentes algumas das ações que fazem, com este mesmo ideal de ajuda.

Carla: Ah, elas procuram saber os problemas das outras, às vezes eu não posso ir em um lugar pra atender, elas vão, elas passam para mim qual é a violência das meninas, aí eu vou e procuro uma delegacia, ou eu vou e procuro um curso, ou eu vou e procuro um hospital por que precisa que tem um menino lá que está com problema de saúde, elas me pedem. Então assim, no tempo livre eu vou encaixando. Internamento para umas malucas lá, aí eu vou e ajudo, entendeu, é assim.

Como não possuem sede, as reuniões ocorrem principalmente no momento de trabalho, na própria Afonso Pena, mas não há horário certo. Debatem temas variados como as violências que sofrem e as coisas que aprendem.

Carla: Tem na rua as reuniões direto. É, na Afonso Pena a gente reúne, que a gente não tem local específico. Aí agora a gente já está conseguindo um local. Então estamos conseguindo uns computadores, para dar curso de computação, olhar as carteiras, então a gente vai de pouquinho em pouquinho e acaba... Os empresários também acham uma boa, todos os clientes também estão achando legal, então eles apoiaram também, os clientes são os que mais apóiam. A gente sentava no meio fio, no banco do ônibus e ia falando. Aí ia viajar, pegava a experiência de um curso e falava, aí a gente ia trocando idéia, passando pras outras. Aí outras que estavam viajando vinham e conversava com a gente sobre o que era aquilo, aí vinha umas que não entendem muito e perguntavam "O quê que é isso, o quê que significa isso?". Aí ia passando, passando, passando, assim.

Como observamos, muitas vezes o ponto principal das associações de Belo Horizonte são as reuniões, nas quais ocorrem trocas de experiências e discussões de diferentes assuntos. Apesar de muitas vezes não haver uma pauta, as reuniões

nos parecem muito importantes no processo de constituição do "nós" e do "eles" permitindo que as mulheres se identifiquem umas com as outras e localizem algumas formas hierárquicas, como a imposição de regras injustas pelos gerentes dos hotéis, por exemplo. As demais ações muitas vezes são fruto de relações de parceria e são compostas, principalmente, por cursos e oficinas. Por mais que possam ser feitas críticas a ambas as associações apresentadas, acreditamos que têm se mostrado um espaço importante de democratização das relações, mesmo que esse processo muitas vezes não tenha a amplitude que se espera dele.

3.3. Políticas de uso do espaço urbano e as áreas de prostituição

Ao tentar retomar alguns importantes momentos históricos e a relação com a prostituição, e fundamental citar as políticas de uso do espaço urbano. Diferentes cidades tiveram os usos dos espaços alterados por projetos de revitalização que se assemelham às idéias higienistas de limpar e controlar a cidade. Exemplo disso é a mudança da área de prostituição chamada Vila Mimosa, da região do Salgueiro para a Praça da Bandeira, no Rio de Janeiro. O que se observa é que não há uma tentativa de valorizar as tradicionais áreas de prostituição através da revitalização, mas escondê-las e levá-las para áreas mais afastadas. Em Belo Horizonte, as tentativas de mudar o perfil das áreas de prostituição têm estado presentes em diferentes momentos históricos, alguns dos quais pretendemos destacar aqui.

As relações entre o Poder Público e a prostituição na Rua Guaicurus remetem à década de 50. De acordo com José Abílio Belo Pereira, assessor da presidência do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea-MG), anteriormente a este período, a área, sendo próxima da estação central e possuindo

inúmeros galpões, era parte de um "pólo industrial" (BRAGA, 2007). Afirma ainda que com as constantes inundações pelo ribeirão Arrudas e o crescimento da região central se voltando para a Avenida Afonso Pena e a praça Raul Soares, a região se desvalorizou e se tornou incompatível com a função industrial. Com o abandono, foram instaladas as "casas de tolerância". Apesar de o Brasil ser signatário do Tratado Abolicionista Internacional, essa ação possui traços que remetem ao modelo regulamentarista, o qual considera que a prostituição pode ser realizada apenas sob determinadas condições.

Até os dias atuais, a área é marcada pela existência dos hotéis de prostituição, principalmente nas ruas São Paulo (entre Oiapoque e Santos Dumont) e Guaicurus (entre Curitiba e Rio de Janeiro), como indicado no mapa (página 63). A presença dos hotéis atrai diariamente clientes que vão buscar os serviços prestados pelas prostitutas e também movimenta o comércio local.

Apesar da instalação das casas de tolerância ter sido fruto de ações do poder público, este se vê constantemente incomodado pela presença dos hotéis, que desvaloriza a área e dificulta a instalação, por exemplo, de residências no local. Assim, são feitas ações que visam seu fechamento ou sua transferência para outras áreas. Por meio de observação e por informações cedidas durante entrevistas, tomou-se conhecimento de que essas ações são fatores de grande importância para a mobilização de diferentes setores que têm seu trabalho relacionado à prostituição.

3.3.1.A construção do viaduto da Lagoinha

Durante essa pesquisa de mestrado um primeiro indício encontrado das tentativas do poder público de "mudar o perfil" de áreas de prostituição em Belo Horizonte, foi a construção do viaduto da Lagoinha. Medeiros (2001) afirma que nos anos 80 foi feito

um novo projeto urbano de recuperação da cidade apresentado pela Prefeitura de Belo Horizonte. A autora aponta que o projeto implicou na extinção de uma das principais praças da região, denominada Vaz de Melo, e na construção de um viaduto, o que alterou o funcionamento do bairro. Ademais, Roberto Domingues¹⁴ afirmou ter havido a desapropriação de inúmeras casas, o que gerou o "sufocamento" desta área de prostituição e a migração de muitas mulheres para a região dos hotéis. Nesse período, Medeiros (2001) relata ainda a constante ação da Delegacia Especializada de Crimes contra as Mulheres, que levava as prostitutas e donos de estabelecimentos à delegacia e induzia à denúncia, o que também influenciou a configuração da área. Não foram encontrados registros de nenhuma ação por parte das prostitutas e travestis que ocupavam a área no sentido de evitar que ocorressem essas ações.

3.3.2. O início do processo de revitalização e o fechamento de hotéis

As discussões sobre a revitalização da área central começaram a aparecer, no levantamento realizado no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte (DOM), no ano de 2003. Neste ano (DOM - 21/11), foram iniciadas ações que visavam a recuperação do Centro de Belo Horizonte sendo que os principais objetivos eram ampliar os espaços de convivência e valorizar o lazer e a qualidade de vida. Foram feitas reformas na Praça Sete, no Parque Municipal e na Rua Caetés, por exemplo. Nesse primeiro momento, não se discutia uma revitalização da Rua Guaicurus.

Em 13/01/2004 a prefeitura lançou o programa Centro Vivo, que visava melhorar a qualidade de vida em Belo Horizonte. O programa é constituído por obras e projetos

.

¹⁴ Informação verbal

sociais que têm como objetivo a recuperação da área central, pretendendo "criar condições para reforçar o papel do Centro de Belo Horizonte como região simbólica da cidade e do estado, valorizando a diversidade de suas atividades e consolidando-a como local de encontro de todos" (DOM 14/01: p 1). Nessa reportagem, Fernando Pimentel, então prefeito da cidade, afirma que espera que o programa seja a materialização da cidade que cada belo-horizontino sonha. A apresentação de um projeto que visa à construção de uma cidade que é o "sonho de cada belo-horizontino" e que vai permitir que o centro se torne ponto de "encontro de todos", leva à necessidade de alguns questionamentos. Quem representa esse modelo de cidadão belo-horizontino? Quem são as pessoas que podem se encontrar?

Para elucidar essas questões pode-se pensar na audiência pública que foi realizada em 11 de março de 2005, promovida pela vereadora Elaine Matozinhos (membro do Partido Trabalhista Brasileiro e ex-delegada da Delegacia de Mulheres), para discutir o programa Centro Vivo. Alguns dos pontos abordados foram "a presença de 'toreros' e prédios abandonados utilizados como ponto de drogas e esconderijo de marginais" (DOM 12/03: p 1). Assim, fica evidente que o modelo de cidadão belohorizontino ideal não abrange, por exemplo, os vendedores ambulantes ou os ditos "marginais". Vale uma reflexão sobre o papel dessas Audiências Públicas que, por vezes, são formas de legitimar ações que já estão programadas e em curso através da participação popular, mesmo que a população não tenha real poder de intervir nos processos que estão em andamento.

Apesar de, nesse período, os projetos de revitalização não incluírem ações específicas na região da Rua Guaicurus, ocorreram, em diversos momentos, batidas policiais, cassação de alvarás de funcionamento e fechamento de hotéis de prostituição. Temendo o fim da Zona Boêmia, prostitutas, donos de hotel, membros de ONGs e outros envolvidos organizaram algumas ações, como audiências e manifestações públicas. Podemos observar que essa ameaça foi responsável por demarcar fronteiras políticas entre "nós" e "eles" e definir antagonistas, no caso a Prefeitura, unindo diversos grupos em torno de um mesmo objetivo e permitindo a formação de uma identidade coletiva.

A associação de prostitutas que estava se configurando e o GAPA-MG organizam uma audiência pública, que contou com a presença de centenas de pessoas, dentre

elas, a militante Gabriela Leite e o deputado Fernando Gabeira. Os donos de hotéis incentivaram a formação do Grupo Eva, que durou apenas alguns meses. Além disso, fretaram ônibus para levar os interessados (prostitutas, clientes, gerentes, curiosos) para participar do evento. A presença das mulheres foi grande, mas a maioria delas usava um capuz preto, que escondia o rosto. Podemos observar como diferentes setores se uniram nesse momento para impedir que os hotéis fossem fechados. Após algum tempo, parou de ocorrer o fechamento dos hotéis, as manifestações cessaram e alguns grupos se dissolveram. De maneira geral, as mulheres têm uma visão positiva dessas manifestações, uma vez que impediram o fechamento dos hotéis.

Cátia: Só uma vez [que participei de manifestação] que eles queriam fechar os hotéis aqui aí a gente foi todo mundo pra rua. Fizemos uma passeata aqui por que eles tavam querendo fechar os hotéis aqui, né, aí fomos todo mundo pra rua. Aí o gerente fechou, todo mundo parou de trabalhar e fomos, para a rua. Foi a primeira vez que eu vi as mulheres lutando por um direito... Nem é direito, né, talvez... Mas pelo menos pelo direito de trabalhar foi a primeira vez em dez anos aqui em Belo Horizonte que eu vi as mulheres todas se juntando pra poder ta lutando pelo direito, né? Pelo menos o de trabalhar. Foi a primeira vez. Se toda vez ajuntasse as mulheres tudo pra lutar por direito, né... Que eu não sei se a gente tem, mas eu acho, eu acredito que sim, deve ter algum direito, não é possível [risos]. Aí foi a primeira vez que eu vi as mulheres lutando pra poder ta lutando por alguma coisa pra elas próprias, né, pra benefício próprio.

Cátia: Ah, a gente ficava gritando, pedindo pra não fecharem os hotéis, né, pedindo pelo direito de trabalhar. Tinha muitas mulheres que estavam chorando, nossa, foi até emocionante.

Cátia: Funcionou, foi a primeira vez e na primeira vez funcionou, pra você ver que a mulher tem força, não luta também por que não quer, né? Acho que é falta de união, né? É cada uma pensando no seu próprio umbigo, entendeu, sem preocupar com a outra, né?

Cleusy: É, pode ter feito algum efeito sim, né, pelo fato de a gente estar aqui deve ter feito algum efeito sim, né? [risos] Eles queriam tirar a gente daqui e a gente ta aqui [risos]. Que não venham de novo, né, mas se tiver que fazer outra a gente vai fazer.

3.3.3. Revitalização da Rua Guaicurus

Foi no ano de 2007 que começaram a aparecer projetos para revitalizar a região da Rua Guaicurus. Em maio de 2007 foi realizada uma Audiência Pública na Câmara Municipal para discutir o Plano Diretor do Hipercentro. Esse plano foi elaborado pela Secretaria de Políticas Urbanas, visando acelerar a reabilitação da região central. A área do hipercentro abrange vias como: Paraná, Augusto de Lima, Santos Dumont, Afonso Pena, Guajajaras, Guaicurus, Espírito Santo e Bahia, além do seu entorno, da área hospitalar e da Praça Raul Soares (DOM 26/05). Dentre os objetivos do Plano, estão o incentivo para que o centro seja área residencial, a valorização do transporte coletivo e também da diversidade da área.

O Plano de Reabilitação do Hipercentro dividiu a região em nove subáreas, de acordo com a forma de ocupação, que devem ter intervenções específicas em consonância com a sua "vocação". Objetiva incentivar "o turismo de eventos, os negócios, a cultura e outras vocações" (ALVES, 2007).

O Plano de Reabilitação integra todas as ações relacionadas à região, que foram iniciadas com o programa Centro Vivo. Identifica três áreas preferenciais: a região da Casa do Conde e Boulevard Arrudas, a região da Rodoviária e Guaicurus e a dos Mercados. O projeto visa, através de operações urbanas, abranger: segurança, inclusão social e econômica, requalificação urbanística e planejamento urbano (DOM 19/10 1).

A historiadora e pesquisadora Regina Helena Alves da Silva afirma que as propostas são insustentáveis, tanto pela ausência de necessidade de requalificação, quanto pela semelhança com as propostas do Plano Diretor (ALVES, 2007). Outro ponto que destaca é a incerteza quanto ao destino das pessoas que ocupam as áreas, como é o caso das prostitutas que, segundo ela, movimentam o comércio dos bares da região. Nesse sentido, cabe refletir sobre as questões que fundamentam a crença na necessidade de revitalização ou de requalificação. A área é extremamente

movimentada e cheia de vida, mas se pretende que seja ocupada por outros setores da sociedade, mesmo que, para tal, seja necessária a retirada dos atuais ocupantes.

A área da operação Rua Guaicurus, Rodoviária e entorno é considerada de grande potencial, devido aos inúmeros imóveis que podem ser demolidos, e a vocação da região seria a utilização para negócios, hotéis, espaços para eventos e grandes prédios (PAIXÃO, 2007). Afirma-se (DOM 19/10 2) que é almejada a promoção da diversidade de usos e o incentivo à ocupação residencial, diminuindo o estigma da área, vista como de prostituição e de atividades marginais. É interessante que declaram buscar a redução do estigma da área e não uma alteração da forma como a prostituição é vista. Nesse sentido, transfere-se a atividade para outro local onde não atrapalhe os projetos urbanísticos, mas que continue sendo inferiorizada e invisibilizada.

Apesar da existência da vocação de cada área, a consultora da Secretaria Municipal de Políticas Urbanas (SMURB) Maria Caldas afirma (PAIXÃO, 2007) que esta pode ou não ser incorporada. Diz que as mudanças não prejudicarão as prostitutas, devido às ações de inclusão social que serão implementadas. É necessário, aqui, refletir sobre que tipo de inclusão será buscada e se essa atenderá às necessidades das mulheres uma vez que algumas afirmam que gostariam de continuar trabalhando como prostitutas e no mesmo local, já que a região central é uma área de grande movimento, oferecendo mais oportunidades de trabalho.

Nesta reportagem (REZENDE, 2007), Ailton Alves Matos, presidente da Associação dos Amigos da Rua Guaicurus, diz ser importante que a revitalização tenha como foco a atividade sexual, que é tradicional no local. Sugere que as calçadas sejam decoradas com trabalhos de artistas mineiros que representem bailarinas ou bocas femininas. Apesar de ser uma idéia interessante, esta é incompatível com as propostas da prefeitura de que haja circulação de "famílias".

Maria Caldas alega, em outra reportagem (PAIXÃO, 2007), que não se pretende expulsar os hotéis, mas que provavelmente eles vão querer migrar para outras áreas, uma vez que esta será ocupada por centros culturais e de convenção e o uso residencial será estimulado. É interessante como há uma tentativa de camuflar a

existência de um conflito, o que dificulta a delimitação de fronteiras políticas e a mobilização dos envolvidos.

Apesar das afirmativas de que não há o objetivo de retirada dos hotéis de prostituição, Fernando Pimentel declara que as ações que visam mudar o perfil do local dependem da aprovação de uma lei (PAIXÃO, 2007). A lei a que o prefeito se refere é o PL 1450/07 que "Cria a Área de Diretrizes Especiais (ADE) das ruas Guaicurus e São Paulo" e foi elaborado pelo vereador Alexandre José Gomes, do Partido Socialista Brasileiro (PSB). O projeto (GOMES, 2007) tem como objetivo facilitar a revitalização por meio da proibição da localização e do funcionamento de locais de prostituição. Assim, a ADE seria constituída pelas ruas São Paulo (entre Oiapoque e Santos Dumont) e Guaicurus (entre Curitiba e Rio de Janeiro), perímetro em que ficam proibidos albergues, pensões, apart-hoteis, hotéis e motéis. Vale ressaltar, como mostrado no mapa, que o perímetro é exatamente o ocupado pela maioria dos hotéis de prostituição, o que torna bastante contraditória a afirmação de que os hotéis sairão voluntariamente do local.

No dia 21 de novembro de 2007, ocorreu uma reunião com grupos diversos (vereadores, empresários, prostitutas) para debater o PL 1450/07 (DOM 23/11). O autor do mesmo, Alexandre Gomes, diz que não pretendem acabar com a prostituição, mas transferi-la para local mais apropriado, tornando o centro um local mais agradável. Pode-se observar que, nessa declaração não há uma preocupação real com a atividade das mulheres, sendo que a transferência para outra área poderia reduzir o número de clientes. O vereador Autair Gomes (Partido Social Cristão), argumenta que o centro deveria acolher famílias, pois atualmente é muito violento. Este apontamento leva à necessidade de se debater sobre o conceito de família que essas pessoas possuem, como algo puro e livre de problemas. Ademais, desconsideram que muitas prostitutas são mães, por exemplo. Por outro lado, essa visão da prostituição aparece inclusive nos discursos de algumas prostitutas, que evitam misturar sua família com sua atividade.

Devido aos acontecimentos citados acima, tem sido desenvolvidas algumas ações por setores ligados à prostituição. A Associação das Profissionais do Sexo de Belo Horizonte, em parceria com a Pastoral da Mulher Marginalizada, foi responsável por fazer cópias de uma reportagem publicada no Diário Oficial do Município em que era

apresentado o PL 1450/07. As cópias foram distribuídas nos hotéis de prostituição, o que deixou várias prostitutas preocupadas com o seu futuro. Além disso, levaram esta reportagem a encontros realizados na Prefeitura para debater sobre o PL. O GAPA-MG foi também procurado pela Associação dos Amigos da Guaicurus e pela APS-BH para desenvolverem alguma ação conjunta.

3.4. Políticas de uso do espaço urbano: possibilidades e entraves à mobilização

Tendo em mente algumas das ações realizadas pelo poder público em Belo Horizonte nos últimos anos e o fato de que estiveram relacionadas aos principais movimentos de mobilização de prostitutas e outros atores, pretendemos agora discutir em que medida estas ações têm atuado como possibilidades e como entraves ao processo de mobilização.

Sztompka (1998) apresenta inúmeras questões relacionadas à emergência de movimentos sociais. No caso abordado aqui, acredito que não possamos falar em movimento social propriamente dito, mas existem pontos que são relacionados aos apontamentos do autor que serão usados como forma de elucidar algumas questões. Segundo Sztompka (1998), os movimentos sociais surgem em um determinado processo social, buscando influenciar o seu fluxo. São a um só tempo produtos e produtores de mudanças sociais, havendo uma reciprocidade entre as mudanças que ocorrem externa e internamente. Passam por quatro fases: origem, mobilização, desenvolvimento estrutural e término.

Sztompka (1998) afirma que a origem de um movimento social se dá em determinadas condições históricas que influenciam este surgimento de diferentes formas. Servem de pano de fundo que molda ideologias, determina adversários e

aliados, define recursos disponíveis, entre outras coisas. As redes sociais préexistentes também se mostram fundamentais ao desenvolvimento do movimento, ao recrutamento e à mobilização. Esta idéia de que existem redes anteriores ao surgimento do movimento se relaciona ao modelo que Melucci (1994), propõe ao estudo das ações coletivas em que latência e visibilidade têm funções diferentes e estão fortemente ligadas.

Durante as manifestações tanto de prostitutas, quanto de ONGs e de donos de hotéis, frente às tentativas de revitalização, fica evidente a existência de inúmeras redes que, por vezes, se mantém latentes. Deste modo, quando iniciou, no ano de 2007, a discussão da revitalização, os grupos pré-existentes começaram a se articular em busca de aliados para suas lutas. Algumas das alianças já haviam sido realizadas quando houve o fechamento dos hotéis, o que garantia a existência de significados comuns, por exemplo. Assim, membros do GAPA-MG, da APS-BH, da Associação dos Amigos da Guaicurus e da PMM começaram a ocupar espaços públicos de discussão. Apesar da existência de inúmeras divergências, se uniram neste momento em prol de um objetivo comum, manter os hotéis funcionando. Paralelamente, ficaram evidentes também redes menos institucionais, como é o caso de prostitutas que procuraram outras prostitutas para buscar soluções.

Sztompka (1998) afirma que um dos principais motivos de surgimento de movimentos é a estrutura de desigualdades sociais preexistentes, que motiva a participação das pessoas, interessadas na redistribuição estrutural de privilégios e recompensas. Apesar disso, não basta a existência dessas desigualdades, sendo fundamental o desenvolvimento da consciência social, através da qual é possível a visualização de um responsável pela condição atual e de uma perspectiva de mudança.

No caso da revitalização, uma das formas como essa estrutura de desigualdades é evidenciada é pela impotência frente às ações do poder público. Por vezes, são convocadas Audiências Públicas, das quais membros de diferentes grupos são convidados a participar. Apesar disso, prostitutas e outros atores reclamam constantemente que não são convidados a participar da elaboração de projetos, por exemplo, o que diminui sua possibilidade de intervir no rumo das ações. Assim, essas Audiências se apresentam mais como uma possibilidade de legitimação das

ações do que espaço real de discussão. As desigualdades presentes na forma como determinados setores podem ou não intervir em ações do poder público são mascaradas também pela não colocação do conflito o que dificulta que se tome consciência das relações de opressão, que são vistas como de subordinação (PRADO, 2002).

Um ponto importante é que, no caso tratado, devido à diversidade de atores, há muita desigualdade entre os mesmos, o que dificulta a construção de um discurso único e coeso. Nem as prostitutas e nem os donos de hotéis querem o fechamento destes, mas isso não implica dizer, por exemplo, que as primeiras estejam satisfeitas com as condições de trabalho a que estão submetidas. Desse modo, muitas vezes falam que gostariam que os hotéis fossem diferentes, ou que se for para ser do jeito que são é melhor que fiquem fechados. Esta contradição também pode atuar na legitimação das ações da prefeitura, que opta por ver os hotéis apenas como local de exploração.

A segunda fase, para Sztompka (1998), é a mobilização. Na primeira etapa, foram recrutadas pessoas que consideram o movimento como instrumento de mudança e que se unem com esta convicção. Já na segunda, surgem vários outros atores, dentre eles os oportunistas, que se unem ao movimento pela conveniência, esperando conseguir vantagens.

Podemos discutir esse ponto pensando na Audiência Pública que foi organizada em 2004. A organização dessa foi pensada por diversos atores que estavam sendo afetados pelo fechamento dos hotéis, como as prostitutas, os gerentes, os integrantes de ONGs, entre outros. Contudo, no dia da Audiência um grupo de gerentes fretou um ônibus para participar do evento. Assim, estiveram presentes pessoas com diferentes níveis de mobilização e de participação. Apesar de ter sido positiva essa participação, no sentido de evidenciar que um grande número de pessoas seria afetado pelo fechamento, muitos dos que foram não tinham interesse de continuar agindo coletivamente. Desse modo, não basta ter um número grande de pessoas envolvidas, é preciso que estas estejam motivadas para a ação coletiva.

Sztompka (1998) chama a terceira fase de desenvolvimento estrutural. Neste momento, o movimento começa a se organizar, definindo regras, formas de

participação, entre outras. No caso observado, não foi possível verificar a presença deste desenvolvimento estrutural.

A quarta fase é o termino do movimento. Segundo Sztompka (1998), uma das possibilidades é que o movimento vença e perca sua razão de ser. Pensando nas manifestações contrárias à revitalização, podemos dizer que, no ano de 2004, o movimento ganhou a causa e perdeu sua razão de ser. Ganhou, pois objetivava apenas impedir que os hotéis permanecessem fechados. Contudo, não foi capaz de conquistar outras coisas que garantissem que a proposta de fechamento não voltaria a acontecer. Assim, no ano de 2007, voltaram a ser ameaçados pela revitalização, o que levou a uma nova mobilização.

4. Gênero, feminismo e prostituição

A prostituição tem sido vista de forma divergente em estudos feministas. Macedo e Amaral (2005) afirmam que as posições feministas em relação à prostituição são bipolares. O primeiro pólo, denominado feminismo radical, tem sua origem no final do século XIX, e é marcado por uma visão das prostitutas como vítimas da opressão masculina. A prostituição é a expressão máxima da submissão feminina e, como tal, aumenta as desigualdades já existentes entre homens e mulheres, devendo ser suprimida. Ademais, seu caráter aparente de escolha permite a realização dos mais graves crimes de natureza sexual. No pólo oposto, encontramos o intitulado feminismo liberal, que tem sua origem nas décadas de 80 e 90, foi influenciado pela atuação de movimentos organizados de prostitutas. Argumenta-se que a prostituição é um ato de autodeterminação sexual, sendo um trabalho como outro qualquer. A sexualidade feminina não pertence a nenhum homem e as prostitutas, assim como as demais mulheres, são consideradas livres. Vale dizer que se diferencia da prostituição forçada e da exploração infantil, nas quais há a ausência de escolha (MACEDO e AMARAL, 2005).

Segundo Piscitelli (2005), as diversas abordagens são alimentadas não apenas pela maneira como diferentes correntes percebem a prostituição, mas, também, como abordam a sexualidade. A prostituição operou como um ponto central, como um divisor de águas, nos debates sobre os significados e a função do sexo. Os novos olhares sobre a prostituição, fruto de um deslocamento do posicionamento das pessoas que prestam serviços sexuais, se refletem em perspectivas que, longe de considerar trabalhadores do sexo vilões ou vítimas, os vêem como dotados de capacidade de agência.

Osborne (2002) aponta que a pornografia tem estado na pauta das discussões feitas por feministas. No final dos anos 70, o movimento se organizou para combater a pornografia, uma vez que esta tratava as mulheres como objeto, impulsionando a ideologia misógina que impede o seu avanço e implicando em condutas violentas

contra elas. Essa luta unificava as feministas, uma vez que era vista como o cerne da opressão das mulheres. Tomando esse ponto, aquelas que trabalhavam com pornografia, juntamente com as prostitutas, seriam as mais exploradas do mundo, sendo coagidas a adentrar na indústria do sexo. Essa visão implica uma busca pelo fim de tais ocupações. Osborne (2002) aponta que o movimento de prostitutas afirma que a principal exploração vivida é fruto do estigma e do isolamento associados a tais atividades, sendo que a luta feminista deveria ser por melhores condições àquelas que desejam se prostituir ou trabalhar na indústria pornográfica, permitindo que obtenham maior controle sobre tais situações.

As discussões feministas têm se centrado, também, na questão do tráfico de mulheres. Kempadoo (2005) argumenta que o feminismo radical percebe o tráfico como algo exclusivo da prostituição e esta é considerada a pior forma de vitimização e opressão feminina. Por trás dessa visão está a crença de que os homens exercem controle sobre a vida e os corpos das mulheres e de que elas nunca participam voluntariamente de relações sexuais "fora do amor" e que não possuem desejo sexual autônomo, sendo que as instituições patriarcais, como a família, o casamento e a prostituição, são sempre fruto do poder e privilégio masculinos. A autora diz que essa perspectiva influenciou movimentos reformistas, como a CATW (Coalition Against Trafficking Women), nos quais suas integrantes visavam o resgate de suas "irmãs decaídas".

Kempadoo (2005) aponta o feminismo transnacional ou do terceiro mundo, segundo o qual o tráfico emerge de interseções entre relações de poder estatais, capitalistas, patriarcais e racializadas e o desejo de mulheres de constituírem suas vidas e estratégias de sobrevivência. Ao contrário de outras visões, nesta as mulheres estão em posição atuante, capazes de questionar, negociar e se opor a relações de poder. Desse modo, a prostituição não é intrinsecamente violenta, mas pode se tornar, principalmente devido ao seu caráter informal e subterrâneo. Neste discurso, está implícita, segundo a autora, não uma discussão "pró-prostituição", mas a favor dos direitos humanos e da justiça social. Doezema (1998) aponta que movimentos como o Global Alliance Against Trafficking in Women (GAATW) exigem que o combate ao tráfico respeite os direitos humanos e a capacidade de autodeterminação, uma vez que mulheres consideradas traficadas por vezes são, na verdade, migrantes.

Juliano (2004) afirma que existem pelo menos três razões que indicam a necessidade de uma visão menos vitimista da prostituição por parte das feministas, o que permitiria uma associação mais igualitária e estreita entre prostitutas e feministas. As razões são:

- 1. Coerência lógica: a atividade sexual não é desvalorizada em si e cobrar por um trabalho é algo legitimo, gerando uma contradição quando é rechaçada a união de ambos. Ver a prostituição como degradante em si ou como fruto de coação impede que se visualize a capacidade de escolha das prostitutas e as múltiplas formas como o trabalho se configura.
- Coerência ideológica: ser feminista implica em uma visão das mulheres como agentes sociais ativas, capazes de agir com um nível de autodeterminação. Negar que as prostitutas possuam tais características é incoerente.
- 3. Reconhecimento da potencialidade de questionamento da prostituição: a visão de prostitutas como responsáveis por manter o sistema patriarcal deixa de lado que todas as instituições (família, organização laboral, sistema legal) que se inserem nesse sistema também o garantem, não o destruindo. A prostituição tem duas funções nesse sistema: delimitar os lugares das mulheres (controlando suas condutas) e silenciar as prostitutas (vistas como perigosas ao sistema, manipuladas ou incapazes), motivo este pelo qual há um estigma associado ao não reconhecimento da capacidade de questionamento.

4.1. Identidades: sobre igualdades e diferenças

Mayorga (2007) aponta que a construção das identidades é feita por relações culturais e sociais, estando fortemente relacionada à construção de diferenças, sendo que se criam oposições binárias. Dessa forma, os sujeitos são divididos entre aqueles que pertencem ou não a determinado grupo, marcando relações de igualdade e de diferença. Esse processo é fortemente influenciado por relações de poder, sendo que as identidades não são apenas diferentes, mas hierarquizadas e opostas, havendo uma que possui conotações positivas e a outra, negativas. A identidade considerada "normal" é vista também como natural, desejável e forte, sendo naturalizada. A outra passa então a corresponder ao local do desvio, daquilo que não é normal.

As identidades, então, muitas vezes são tidas como naturais e estáveis, mas na verdade são impostas e estão em constante disputa em um processo em que nem todos possuem acesso aos recursos definidores das identidades (MAYORGA, 2007). Segundo Mouffe (1996), para que se aproxime da igualdade e da liberdade, é fundamental a desconstrução das identidades essenciais, permitindo que se estabeleça a diversidade das relações sociais. De acordo com Castro (1992), categorias sociais como a raça, a classe, a geração e o gênero são organizadas por sistemas de privilégios próprios que organizam hierarquias e desigualdades. Contudo, passam por processos de naturalização que dificultam o reconhecimento das lógicas atuantes. Para a autora, esses sistemas se entrelaçam, o que seria a alquimia das categorias sociais, levando a produtos heterogêneos, que possuem especificidades que não estavam presentes em cada um dos modelos.

Conforme Mouffe (1988), todas as relações construídas na forma de subordinação, em que alguns sujeitos tiveram sua subjetividade negada por outros discursos ou práticas, podem se tornar relações conflituosas, a partir do estabelecimento de antagonismos. Contudo, isso não ocorre em algumas relações devido à sua

naturalização, que impede que se localizem as hierarquias sociais. Mouffe (1996) afirma que a identidade política se constitui na medida em que as relações, antes apolíticas, se transformam em origem de conflito e antagonismo, delimitando fronteiras entre um nós e um eles, sendo que os primeiros se vêem impedidos pelos segundos de satisfazer suas demandas sociais. Esse processo de identificação de algo que foi negado e de um antagonista que foi o responsável pela negação é fundamental à mobilização política, embora não seja garantidor de que ocorra.

A partir dessas teorias, podemos observar que as identidades são socialmente construídas, estando relacionadas a determinados contextos. Assim, é importante observar quais bases as sustentam e buscar sua construção sobre bases mais democráticas. A democratização seria fruto do estabelecimento de conflitos. Ademais, é fundamental considerar que as hierarquias existentes nos processos de construção identitária se articulam de forma a produzir novas opressões. Nos próximos itens, pretendemos discutir a relação desses processos identitários com o gênero e, no próximo capítulo, com a sexualidade.

4.1.1. Nós, os homens, e elas, as mulheres

Weeks (1999) afirma que as teorias essencialistas consideravam que era possível explicar as propriedades de um todo, os seres humanos, a partir de uma suposta verdade e de uma essência interior, acreditando que os indivíduos eram produtos automáticos de impulsos internos. Postulava-se que havia "verdadeiras identidades", que expressavam a "verdade do corpo". Assim, os corpos levariam "naturalmente" a determinadas identidades. Essas teorias eram fortemente influenciadas pela crescente necessidade médica, política e judiciária de separar o que era "normal" e o que era "anormal".

Beauvoir (1980) critica a visão essencialista, afirmando que a existência de uma "essência feminina" e de um "eterno feminino" é um mito. Assim, são caracterizados por substituir um fato, um valor, uma significação, uma noção, uma lei empírica, por uma idéia transcendente, não temporal, imutável, necessária. Essa idéia é dotada de uma verdade absoluta, que não pode ser contestada. O mito difere da apreensão de uma significação, visto que esta é revelada à consciência em uma experiência vivida e aquele escapa à tomada de consciência. Existem inúmeros mitos acerca da "essência feminina" e cada um deles pretende resumir a mulher inteiramente.

Segundo Beauvoir (1980), o mito é fruto da projeção das necessidades dos indivíduos da classe dominante, sendo usado pela sociedade patriarcal como forma de auto-justificação. Assim sendo, ver a mulher como altruísta é garantir a sua dedicação aos homens, justificando os privilégios masculinos e autorizando-os a abusar deles. O mito impediria a evolução das mulheres, que não poderiam ser ou fazer e menos ainda se questionar a respeito do que são, circunscrevendo-as à esfera doméstica. Deve-se compreender o mito pelo uso que o homem faz dele, ao passo que é dirigido por interesses e está calcado em atitudes espontâneas do homem para com sua própria existência e com o mundo que o cerca. Através dos mitos, é possível impor leis e costumes, mas de modo sutil, imperceptível, de forma que sejam interiorizados e naturalizados.

Chauí (1985) diz que o sentido do corpo feminino é dado por um pensamento, uma vontade e uma prática que nele investem ideologias, ou seja, um imaginário social de dissimulação e ocultamento. O mito do "instinto materno" mantém as mulheres presas num falso mundo natural, transformando-as em produtoras disciplinadas e rentáveis.

Segundo Navarro-Swain (2004), as categorias binárias apontadas por Beauvoir têm como base o patriarcado e as premissas da heterossexualidade. As mulheres teriam como forma de realização no mundo apenas o seu encontro com o masculino, sendo a maternidade o seu destino e "a prostituição a imanência na impureza de seu sexo" (Navarro-Swain, 2004: 46). A autora diz que "confundir prostituição e trabalho é dotá-la de uma dignidade que não possui no imaginário e na materialidade social" (Navarro-Swain, 2004: 56), afirma que é uma forma de perpetuar a prostituição, na qual há a "apropriação das mulheres pelos homens" (Navarro-Swain, 2004: 56), com

a privação de seus corpos e de sua humanidade. Assim, para Navarro-Swain, as questões apontadas por Beauvoir ainda estão presentes e são "parte do problema" (Navarro-Swain, 2004: 56).

Os pontos levantados acima são interessantes, embora mereçam críticas. Beauvoir (1980), assim como Navarro-Swain (2004), vê na prostituição a forma máxima de opressão do homem sobre a mulher. Para Beauvoir (1980), a escolha pela prostituição é tomada devido à falta de oportunidades econômicas, não sendo um trabalho "verdadeiro". Seria o correlato imediato do casamento sendo que a prostituta serve à satisfação sexual do homem, uma vez que essa não é possível com a sua esposa. Compara as duas formas dizendo que o que as diferencia é apenas o preço e a duração do contrato e que a prostituta resume todas as figuras da escravidão feminina. Observa-se que as propostas de Beauvoir (1980) e Navarro-Swain (2004) vão contra muitas das discussões levantadas pelo movimento de prostitutas, como é o caso da RBP. Gabriela Leite, militante do movimento de prostitutas, afirmou¹⁵ que essa postura toma as prostitutas como vítimas e não como sujeitos de sua própria história. Ademais, retira das mulheres a possibilidade de escolha e o seu desejo. Outro ponto é que essas abordagens tendem a ver as relações hierárquicas de gênero como fruto da ação deliberada masculina, visão que tem sido questionada por inúmeras feministas. No caso dessa pesquisa, essa dominação feminina por parte dos homens não ficou evidente de forma que as hierarquias de gênero se apresentaram mais na forma de hierarquização entre as mulheres, como será discutido no próximo item.

¹⁵ Informação verbal cedida em 24/07/2006

4.1.2. Nós, as santas, e elas, as putas

Butler (2003) discute a existência de uma categoria "mulheres" que seja capaz de representar tais pessoas. Segundo a autora, o feminismo, para conseguir visibilidade política, precisou desenvolver uma linguagem que representasse os sujeitos em nome dos quais pretendia falar, criando a categoria "mulheres", presumindo a existência de uma identidade comum a elas. Contudo, nesse processo, deixou de lado o fato de que a própria denominação do grupo atua na constituição deste e daqueles que objetiva representar. Desse modo, ao buscar a emancipação do sujeito, acabou aprisionando-o dentro de uma determinada identidade, de um ideal a ser buscado. Destarte, não levou em questão que a identidade mulheres é incapaz de delimitar tudo aquilo que os sujeitos são, uma vez que ignorou as interseções dessa identidade com outras marcadas pelos diferentes contextos históricos que as constroem discursivamente. Assim, é impossível separar o gênero do seu contexto de constituição e das formas como a opressão se articula neles, uma vez que partir do pressuposto de uma identidade una, de base universal, é produzir um discurso equívoco e colonizador.

Butler (1993) afirma que dizer que ser mulher é ser um determinado tipo de mulher implica que ser outro tipo de mulher é não ser mulher. Dessa forma, a proposição emancipadora das reivindicações representacionais acaba por levar a conseqüências coercitivas e reguladoras, criando um ideal a ser alcançado. Butler (2003) propõe que, para expandir o caráter representacional da teoria, torna-se necessário não pensar em termos estáveis ou permanentes, ultrapassando a noção de identidade. É necessário tomar a construção múltipla e variável da identidade como um pressuposto metodológico e normativo ou, ainda, como um objetivo político (Butler, 2003: 23).

Butler (2003) apresenta a idéia de que o sexo não pode ser entendido como o correspondente natural do gênero, que seria cultural. Afirma que pensar dessa forma

levaria à conclusão de que o sexo implica na constituição de um determinado gênero que, como tal, tem características específicas e, por sua vez, define um desejo. Assim, ser mulher implica, por exemplo, em ser heterossexual, tendo desejo por pessoas do sexo masculino. Essa prática reguladora é uma forma de garantir a correspondência entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, o que gera gêneros "inteligíveis". As marcas de tal prática são tomadas então como o que é natural, deixando à parte seu caráter performativamente constituído e histórico.

Determinados tipos de identidade não poderiam existir, não sendo reconhecidas como válidas, uma vez que o desejo não decorre do gênero e este do sexo. Nesses casos, são considerados incoerentes, não sendo definidos pelas mesmas normas que as pessoas "normais", e permanecendo fora do discurso. Aqueles que não se encaixam nesses padrões são denominados por Butler (1993) seres abjetos e sua negação enquanto sujeitos estabelece limites definidores contra os quais a identificação dos demais é dada. A identificação com tais seres é ameaçadora e persistentemente negada. Contudo, este "fantasma normativo do sexo" é fundamental, devido ao repúdio que produz, permitindo a emergência dos seres não abjetos.

As definições apresentadas parecem contribuir em grande medida ao debate da prostituição. Por muito tempo as prostitutas não foram vistas pelo feminismo como sujeitos políticos e dotados de desejo, mas antes como escravas sexuais ou pervertidas. No primeiro caso, representariam a opressão máxima da mulher pelo homem, sendo uma categoria impeditiva às igualdades entre os sexos. No segundo, vistas como pervertidas, é que as prostitutas melhor se encaixam nas propostas de Butler (1993 e 2003). Como representantes do sexo feminino, deveriam se portar de forma "feminina", ser heterossexuais e realizar sexo somente com amor, objetivando constituir uma família e não apenas tendo prazer. Contudo, o que se observou durante a pesquisa é que algumas das prostitutas declaram sentir prazer nas relações com clientes e outras afirmam que, para elas, o programa é equivalente a qualquer trabalho, não havendo envolvimento afetivo. Desse modo, se cria um embate. São mulheres, mas irrepresentáveis pelo discurso em voga. Como abjetos, se apresentam como o fantasma contra o qual as demais mulheres precisam lutar na sua definição como tal, na eterna dicotomia puta/santa.

Segundo Kemapadoo (1998), existe um modelo que coloca a categoria "mulher" como provedora do trabalho sexual e "homem" como grupo que usufrui dos lucros e do poder. Essa subordinação é essencial à produção de estigmas e à condenação das mulheres que desafiam as fronteiras da "feminilidade". Há uma cisão entre mulheres boas e más, sendo que a imagem da "puta" serve como divisor e disciplinador das mulheres, conformando a maioria à virgindade, domesticidade e monogamia e rechaçando as transgressoras.

Juliano (2004) aponta que a ideologia dominante divide as mulheres entre boas e más, sendo que as prostitutas são as más e, como tais, completamente desvalorizadas. A autora acredita que essa desvalorização tem duas funções. A primeira seria uma forma de relativizar as vantagens do êxito econômico das prostitutas e a segunda seria uma estratégia pedagógica que serviria ao ideal de garantir que as demais mulheres se conformem à norma.

Palmero (2001) afirma que a vigilância pública estabelece as formas como deve se comportar uma mulher para que seja considerada respeitável. Essas crenças são internalizadas pelas mulheres, que passam a se vigiar. Constituem-se através de expectativas de agradar o parceiro e de cultivar o "instinto maternal", sendo que, para serem aceitas socialmente, deverão obter sucesso nestes âmbitos. Os homens passam por processos semelhantes de internalização de normas e regras, mas as formas socializadoras são bastante distintas.

Juliano (2005) busca compreender o fenômeno do trabalho sexual e a estigmatização como partes de uma seqüência que abrange os papéis familiares e profissionais destinados às mulheres e cuja valorização vai da aceitação ao rechaço. Há um contínuo que, por um lado, encaminha as mulheres "corretas" em direção ao que se espera de boas mães, filhas e esposas, e, por outro, desvaloriza as que fogem a essa direção, como as lésbicas, mães solteiras e trabalhadoras do sexo. Assim, pela pressão exercida sobre as pessoas estigmatizadas, busca-se persuadir as demais a agir conforme a norma, evitando que infrinjam os modelos vigentes, o que teria como pena o rechaço social reservado às "mulheres desviantes". A participação escassa ou marginal das mulheres no mercado de trabalho ou o não reconhecimento de sua atividade como digna se coloca a todas como um obstáculo para que adquiram direitos e deveres. A falta de reconhecimento faz com que se

tornem dependentes da "boa vontade" dos indivíduos com os quais se relacionam, perdendo sua autonomia. Para a autora, apenas por meio do fim da estigmatização se poderá garantir uma verdadeira opção de escolha profissional.

As falas de nossas entrevistadas freqüentemente remetem a essas separações entre "puta" e "santa. Elas se comparam a outras mulheres, de forma a evidenciar que não seriam "putas", no sentido de pessoas pervertidas ou sem caráter, mas que são "prostitutas" ou "profissionais do sexo". Assim, a ocupação é debatida como não sendo o fator preponderante na definição da identidade. Fazem claras divisões entre sua postura no trabalho e em casa, por exemplo. Dessa forma, tentam romper com o estigma de "putas" não no sentido de eliminá-lo, pois continuam tendo visões de quem são as mulheres "más", mas de não se encaixarem nesse estereótipo.

Cátia: Você não precisa mostrar para todo mundo o que é que você faz. Eu sou prostituta aqui dentro do hotel. Aqui dentro eu sou. Na hora que eu saio daqui pra fora eu não sou mais. Na hora que eu coloquei o pé daqui pra fora eu esqueço que eu trabalho aqui dentro. Eu trato todo mundo com respeito pros outros me respeitar também. Elas não, né, ficavam lá bebendo, fazendo gracinha, com roupa curta, se exibindo, exibindo dinheiro... Então, é meio complicado, né? Eu não gosto disso não.

Cátia: Porque se eu me comportasse mal, se eu viesse e falasse... "não, eu quero ser aquela prostituta escrachada, aquela que vai, que quer o homem do outros", não respeitar as pessoas. Acho uma falta de respeito. Não precisa ser prostituta pra fazer isso. Mas apesar da gente ser prostituta, se fizer uma coisa dessas... aí a casa cai. Aí, ninguém vai querer... Nem eu ia querer uma pessoa dessa perto da minha casa. Aí eu acho que é por isso aí mesmo o respeito.

Cátia: Às vezes tem gente que não acredita que eu faço isso. Eu tenho uma sorte das pessoas gostarem de mim, lá perto de casa todo mundo sabe que eu trabalho aqui. Eu sou respeitada... Nossa! Não tenho nem o que falar, todo mundo gosta de mim demais, dos meus filhos... Tanto que eu saio assim e minha casa fica aberta, todo mundo, assim, ninguém mexe, todo mundo tem muito respeito. Eu sou convidada pras festas, pra churrasco, eu, meus filhos, você precisa de ver. Graças a Deus eu tenho essa sorte. Agora, quando as pessoas não sabem e eu vou contar, parece que eles não acreditam não. Ah, não, você nem parece! Eles acham que a mulher que é prostituta tem que andar como tal na rua. Tem que andar de cara pintada, com as roupas curtas, e eu não sou assim. Eu sou muito reservada. Assustam por causa disso, né. É por ver também na maioria das vezes o respeito que as outras pessoas têm por mim. Eu na minha casa não levo homem, não fico fazendo bagunça dentro da minha casa, eu respeito demais o lugar onde eu moro, entendeu? Então é por isso. Aí por isso que quem não sabe não acredita. E quem não sabe e não me pergunta, também nunca vai vir a saber, pelo fato de eu não expor.

Cátia: Daqui lá pra fora eu sou outra pessoa, aqui dentro eu sou uma, lá fora eu sou outra. Ah sei lá. Acho que até o jeito de andar na rua muda. Ah eu não sei, acho que eu sou meio metida, inclusive [risadas]. Sou... Até o

jeito de andar, de conversar... sei lá de agir... É diferente. Não é igual aqui dentro não.

Cleusy: Por exemplo, na rua, em casa eu uso short, eu uso saia, eu uso minhas roupas que eu venho trabalhar eu uso no meu dia-a-dia. Não tem nada a ver. Eu ando do mesmo jeito. Então não tem precisão de ficar... Tem mulheres aqui no bairro que não tem essa profissão, mas parece que são pior do que... anda pelada, com sutiã na rua... Eu uso shortinho, vestidinho, tudo normal, isso não quer dizer que eu sou prostituta... Então é assim. Não tem nada essa coisa de... você mostrar que você é prostituta. Não tem. Tem gente que não acredita. Você fala que você é e tem gente que não acredita. Tem quem acha que ser prostituta é dar porrada, é ser escrachada, tem que falar palavrão, tem que mandar os outros... e eu não sou assim não. Eu sou bem diferente.

Cláudia: Manda eu tomar vergonha na cara e sair, né? Mas não tem preconceito sobre a minha pessoa. Isso é um trabalho. Cláudia trabalho, Cláudia pessoa, é diferente. É uma boa mãe de família, é uma pessoa certinha. Sou muito correta, dona de casa. Pra tudo, sou correta demais.

Cláudia: Eu acho iguais. Por que... Vou falar de mulher a mulher. Eu, Cláudia, sou prostituta dentro da zona. Eu num tenho coragem de ficar mudando de homem. Se eu tiver um homem, o qual eu não tenho, é só aquele homem, o respeito, entendeu? Pra mim eu dou o valor, o devido valor, àquele homem. Saju da porta pra fora, eu deixo o trabalho pra trás. Aí vai ser aquela Cláudia, mãe de família. Acho normal... Normal, normal, normal. Não levo o trabalho pra casa. Não levo. Eu sei separar as coisas. Se eu te contar que eu sou tímida, você não vai acreditar. Eu falo isso, e ninguém acredita. Pelo que eu tiro pelos meus vizinhos, que troca de homem que nem troca de calcinha, na minha casa entrou um homem. Eu não tenho coragem. E outra coisa: tem que suar a camisa pra me ter na cama, por que é difícil, até pra eu ir pra cama demorou uns dois meses, pra mim ir pra cama com ele. E tem que ter aquele senhor clima, independente que sabia que eu trabalhava na zona. Nossa! Eu sou tímida pra caramba! Quem olha assim "é uma galinha!", num sou galinha. Acho que é tão engraçado deu num correr atrás dos homem aí fora, que eu sou... Que os homem corre atrás de mim. De boa. Meu Deus do céu. Falar que na primeira cantada eu tô indo pra cama. Num sou assim, não sei ser vulgar! Eu acho isso aí uma vulgaridade. Pior que eu ainda tenho aquele conceito comigo, que o gostoso é a paquera. É a paquera, o envolvimento, o beijinho na boca, pra depois de assim, um tempo, um mês, dois mês, você tá pronta. Por que eu acho que o tesão ia ser maior... Por que eu sair daqui, o homem me cantar e eu já ir pro motel, pra mim é a mesma coisa que seu tivesse dentro da zona. É mesma coisa. E eu sou diferente nesse ponto. Sou diferente nesse ponto. Num adianta.

Uma de nossas entrevistadas discutiu sobre essa a questão de serem a um só tempo "putas" e "santas". Para ela, essa divisão não só as protege do preconceito e da discriminação, mas pode ser também uma forma de seduzir os homens.

Rosa: E eu falo da santa é por causa disso, se você visse eu chegando na rua tinha gente que eu passava, achava que era uma mulher qualquer, soltava o cabelo isso tudo na rua, porque eu só saía com a calça e a blusa eu tinha que vestir lá. Meu soutien todo enfeitado, um soutien de todo jeito, abria a blusa com o soutien à mostra e ia pra rua pra trabalhar, acabava aquilo, dava a hora deu ir embora eu amarrava o cabelo vestia a blusa, passava tanto que quando a policia dava batida e pegava os travestis eu

ficava beirando um ponto de ônibus, corria fechava a blusa e ficava em pé no ponto do ônibus, passava batido então por isso que eu falo "eu ia de puta e ficava santa na mesma hora", sabe? Por causa disso e gosto disso sabe? Eu acho que prostituição é você mexer com imaginário do homem, sabe então é gosto com o sujeitinho. [...] Por isso que eu te falo que eu gosto, precisa dos outros saber? E o gostoso é isso, gente, você viver com dois personagens, sabe? Eu gosto. Eu gosto de viver, os homens adoravam isso. Homem adorava isso, porque o homem chegava na rua e eu tenho que ir embora cinco horas, cinco e meia, né? Horário de verão é mais tarde, tinha um que já chegava, né? Tinha um que me pegava cedo. Ele falava, "ah eu adoro ver você subindo até, adoro ver, a gente pensa que é uma menina tão séria, que é uma menina inocente" eu falei, "é inocente". Os homens gostam. Mulher não sabe batalhar não, gente, tem que ensinar essa mulher batalhar, mulher não pode ficar pelada, ela já mostrou tudo pro homem uai, a mulher tem que se insinuar uai, se as mulher ficar pelada o homem já viu tudo ele volta pra trás uai, se elas não sabem eu vou ensinar pra elas? E você pode ter certeza disso, homem gosta, sabe? O homem gosta.

Essa questão interfere também nos relacionamentos afetivos em que as prostitutas se envolvem. A divisão entre mulheres "para casar" e "para trepar" é constantemente evidenciada. Alguns homens não aceitam que trabalhem como prostitutas enquanto estiverem namorando. Por outro lado, algumas das mulheres também colocam essas separações, achando que o homem que gosta, não aceita "dividir" a mulher.

Cátia: Aí já tinha ciúmes, aquela coisa de não me deixar trabalhar... Tem a profissão dele também. Ainda mais que o homem quando gosta da mulher mesmo ele não aceita ela em um lugar desse não. [...] Ah homem é machista, né? Ele pode por chifre, mas mulher não pode. Se ele realmente gostar da mulher ele não vai aceitar a mulher aqui dentro. Isso aí é com certeza que não.

Cláudia: Ah, eles são muito preconceituosos [risos]. Homem, se eu conhecer aí fora, que eu dou sorte, que eu te falo que eu dou sorte é... Saber que eu trabalho na zona e não vai aceitar. E eu não gosto de mentira, Letícia. A não ser que eu vá pra um bar, já tem muito tempo, né? Um lugar estranho. Vou dar uns beijinhos na boca. Não tem necessidade da pessoa saber o que eu faço e o que eu deixei de fazer. Agora se o negócio ficar sério, eu sou obrigada a falar, mas isso aí não é um... Acho que ainda não chegou a hora de ter alguém pra morar do meu lado. Não, por enquanto não. Sinto falta de um bate-papo, sem ser o tipo de pessoa que me conhece da zona. Que o papo é totalmente diferente, mas por enquanto não chegou a hora. Porque eu não gosto de viver sobre mentira.

Carla: Já tive namorado, antes de ser profissional do sexo. Mas não dava certo, e eu não envolvo sexo com namorado não. Na minha profissão não, eu não gosto. Por que a partir do momento que eu namoro eu já perco, aí eu tenho que parar, eu sei que eu tenho que parar. Então às vezes eu namoro assim aí eu já começo assim, "ah não, não vou namorar não". Aí já começa a briga de ciúmes e eu falo tchau. Que eu atraio gente ciumenta demais, não sei por que. Aí, o quê que acontece, eu prefiro parar com o namoro e continuar... Às vezes eu gosto da pessoa e tudo, mas eu não gosto de pessoa agressora, eu não gosto de briga, de confusão, às vezes o namorado da gente é muito ciumento, fala muito na cabeça. E mesmo por que eles não vão aceitar que eu continue fazendo isso. Acho que a pessoa

que gosta mesmo, no fundo, ele não aceita. Ele tem que ser uma pessoa que... né, pra aceitar tem que ser uma pessoa que tem que ter alguma coisa a ver. E pra mim, eu não acho isso legal não. Acho que se você casou, você tem que esquecer um pouco e ir de vez em quando. Agora até mesmo pra gente que é mulher, que tem sentimento, mais do que o homem, quando você envolve com um cara, e começa a gostar, você já não quer mais se envolver com outro cara, tem muito isso. Entendeu? Aí eu já sou dessa opinião.

Ademais, pensar que existem dois tipos de mulher diferentes é algo que interfere inclusive nas relações sexuais. Existem determinadas práticas que não podem ser feitas por "mulheres de bem", que também não podem querer fazer sexo várias vezes em um dia ou com homens diferentes. Desse modo, passaremos agora à discussão da sexualidade.

5. Sexualidade e poder

De acordo com Rubin (1984), as relações entre feminismo e sexualidade são complexas, exemplo disso é que algumas feministas têm lutado por uma liberação sexual e outras a vêem como extensão do privilégio masculino, como é o caso do movimento anti-pornografia, do qual falamos no início do capítulo "Gênero, feminismo e prostituição" (página 113). Assim, o movimento feminista produziu tanto formas retrógradas de pensamento sobre o sexo como visões novas sobre o prazer sexual e a justiça erótica. Para a autora, o feminismo é uma teoria da opressão de gênero e não da opressão sexual, que apesar de relacionadas, são coisas diferentes. O sexo abrange o gênero, mas também a luxúria, a excitação, a atividade sexual. As formas de exclusão e dominação fruto da opressão sexual são, com certeza, marcadas pelas relações de gênero, mas não se resumem a elas, havendo maneiras especificas de hierarquização. Do mesmo modo, as relações de opressão sexual não conseguem abranger todas as opressões de gênero. Acredita que as duas áreas devem se complementar, mas é preciso que sejam reconhecidas as especificidades de cada uma (RUBIN, 1984).

Ao se pensar na sexualidade, é preciso primeiramente definir o que queremos dizer com o termo. A sexualidade tem sido vista por vários autores, entidades e também pelo senso comum, como algo natural, intrínseco aos sujeitos. Contudo, essa definição tem sido amplamente questionada por autores como Foucault (1988), Weeks (1995; 2002) e Rubin (1984), que vêem a sexualidade como sendo relacionada a diferentes contextos históricos e culturais e também como campo de batalha e disputa, sendo investida por relações de poder. Não pretendemos aqui esgotar essa ampla discussão, mas antes trazer alguns pontos que nos parecem fundamentais ao debate sobre a prostituição.

Segundo Foucault (1988), muitos teóricos basearam suas teorias em uma hipótese repressiva sobre a sexualidade. Havia uma crença de que mecanismos de poder agiram, principalmente no século XVIII, de forma a silenciar a sexualidade e

restringi-la ao âmbito da família conjugal, podendo ter apenas a função de reprodução. O restante é negado, expulso, reduzido ao silêncio, objetivando seu desaparecimento. As demais formas de sexualidade eram consideradas imorais, devendo sofrer sanções, e a repressão era vista como a maneira de ligação entre poder, saber e sexualidade.

Foucault (1988) afirma que, nessa época, não houve um silenciamento do sexo, mas, pelo contrário, sua colocação no discurso e uma incitação constante a se falar sobre ele. Tentou-se formular um discurso sobre o sexo que não fosse o da moral, mas da racionalidade. Construiu-se toda uma aparelhagem que se encarregaria da produção de tal discurso, mesmo que fosse necessário usar palavras neutralizadas para isso. Foram definidos instituições, lugares e pessoas que estariam autorizados a falar do sexo, levando a uma dispersão de focos onde o discurso seria propagado e também ao estabelecimento de zonas de silêncio. Esse processo foi intimamente relacionado ao fato de que a sociedade passou a perceber, pela idéia de população, que o comportamento sexual dos indivíduos poderia afetar seu futuro, devendo ser alvo de análise e intervenção. Vale destacar que essa visão de Foucault se relaciona bastante ao que abordamos no capítulo "Histórias da prostituição no Brasil" (página 68) sendo que, no século XIX, surgiram inúmeras novas discussões sobre a sexualidade e a prostituição.

De acordo com Foucault (1988), as formas de exercício de poder sobre o corpo e o sexo vão muito além da repressão, atingindo, por exemplo, a intensificação e a instigação. O poder não é algo possuído e imposto por determinado grupo, mas é produzido a cada instante, em diferentes lugares, por diferentes pessoas, em diversas relações. Não atua apenas controlando a sexualidade, mas também constituindo-a, sendo capaz de atingir o prazer cotidiano, os desejos, as condutas individuais. Por outro lado, o poder caminha ao lado da resistência, que também atravessa os diversos aparelhos e instituições sem se localizar em nenhum deles. Weeks (2002) afirma ainda que o poder é um processo que opera por mecanismos complexos e sobrepostos, muitas vezes contraditórios. Assim, produz nas relações e práticas a um só tempo dominação e oposição, subordinação e resistência.

Foucault (1988) aponta que a sexualidade, então, não seria um ímpeto natural e indócil a ser dominado pelo poder. É um dispositivo histórico, um conjunto de efeitos

sobre corpos e comportamentos que são produzidos por uma rede de relações políticas complexas. Atua como ponto de passagem entre relações de poder, pessoas e instituições, abrangendo os prazeres, os discursos, as resistências, entre outros.

Weeks (1995) realiza uma crítica ao essencialismo, propondo uma abordagem histórica do erótico. Isso implica considerar que a sexualidade só pode ser compreendida em um contexto cultural e histórico específico, não sendo um fenômeno natural e nem universal. Como construto social, é passível de mudanças e questionamentos, sendo um campo de batalha onde ocorrem lutas por significados, que também são construídos. Apesar da sexualidade e seus significados serem construídos, a ideologia atua nos fazendo acreditar que são naturais e imutáveis.

Segundo Weeks (1995), as identidades sexuais são marcadas por quatro paradoxos principais. Apesar do foco do autor ser nas identidades sexuais, acreditamos que esses paradoxos estão presentes em outros processos identitários. Os quatro paradoxos (WEEKS, 1995) são apontados abaixo:

- 1. Identidade sexual assume fixidez e uniformidade enquanto confirma a realidade da não fixidez, da diversidade e da diferença. Assim, a identidade nos permite dizer quem somos, mas paralelamente se mostra como algo que pode ser transformado. Para o autor (WEEKS, 1995), a existência de alguns binarismos pode impedir que essa elasticidade se manifeste, uma vez que só existiriam duas identidades possíveis.
- 2. Identidades são profundamente pessoais, mas nos falam de múltiplas pertenças sociais. Weeks (1995) afirma que esse paradoxo é marcado por uma construção de narrativas biográficas pessoais, que confirmam o que dizemos que somos, mas são fortemente determinadas por influências sociais e históricas, que determinam possibilidades de pertença e de identificação. Assim, tentamos unir as diferentes experiências vividas a partir de diversas pertenças em uma narrativa que modela nossa identidade individual.
- 3. Identidades sexuais são simultaneamente históricas e contingentes. Ao mesmo tempo em que as identidades são fruto da história,

- incorporando relações de poder e categorização, são também fruto de agência e de lutas por definição. As identidades podem tanto ser tomadas como recusadas. Ademais, têm significados para indivíduos e coletividades que se alteram ao longo do tempo.
- 4. Identidades sexuais são ficções, mas ficções necessárias. Identidades são arbitrárias e históricas, mas são mostradas pela ação de relações de poder como fatos naturais. Uma vez que são fruto de construção, podem ser reconstruídas. Por outro lado, oferecem sentimentos de pertença, por meio de narrativas individuais e coletivas que permitem a motivação e a agência. Deste modo, é possível tornar visível o poder que impede que ocorram as mudanças, evitando a sensação de ausência de poder e inevitabilidade.

Segundo Weeks (2002), as sociedades tentam organizar a vida sexual, mas o fazem de formas distintas. A sexualidade é fruto de múltiplas influências e intervenções, sendo que se destacam cinco áreas: relações e sistemas familiares; organização econômica e social; regulação social; intervenções políticas e desenvolvimento de culturas de resistência. A sexualidade, tanto das mulheres que se prostituem como dos homens que as procuram, é profundamente influenciada por esses pontos. Assim, as idéias que se tem do papel da esposa podem levar ao fato de que algumas práticas sexuais não possam ser desempenhadas no casamento. Já a influência da organização social e econômica se faz presente, por exemplo, quando as cidades começam a pensar o lugar da prostituição, como falaremos mais adiante. A regulação social aparece nas idéias que se tem do que é ser uma boa mulher (puta/santa) que criam consensos e estabelecem padrões de comportamento. A intervenção política pode ser observada nas políticas higienistas do século XIX. As culturas de resistência são marcadas pelas resistências e oposições aos códigos morais, como é o caso das críticas das prostitutas às identidades fixas, afirmando que podem ser profissionais do sexo e mães de família a um só tempo. Essas cinco áreas não são separadas, mas se articulam e interferem de muitas e diferentes formas sobre a sexualidade do grupo em questão. Se articulam também com as categorias de gênero e trabalho, por exemplo, levando a novas hierarquizações.

A quinta área trazida por Weeks (2002), que é o desenvolvimento de culturas de resistência, se torna fundamental às nossas discussões sobre as possibilidades de enfrentamento das hierarquias sociais referentes à prostituição. As formas de opressão não apenas atuam reprimindo, mas gerando formas de questionamento e politização. Assim, as maneiras de exercer a sexualidade podem ser formas de enfrentar essas hierarquias embora, em geral, sejam invisibilizadas e não reconhecidas como tal. Um exemplo que vimos nessa pesquisa foram os relatos de práticas sadomasoquistas que freqüentemente são associados pelas prostitutas tanto a idéias de prazer quanto de inversão de hierarquias uma vez que, nesses casos o cliente é que está sendo "usado" ou "sofrendo". Outro exemplo são aquelas mulheres que declaram buscar na prostituição um prazer que não encontram fora dessa. Essas práticas de enfrentamento e questionamento podem servir também como meio para a formação de um "nós", em que as prostitutas se reconhecem como submetidas a hierarquias semelhantes e possuindo formas de enfrentamento também parecidas. Nesse sentido, podemos destacar que muitas dessas práticas são discutidas pelas mulheres em suas reuniões e conversas, buscando estabelecer pontos em comum e também questões a serem mudadas nas relações com parceiros ou clientes.

Para Rubin (1984), o sexo é sempre político, uma vez que é marcado por conflitos de interesse, desigualdades, opressões. Sugere que é necessário, então, não tomar a sexualidade como dado, mas buscar compreender as diferentes formas de injustiças eróticas e opressões sexuais. Acredita que, além do essencialismo, outras formações ideológicas atuam de formas que dificultam o debate sobre a sexualidade. As cinco principais são: negatividade do sexo; falácia da escala deslocada; hierarquização dos atos sexuais; domínio da teoria da periculosidade sexual e ausência de conceito da variação sexual benigna.

Rubin (1984) destaca que a idéia de negatividade do sexo está relacionada a uma noção de que o sexo, e tudo relacionado a ele, é, em si, negativo, destrutivo. Para que seja julgado positivo, depende de justificativas e pretextos, como a reprodução. A falácia da escala deslocada se refere ao excesso de significância dado ao sexo. Esses dois pontos estão muito relacionados a noções de que o sexo e seus prazeres são diferentes de outras atividades humanas. Assim, o prazer fruto do sexo

é ruim e prejudicial, podendo afetar toda a vida de uma pessoa. Essa questão é muito presente nas visões sobre prostituição, quando se acredita que o fato de fazer sexo com desconhecidos em troca de dinheiro é em si algo negativo e pejorativo.

Atualmente, nos vemos imersos em uma variedade de discursos que valorizam a realização do sexo e da busca por prazer. Cotidianamente ouvimos falar da necessidade do bom sexo para uma vida feliz e saudável. O lugar do sexo não mais se resume à procriação e ao casamento, mas abrange também o namoro, por exemplo. Contudo, o discurso ainda é fortemente marcado por uma forma ideal de fazer sexo. Assim, aquelas mulheres que fazem sexo com qualquer pessoa ou em qualquer situação são rotuladas de "vagabundas" ou "putas", uma vez que a sexualidade feminina ainda é fortemente vinculada à idéia de manifestação de afeto e amor.

Um ponto amplamente discutido por Rubin (1984) é a hierarquização dos atos sexuais, segundo a qual o sexo é avaliado por um sistema de valores. Aqueles que estão nos níveis superiores são vistos como dotados de saúde mental, merecem respeitabilidade, mobilidade, suporte institucional. Os inferiores são tidos como patológicos, criminosos, merecedores de punições. Assim, o sexo no casamento é em si mais bem avaliado do que o sexo sadomasoquista ou a comercialização do sexo. A sexualidade "ruim" ou "anormal" pode incluir a promiscuidade, os fins comerciais, as práticas de masturbação, o uso de pornografias e brinquedos sexuais. Podemos observar aqui como muitos dos atos sexuais praticados pelas prostitutas são tidos como negativos, o que leva a uma desvalorização da própria pessoa que os executa.

A idéia de domínio da teoria da periculosidade do sexo (RUBIN, 1984) complementa em grande medida essa noção de hierarquia dos atos sexuais. Nesse caso, acredita-se que uma linha separa os atos bons dos ruins, sendo que estes últimos são perigosos e repulsivos. Os atos do lado "bom" são avaliados em um espectro mais amplo, podendo, por exemplo, ser livres ou forçados, nojentos ou sublimes. Os do lado "ruim", por sua vez, são intrinsecamente negativos, não havendo necessidade de se considerar o tipo de relação entre os parceiros ou o prazer atingido. Assim, a prostituição muitas vezes é vista como negativa independente de ser realizada por uma mulher que foi obrigada ou que escolheu a atividade.

O quinto ponto trazido pela autora (RUBIN, 1984) é a ausência de conceito de variação sexual benigna, relacionada a uma idéia de que existe uma forma melhor de fazer sexo, criando um padrão a ser seguido. É fruto também do fato de que as pessoas consideram que aquilo que não é prazeroso para elas não pode ser para ninguém. Assim, perde-se a dimensão da importância da diversidade e, mais uma vez, os desviantes são vistos como doentes ou como tendo agido por coerção. Muitas vezes pensamos que o que consideramos ruim é ruim para todos, como é o caso da prostituição. Essa visão dotada de preconceitos muitas vezes nos impede, inclusive, de escutar as próprias prostitutas.

Weeks (1995) acredita que os valores são importantes como formas de pautar o nosso agir no mundo. Contudo, muitas vezes são criados valores sexuais que afirmam expressar uma verdade, não podendo ser questionados, e determinando formas "certas" de agir no campo da sexualidade. O autor considera que os valores devem ser construídos com base em uma visão pluralística, devendo haver uma democratização radical das relações íntimas. Devem ser valores democráticos, que permitam a criação de padrões mínimos que nos auxiliem na decisão de quais formas promovem a vida ou são desumanas, mas que não sejam prescrições de formas de agir, uma vez que o ato em si não é intrinsecamente bom ou ruim. Nesse sentido, a diversidade e a diferença devem ser vistas como positivas.

Podemos observar que as cinco áreas trazidas por Weeks (2002) e as cinco formações ideológicas apontadas por Rubin (1984) se articulam em grande medida e de inúmeras formas. Assim, a existência de um modelo familiar tido como correto leva a uma hierarquização dos atos sexuais e sua classificação como certos e errados. A idéia da periculosidade do sexo pode gerar intervenções políticas nessa área que não seriam aceitas em outras, como é o caso das severas regras contra a sodomia, por exemplo. As culturas de resistência podem atuar de forma a gerar um conceito de variação sexual benigna. A idéia de negatividade do sexo interfere nas relações sociais buscando sua regulação como forma de impedir que se tenha práticas prejudiciais.

Weeks (2002) destaca, nesse sentido, que o poder atua por uma rede de práticas interligadas, que articulam formas opressivas e as resistências a elas. Assim, as dominações e subordinações presentes na sexualidade se articulam com outras

categorias, destacando a classe, o gênero e a raça. Em relação à classe, afirma que nem todas as classes se conformam do mesmo modo às normas de família e vida doméstica. Sobre o gênero, podemos observar que existiram formas muito diferentes de perceber a sexualidade feminina e masculina. A primeira, em muitos momentos, foi tida como perigosa, fonte de doença, mas também como meio de transmissão de valores e guardiã da pureza moral. Além disso, a sexualidade feminina foi influenciada pela dependência social e econômica à qual muitas mulheres são submetidas. Em relação à raça, muitos estudiosos e o senso comum viam os negros como selvagens, o que os diferenciaria profundamente dos brancos civilizados, visão que influenciava a percepção da sexualidade e dos comportamentos sexuais. A partir desses apontamentos, o autor conclui que devemos reconhecer a existência de sexualidades que são múltiplas e que devem ser vistas dessa forma.

5.1. A sexualidade da prostituta

Muitas vezes, a imagem que se têm das prostitutas é que são "abertas ao público". A intimidade da relação sexual, tomada pela maioria como privada, é vista como sendo "pública" no caso das prostitutas, na medida em que têm relações com vários homens. Essa visão leva a uma crença de que seus corpos são públicos e estão disponíveis para serem usados por qualquer um, de qualquer forma. As mulheres, devido à sua ocupação, passam a ser consideradas impuras, desonestas, e seus corpos, passíveis de violação. Cabe retomar aqui os casos relatados anteriormente da dificuldade de fazer BO, no caso de violência sexual, em Mato Grosso do Sul, as afirmações dos policiais de que "não há nada a ser estuprado" e a diferenciação do Código Penal Brasileiro de acordo com a "honestidade" da mulher.

Essa visão é fortemente relacionada a uma crença de que as prostitutas vendem o seu corpo, o que implicaria em uma ausência de autonomia sobre o mesmo. Essa noção de que as prostitutas vendem o corpo se articula às idéias de hierarquização dos atos sexuais, periculosidade sexual e ausência de variação sexual benigna (RUBIN, 1984). A prostituição é colocada em um degrau mais baixo da hierarquia dos atos, sendo vista como tão degradante que não haveria possibilidade de ter sido escolhida. O sexo, nesse caso realizado em excesso, é visto como prejudicial à mulher e à sua identidade. A idéia de que algumas mulheres gostam de fazer sexo com parceiros fixos leva a uma concepção de que nenhuma mulher poderia querer transar com um desconhecido. Essas noções se articulam com a categoria de gênero e com os sistemas familiares (WEEKS, 2002), havendo padrões a serem seguidos pelas mulheres "de bem". Assim, pode-se acreditar que a única opção ao exercício da prostituição, algo visto como tão degradante, é que a mulher vendeu o seu corpo e aceitou essa submissão.

Durante a pesquisa, foram ouvidas declarações de várias prostitutas que dizem não vender o corpo, mas fantasias sexuais. O que foi observado na pesquisa é que várias mulheres afirmam ter autonomia sobre seu corpo, sobre as práticas que realizam e sobre os clientes com os quais fazem programas. Em algumas situações, se comportam de forma que não fariam normalmente, como no final do mês, quando a procura por programas é menor, mas, mesmo nesses casos, afirmam ter um domínio sobre seu corpo.

Rosa: Eu não assumo, eu não bato no peito que eu sou prostituta, não bato mesmo, mas eu tive um orgulho disso, porque eu nunca roubei. Se é feio ou se é coisa eu, mas eu nunca roubei, eu vivi honestamente, nunca vendi meu corpo, se alguém falar que eu vendi meu corpo: "Eu não vendi meu corpo não, eu vendi fantasias sexuais, meu corpo é outra coisa. Eu não saio vendendo ele não!" [risos] Nunca ninguém perguntou "Quanto é o seu corpo?".

Kemapadoo (1998) afirma que uma das maiores dificuldades na visão da prostituição enquanto um trabalho se encontra na união de "sexo" e "amor", sendo que há uma crença de que, sem o segundo, o primeiro é danoso e abusivo. Para a autora, ligar o sexo à expressão da intimidade pressupõe a existência de um significado intrínseco e universal, ignorando a diversidade de significados que pode estar presente, o que se assemelha bastante à noção de ausência de conceito de variação sexual benigna (RUBIN, 1984). Chapkis (1997) afirma que é preciso

compreender como o sexo comercial é vivenciado pelas profissionais do sexo, como forma de abranger uma visão que não se reduza à tentativa de moralização e universalização. Para a autora, essas trabalhadoras erguem fronteiras que permitem que desenvolvam um profissionalismo, distinguindo a intimidade e o amor do ato sexual.

Mckeganey e Barnard (1996) debatem as repercussões identitárias do uso de um mesmo corpo para expressão de coisas como o compromisso emocional e a obtenção de recursos financeiros. Afirmam que essas mulheres manejam a sua identidade estigmatizada de forma a separar o sexo comercial do privado, recorrendo a inúmeras estratégias, como o segredo sobre a ocupação ou o uso de rituais. Apontam que muitas das prostitutas não se permitem sentir prazer na relação comercial, como se isso fosse uma forma de degradação.

Essas separações entre sexo e amor são bastante presentes no discurso das prostitutas entrevistadas, principalmente quando comparam o sexo com o cliente e com o parceiro. Ao sexo com o namorado são relacionadas idéias de carinho, cuidado, coração, entrega. Já em relação ao sexo com o cliente, predomina uma idéia de trabalho, de algo mecânico. Um ponto interessante trazido pelo depoimento de Carla é que apesar dessas diferenças, em ambas as relações ela diz que tem como objetivo "agradar" o homem, seja pelo envolvimento afetivo ou pelo prazer sexual. De qualquer forma, fica evidente nesse depoimento que o foco está no prazer e satisfação do outro.

Carla: A diferença com o cliente? E com o namorado? [risos] Eu vou te falar agora. Isso aí eu já analisei. Com o namorado você faz [sexo] com vontade e de coração, você doa tudo o que você tem. O cliente, você já chega é pra agradar ele, entendeu, você vai pelo ato financeiro da coisa. Então você está agradando uma pessoa, entendeu? Então você dá um passo daquilo, mas não é com o coração, entendeu? Ao ponto que com o namorado você fica com ele com o coração, você tenta agradar ele de todas as formas. E o cliente não, você vai fazendo aquilo que ele quer, que ele vai pedindo. É isso. Você não se envolve tanto emocionalmente não, de coração não. Você trabalha normal, é igual você chegar na empresa que você trabalha e limpar uma mesa, você vai fazendo. Agora, se você tiver uma mesa na sua casa, você vai limpar ela com cuidado, com carinho. Entendeu, é isso. A diferença toda é essa.

Carla: Se você assim tem até aqueles caras bonitos assim e tal, pra você ter prazer mesmo, um orgasmo fundo, de coração, pelo cliente, ninguém tem. A não ser que você já tenha saído outras vezes com ele, entendeu, assim, já tem uma data que você está com ele, já sente um tipo de carinho por ele, aí até pode rolar. Mas fora disso, não existe.

Cleusy: Tem total diferença. Porque que com o cliente às vezes você acaba se entregando, acaba sentindo prazer. Com o namorado não. Você quer sentir prazer, você se entrega toda. É uma coisa totalmente diferente. Com ele eu vou sentir prazer, eu vou dar prazer pra ele, eu vou sentir prazer. Com o cliente não. Cliente tá me pagando.

Cátia: É diferente porque se, vão supor, tiver namorado ocorre outro tipo de sentimento. Aí já vem amor, carinho. Querer dar e receber. O cliente não. A gente só quer receber o dinheiro mesmo, né? [Risadas] Se vier prazer junto, melhor. Não que a gente procure isso. Mas às vezes acontece. Mas não é ruim não pra falar a verdade. [...] É com namorado é diferente do cliente, é diferente. Namorado é igual tô te falando, tem troca tem carinho, tem aquela coisa. Com cliente não, mais é aquela coisa mecânica mesmo. O cara sabe que você tá ali porque ele tá te pagando. Aí é diferente.

Contudo, como observamos nos depoimentos acima, o sexo com o cliente também é relacionado, em alguns momentos, ao prazer sexual. Todas as nossas entrevistadas afirmaram que sentem prazer com o cliente. Embora algumas digam que não é algo que "procuram".

Carla: Ah, você sente prazer sim, de achar... Eu gosto dos meus prazeres, quando alguns clientes meus sentem prazer às vezes eu sinto sim, eu sinto. Principalmente quando eu estou fazendo fantasias, ah adoro, é um prazer e tanto, adoro ver o que eles me pedem. Agora, prazer mesmo, de você chegar e falar assim, é, "eu me sinto bem sem ter desejo pela pessoa". Não existe ninguém que fala assim. Se você tem desejo e vontade por uma pessoa, então você tem que fazer aquilo mesmo.

Cátia: Às vezes [tenho prazer] sim. Ah sou de ferro não [risada]. É muito bom... Tem vez que não dá pra escapar não minha filha. [...] Depende mais é do homem, né. Do cliente que tá comigo. [...] A higiene, o contato constante, tem que ser carinhoso também. Porque senão não dá, né?

Cleusy: Às vezes eu sinto [prazer]. Tem a ver com o que estou fazendo, com a pessoa... Tem isso tudo. Acaba se entregando sem querer. Às vezes o homem vem procurando o que ele não faz com a esposa dele, aí você acaba se entregando. Sentindo prazer. É normal. Ah eu sinto muito bem. Eu não tô nem aí.

Cláudia: Sinto, sinto. Dizer que mulher não sente prazer é mentira. Sente. Não tenho homem fora daqui. Mas tem que fazer do meu jeito, tem que ser safado. Se o homem não for safado ou se ele não falar muita putaria. Porque eu adoro homem "putão", que fala muita putaria, de historinha, meu negócio é historinha. É começar a inventar historinha. Eu vou naquela historinha, eu vôo. É por isso que eu to com medo aí fora dos homens não serem igual a mim nesse ponto. Porque eu acho que pra fazer amor, não precisa ser de uma forma só não. Eu acho que pode ser dentro do carro, na rua, basta estar com vontade. E é difícil encontrar alguém assim.

Por outro lado, as idéias de nojo ou de sofrimento pelo sexo com o cliente foram pouco citadas. Esse fato é bastante importante, pois contraria a visão do senso comum de que as profissionais do sexo não poderiam ter prazer em uma forma tão

desumana de atividade sexual. Outro ponto, é que as que relataram a questão do nojo, em geral a associaram aos primeiros programas que fizeram.

Cláudia: Enojada! Porque eu bebia muito, usava muita droga pra encarar os homens. Sem as bebidas, principalmente as bebidas. Bebia muito.

Cátia: Horrível, né? Nossa a primeira vez eu não esqueço, foi nó! Foi... Horrível, de nojo, de incapacidade, sei lá... Horrível. Bem nojento.

Cláudia: Porque eu não tenho homem fora. Mas não é aquele! É que às vezes aparece um homem um pouquinho safado, aí acontece um pouco um clima. Entendeu? Me satisfaço, mas não é igual não. É a verdade. Falta o beijo na boca, que é fundamental. Não beijo freguês. Eu tenho nojo. Pelo amor de Deus! É uma coisa que eu não agüento em uma prostituta é dar beijo. Eu não beijo homem, não deixo chupar meu peito. Tem seus limites.

Voltando ao prazer sexual, algumas das entrevistadas afirmaram que o sexo com os clientes é muito importante como fonte de prazer, suprindo algumas coisas que não conseguem obter fora da prostituição. Esse ponto está muito relacionado a um ideal do modo como o dito "sexo com amor" deve ser realizado, de uma forma pura e sem excessos. Assim, aquelas que gostam dos programas mais exóticos, como os sadomasoquistas, ou de fazer sexo várias vezes ao dia sentem que a zona ajuda a suprir este lado. Em tempo, vale ressaltar a forma como algumas delas vêem a questão do sadomasoquismo como uma possibilidade da mulher "usar" o homem, havendo uma inversão hierárquica, o que acham uma coisa muito positiva.

Cláudia: Quando pergunta o que eu faço. A transa, a "chupadinha" e as posições só. Ou então trabalho também de consolo. Uma coisinha mais fantasiosa, consolo, sadismo também faço. Adoro fazer sadismo. Nossa senhora. É bom demais! Ah, porque o homem é quem tá sofrendo, não é eu. Eu nem ligo. Adoro. Adoro trabalhar de consolo e sadismo. É o meu forte. É o que dá mais no puteiro é isso.

Cláudia: O negócio é que eu sou muito franca. Eu acho que o meu lance, a franqueza, eu acho que atrai também os homens. Atrai é a franqueza, por que num sei ser aquela mulher aqui ser uma coisa, ali ser outra, ser fresquinha... Eu não. Eu falo tudo na cara. Se eu num gostei dele na cama eu chego na cara e falo "precisa tomar mais vitamina." Não vou ficar... Olha, tudo bem que eu já figuei com um homem, um ano com ele, com o tal do namorado e ele preencheu uma certa parte da minha vida. Não na cama, porque na cama eu achava ele bem fraco pro meu gosto. Não é aquele homem quente que gosta de fazer amor duas, três vezes na noite, sair quase todo dia, transar, fazer amor quase todos os dias. Não! E eu gosto de homem safado, na cama tem que ser safado nesse ponto. Fazer amor todo dia, dia sim e dia não. Agora, fazer amor de 15 em 15 dias, de mês em mês, eu acho esse homem super frio porque olha, eu não estou acostumada com isso. Mas aí tem outro lado, se eu não tivesse na zona eu jamais ficaria com ele. Tem esse lado frio. Como eu me satisfaço também na zona, aí vêm o outro lado porque ele adorava sair, saía e tratava minhas amigas super bem, me punha no carro, a gente dava umas volta pra conhecer uns lugar de graça, então ele não preenchia esse outro lado do sexo, que eu tenho na zona. Porque eu não sou uma mulher fria. Se eu fiz amor aqui o dia todo eu faço em casa também. Comigo não tem dessa não [risos].

Carla: Que pra mim o que eu gosto mais é de fantasias. Seria atendimento com acessórios, troca de papéis, podólatra, quem gosta de pés, tem aquele banho dourado, né, e o banho marrom. O banho marrom eu já não dou não, não acho legal. Então assim o banho dourado eu dou, podólatra e troca de papéis. E tem escravo também que gosta de apanhar. Esses programas eu já gosto mais. Por que primeiro [risos], não é ele que vai estar me usando, eu que vou usar ele. Por que esse pessoal, eles não transam, eles não fazem sexo. Eles se masturbam, eles gostam que você fica batendo neles, dando o seu pé pra eles beijarem, às vezes você nem tira a roupa, por que não precisa, eles perdem o tesão. Então eu fico vestida. Tem coisa melhor do que o cara ficar beijando os seus pés e você batendo nele? [risos] Entendeu? Fazer o papel dele, ele deixa fazer. Então essa parte eu adoro. E são os programas que mais eles pagam bem. Os homens gostam de pagar bem. Agora os que gostam do programa normal é que são os pechinchadores.

Carla: Por que pra mim, daqui a dez anos eu teria que estar casada e o cara teria que gostar muito de sexo, caso contrário não vai dar certo. Tem que gostar muito de fantasia, tem que estar viajando muito, se não, não vai dar certo. Então assim, eu nem me vejo casada. É mais por causa disso. Por que eu acho que vai ser um constrangimento muito grande. [...] O homem, às vezes... Não, totalmente não. Por que o homem ele é muito sistemático. Então às vezes ele quer, mas por estar casado com a mulher ele não aceita, ele tem medo de não aceitar, essas coisas. Então assim, pra realizar o sonho no meu caso o cara tem que ser super liberal comigo. Eu queria conhecer um cara assim, liberal, que goste de dançar, tudo de diferente, tá em casa e aí vem aquela loucura assim "Vamos fazer alguma coisa", e tem que dar aquele estalo, então assim, isso é muito difícil. Então o cara um dia vai estar cansado, no outro dia vai ter que dormir cedo, tem que trabalhar, entendeu, tudo tem a sua hora. Então assim, é meio difícil. pra mim é. Desse jeito você não encontra não.

A sexualidade é sempre uma questão complexa, mas no caso da prostituta se torna ainda mais complexa pela submissão a diferentes hierarquias que determinam aquilo que é certo e o que é errado. Essas hierarquias se articulam com as visões de gênero e de trabalho, produzindo formas de opressão que são únicas. Além disso, oferecem possibilidades de questionamento, resistência e luta. Assim, dizer que a prostituta é submetida ao "sexo com estranhos" é não compreender as lógicas de recusa e os prazeres que perpassam essas relações. Por outro lado, não pretendemos dizer que não há formas de opressão, mas sim que essas são mais complexas do que pareceriam à primeira vista.

6. Considerações finais

A partir da presente pesquisa, ficou evidenciado para nós que estudar a prostituição não é um processo fácil, uma vez que é um mundo marcado por inúmeras contradições, preconceitos e entraves. Muitas vezes, acabamos por cair em armadilhas que nos impediam de ver a realidade e escutar aquilo que nos contava. Em discursos teóricos, políticos ou institucionais, a idéia de quem era a prostituta e qual era sua situação se encontravam prontas e disfarçadas sob uma aparente naturalidade. Assim, nos vimos presos em discursos prontos e fechados que tentavam polarizar a prostituição como algo sempre negativo ou sempre positivo, o que nos impedia de perceber que, na verdade, é marcada por contradições e por sentidos que se afastam muito desta visão bipolar. Tentamos fugir dessas ciladas e voltar o olhar e a escuta atenta para as mulheres e para a sua experiência, mas é importante destacar que em algumas ocasiões isso foi quase impossível. Apesar dessa dificuldade, cada fala das entrevistadas levava a novas reflexões, idéias e concepções e se abria um novo e intrigante mundo tornando este estudo algo sempre intrigante.

O mundo que se abriu por esse contato não é de forma alguma banal ou facilmente apreendido, possuindo faces diversas e por vezes contraditórias. A diversidade nos obrigou a realizar algumas escolhas. Embora cientes da ampla gama de formas de subordinação e de enfrentamento que poderiam ser abrangidas, optamos por fazer um recorte focado nos aspectos ligados ao trabalho, ao gênero e à sexualidade. Assim, foi buscada uma construção teórica que permitisse a compreensão da forma como cada um desses pontos está ligado a uma construção hierárquica específica. Visamos levantar as diferentes formas de subalternização e também os modos de politização das relações que têm sido usados pelas prostitutas, que resistem e questionam essas hierarquias.

As hierarquias de gênero atuam produzindo desigualdades entre homens e mulheres e entre mulheres boas e más. São construídos ideais que definem formas

como homens e mulheres "são" e acredita-se assim no mito de uma essência feminina (BEAUVOIR, 1980) ou de um instinto materno (CHAUI 1985), por exemplo, que são naturalizadas. Na tentativa de romper com essas visões, as feministas se uniram em torno de uma "categoria mulheres" (BUTLER, 2033) que buscava representar a todas, mas acabava por excluir, por exemplo, as prostitutas. As prostitutas foram mais uma vez vistas como mulheres escravizadas, que deveriam ser salvas, visão essa que é fundamental na definição de lugares diferenciados para mulheres "boas" e "más", disciplinando as primeiras e rechaçando as segundas (KEMPADOO, 1998; JULIANO, 2004). A estigmatização das prostitutas garante que as demais mulheres ajam de acordo com as normas, evitando o risco de serem consideradas desviantes (JULIANO, 2005). Essa separação entre as mulheres foi um ponto muito presente na fala das nossas entrevistadas, que se dizem, por exemplo, boas mães de família ou mulheres respeitáveis, mesmo que trabalhem como prostitutas. Muitas vezes, afirmam ser, inclusive, mais dignas do que outras mulheres que não se prostituem, indicando que não é este o único fator que define sua identidade. Por outro lado, essas crenças apontam que também possuem uma visão bipolar em que as mulheres podem ser "putas" ou "santas".

A sexualidade, apesar de ser vista constantemente como algo natural, na verdade é ligada ao contexto social e cultural (FOUCAULT, 1988; WEEKS, 1995; RUBIN, 1984) e também possui suas lógicas próprias de opressão, que não se resumem à repressão, mas abrangem também a instigação e a intensificação (FOUCAULT, 1988), e que podem ser questionadas e modificadas em lutas por significados (WEEKS, 1995). Uma vez que a sexualidade ocupa um importante papel na vida dos sujeitos, é fundamental entender a forma como engendra injustiças eróticas e opressões sexuais (RUBIN, 1984). Nesta pesquisa ficou claro, por exemplo, que o sexo muitas vezes é visto como algo negativo e avaliado por uma escala distorcida (RUBIN, 1984), que leva a uma visão da prostituição como sendo intrinsecamente ruim e potencialmente danosa.

Apesar da necessidade de compreender separadamente a lógica de opressão da sexualidade e de gênero (RUBIN, 1984), ficaram evidentes nesta pesquisa as constantes articulações entre essas. Exemplo disso é a forma como a sexualidade feminina é vista como sempre vinculada à expressão da intimidade e do amor

(KEMPADOO, 1998) e como o sexo com o cliente e o prazer nesse são vistos muitas vezes como perversão ou como prejudiciais à mulher. Assim, nossas entrevistadas contam que mulheres que gostam de fazer sexo com freqüência ou que apreciam práticas que ocupam lugares desvalorizados na hierarquia sexual (RUBIN, 1984), como os atos masoquistas, relatam que só conseguem buscar essas formas de satisfação na prostituição e que muitos homens não aceitariam uma mulher assim.

Outro ponto importante é que a prostituição muitas vezes não é considerada um trabalho. Essa noção é associada também às hierarquias de sexualidade e gênero. Assim, considera-se que não é possível que alguém procure um trabalho tão degradante e desumano e que só pode ter sido obrigada a fazê-lo. A desvalorização da prostituição como forma válida de trabalho acaba por levar a novas estigmatizações, como a noção de que são "vagabundas" ou de "vida fácil", e também por colocar essas mulheres em situações de violência e de negação de direitos que são assegurados aos demais trabalhadores.

Cada uma dessas formas hierárquicas atua por lógicas próprias produzindo diferentes opressões. Podemos perceber, então, que a prostituição é desvalorizada como trabalho, as prostitutas como mulheres, pelas lógicas de gênero, e como depravadas, pelas práticas sexuais. Contudo, essas hierarquias não são independentes, unindo-se e originando formas de opressão diversificadas e que não são a mera soma das demais (CASTRO, 1992). Desse modo, a crença que se tem de que as mulheres são "putas" ou "santas", por exemplo, pode levar a maneiras completamente diferentes de vivenciar e significar a sexualidade e o prazer. Por outro lado, o prazer pode atuar de modo a desvalorizar a prostituição como um trabalho. Além disso, essas subalternizações se articulam com outras, que não são abordadas neste texto, como classe, raça e geração.

Dizer que existem inúmeras formas de opressão, contudo, não equivale a dizer que a prostituição é algo intrinsecamente ruim e tem que ser eliminado. É antes afirmar que essas hierarquizações operam de modo a produzir desigualdades que transformam, muitas vezes, essa ocupação em algo negativo, interferindo inclusive na forma como as mulheres percebem a si mesmas e ao seu trabalho. Agem também sobre as visões que a "sociedade" tem desses. Assim, as hierarquias

produzem preconceitos e discriminações e esses, por sua vez, atuam impedindo a conquista de direitos em diferentes esferas. A ação coletiva muitas vezes é dificultada por idéias de que essas mulheres devem ser resgatadas ou por noções de que não podem se colocar publicamente (tanto para não tornar pública sua ocupação quanto por não se sentirem merecedoras de tal direito). Assim, as hierarquias de trabalho, gênero e sexualidade são fundamentais também à compreensão da forma como essas mulheres têm politizado as relações sociais, tornando-as conflituosas pelo estabelecimento de antagonismos (MOUFFE, 1988).

As hierarquias são tão profundamente arraigadas que as próprias mulheres têm dificuldades em questioná-las. Destarte, muitos dos questionamentos têm ocorrido em situações cotidianas, em que se fazem perguntas e compartilham experiências. Ao tentar se definir, as prostitutas se colocam como mães e prostitutas, questionando a presença das categorias dicotômicas. Assim, ser prostituta não implica em ser imoral ou desonesta, como se poderia pensar. Por vezes afirmam que não é porque são prostitutas que sejam sujas ou que não tenham família. Uma delas, ao ser chamada de pervertida, disse "Eu sou mãe, eu pago as minhas contas!". Nessa afirmação, observa-se o peso dado à dicotomia puta/santa, sendo que, durante esse questionamento, a mulher coloca exatamente que o fato de ser prostituta não implica em determinado tipo de identidade, questionando a naturalização. Além disso, a profissional do sexo em questão destaca o fato de que paga as suas contas, o que a coloca como trabalhadora. Contudo, esse debate não costuma ser colocado publicamente, principalmente devido às conseqüências negativas que poderia ter sobre a vida dessas mulheres, sofrendo preconceitos e violências. Assim, ocorrem prioritariamente nos espaços invisibilizados, nos quais há uma tentativa de reconstrução dessas categorias pelas mulheres. A ocorrência do debate nesses espaços invisíveis ou de latência não é algo negativo, mas fundamental como forma de construção de significados e de códigos, permitindo que sejam estabelecidos laços de solidariedade (MELUCCI, 1994)

A politização das relações tem ocorrido também em ações institucionais e direcionadas, como os projetos, em que algumas identidades e relações tidas como naturais e imutáveis estão sendo postas em xeque e sendo, aos poucos, democratizadas. Nesse sentido, o movimento organizado de prostitutas,

representado a nível nacional pela RBP, tem tido um papel fundamental, ditando pautas e ações. Outro ponto fundamental foi o surgimento da AIDS, que permitiu uma maior visibilidade dos grupos atingidos e também que esses participassem de disputas por recursos materiais e simbólicos (MELUCCI, 1996). Assim, a AIDS foi importante por oferecer condições materiais, psicossociais e políticas que permitissem a emergência de ações coletivas (PRADO, 2002). Em Belo Horizonte, o movimento de prostitutas tem se unido também na luta contra a revitalização do Centro da cidade, que tem permitido a delimitação de fronteiras e a formação de um "nós" que se percebe como sendo impedido de realizar suas demandas sociais (PRADO, 2002).

Apesar dos questionamentos estarem presentes em vários momentos, muitas vezes percebemos que as prostitutas adotam as categorias essencializadas e se colocam como inferiores. Por vezes, afirmam que "não dá para confiar em puta" ou que "puta é tudo igual", desqualificando-se pelo fato de serem prostitutas. Outra questão é que, em alguns momentos, excluem-se dessa categoria estigmatizada, ao afirmar que prostitutas não são honestas, mas que "não é prostituta" e está trabalhando com isso temporariamente (mesmo que esse "temporariamente" dure, no caso de algumas delas, mais de vinte anos). Nesses momentos, pode-se perceber que não consideram que são prostitutas, mas que estão prostitutas, o que tolhe o processo de constituição de um "nós", uma vez que não se sentem pertencentes a esse grupo (PRADO, 2002).

A desconstrução das identidades essências e o estabelecimento da diversidade das relações sociais têm se mostrado fundamentais a qualquer projeto de igualdade e de liberdade (MOUFFE, 1996). Esse ponto ficou bastante evidente nesta pesquisa, em que se percebeu a grande necessidade de democratização das relações em torno da prostituição. Percebemos que ao invés de buscar resgatar ou curar essas mulheres, o que precisamos é pensar em meios que permitam a ampliação dos campos a serem democratizados. É necessária uma democratização que não fique apenas no âmbito mais público, mas que torne possível a politização inclusive das relações tidas como privadas. É preciso debater o sexo, o gênero, o trabalho, entre tantas outras categorias, de forma a permitir que as relações em que as prostitutas se inserem possam ser assentadas em bases mais democráticas. Assim, será

possível repensar os direitos de forma mais ampla, que atinja os diferentes níveis das relações. Para se pensar nessas democratizações, é fundamental ter as prostitutas como protagonistas deste processo. Não basta tentarmos inferir os direitos que querem e que merecem, é preciso ouvi-las com atenção e cuidado e estabelecer um diálogo constante.

Por fim, vale dizer que estudar a prostituição foi um desafio que está longe de ter chegado ao seu final. Para conseguir atingir esses objetivos democráticos seria fundamental que novos trabalhos fossem desenvolvidos de forma a ampliar a compreensão das hierarquias. É preciso pensar em como a pertença a uma classe ou uma raça, por exemplo, pode interferir nesse processo. Esses pontos são essenciais, principalmente se levamos em consideração o grande volume de mulheres negras e pobres que se prostituem. Outro ponto fundamental que poderia ser discutido mais a fundo em pesquisas futuras é a questão do prazer na prostituição. Esse ponto apareceu constantemente nesta pesquisa e, a meu ver, é fundamental a uma compreensão que não se fixe apenas nas idéias de exploração e de sofrimento, mas que atinja outros níveis.

7. Referências bibliográficas

ALVES, I. Hipercentro espera a modernidade: Projeto da PBH prevê divisão da região central da capital em diferentes corredores, para incentivar turismo, cultura e negócios. Plano tira da gaveta antigas propostas. Estado de Minas, Belo Horizonte, de outubro. 2007. Disponível em: http://www.iepha.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=370&Itemid=156. Acessado em: 29 de novembro de 2007.

ALVES, I. Hipercentro à espera de investimentos: Plano de reabilitação é lançado, com 64 propostas: reformas dos entornos da Praça Raul Soares e do Mercado Central estão garantidas. Parcerias são fundamentais para a PBH. Estado de Minas, Belo Horizonte, 19 de outubro. 2007. Disponível em: <a href="http://www.iepha.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=373<emid=156">http://www.iepha.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=373<emid=156. Acessado em: 30 de novembro de 2007.

AMOCAVIM. 2007. Site da Associação dos Moradores do Condomínio e Amigos da Vila Mimosa. Disponível em http://www.vilamimosa.com.br/. Acessado em 10 de setembro de 2007

ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. 2007. Site da Arquidiocese de Belo Horizonte. Disponível em < http://www.arquidiocese-bh.org.br/pastorais/pastmulher.asp >. Acessado em 13 de outubro de 2007.

AZERÊDO, S et AL. *Puta Sedução*: pesquisa-ação feminista com prostitutas na Zona de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1997. Relatório de Pesquisa.

BARBOSA, R; VILELA, W. A trajetória feminina da AIDS. In: PARKER, R.; GALVÃO, J (orgs.). *Quebrando o silêncio:* mulheres e AIDS no Brasil. Rio de Janeiro: Relumé-Dumará: ABIA: IMS/UERJ. 1996. P. 17-32.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Traduzido por Sérgio Milliet. 10ª Impressão. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980. 2 volumes. Título do original: Le deuxième sexe (1949).

BEIJO DA RUA. 2007. Versão on-line do jornal "Beijo da Rua". Disponível em http://www.beijodarua.com.br. Acessado em 12 de setembro 2007

BINDMAN, J. Trabajadoras/es del sexo, condiciones laborales y derechos humanos: problemas "típicos" y protección "atípica". In: OSBORNE, R (Ed.). *Trabajadoras Del sexo*: derechos, migraciones y tráfico en el siglo XXI. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2004. Cap. 4, p. 99-111.

BLEE, K; TAYLOR, V. Semi-structured interviewing in social movements research. In: KLANDERMANS, B.; STAGGENBORG, S. *Methods of Social Movement Research*. Minneapolis: University fo Minnesota Press, 2002. Volume 16 *Social Movements, Protest, and Contention*.

BRAGA, E. Zona Boêmia da Guaicurus pode perder seu espaço: prefeitura quer requalificar tradicional rua; área deve ser transformada em eixo cultural. O Tempo, Belo Horizonte, 4 de novembro. 2007. Disponível em: http://www.iepha.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=394&Itemid=156. Acessado em: 28 de novembro de 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de DST e AIDS. Profissionais do sexo: documento referencial para ações de prevenção das DST e da AIDS / Secretaria de Políticas de Saúde, Coordenação Nacional de DST e AIDS – Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 11.106 de março de 2005. Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal e dá outras providências.Brasília, DF, 28 mar. 2005. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11106.htm >

BUTLER, J. Bodies that matter: on the discursive limits of sex. New York and London: Routledge, 1993.

BUTLER, J. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Título do original: Gender Trouble: Feminism and the subversion of identity (1990).

CÂMARA DOS DEPUTADOS. 2007. CCJ rejeita projeto que legaliza a prostituição. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/internet/homeagencia/materias.html?pk=113258 Acessado em 7 de novembro de 2007.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. 2006. Regras para votação em plenário. Disponível

http://www2.camara.gov.br/processolegislativo/fluxo/plTramitacao/plPlenario/conteudoFluxo/05.html/?searchterm=plenario. Acessado em 7 de novembro de 2007.

CASTILHO, E.; CHEQUER, P. Epidemiologia do HIV/AIDS no Brasil. In: PARKER, R. (org). *Políticas, instituições e AIDS:* enfrentando a epidemia no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/ABIA, 1997. P. 17-42.

CASTRO, M. Alquimia de categorias sociais na produção de sujeitos políticos. *Revista Estudos Feministas,* Rio de Janeiro, ano 0, 2º semestre, 1992, p. 57-73.

CHAPKIS, W. *Live, sex, acts:* Women performing erotic labor. New York: Routledge, 1997.

- CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. *Perspectivas Antropológicas da mulher*, Rio de Janeiro, 1985. n. 4, p. 23-62.
- CICOUREL, A. Teoria e método em pesquisa de campo. In: GUIMARÃES, A. (Sel.). *Desvendando Máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. p. 87-121
- COMPLEXO DE DIVERSÕES GUAICURUS. 2008. Mapa geral do CDG. Disponível em: < http://guaicurus.blogspot.com/>. Acesso em: 10 fevereiro de 2008.
- DAMASCENO, E. 2003. Projeto de lei 2169/2003. Disponível em < http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=136127>. Acessado em 20 de agosto de 2007.
- DAVIDA. 2007. Site da "Davida: Prostituição, Direitos Civis e saúde. Disponível em http://www.davida.org.br/. Acessado em 10 de julho de 2007.
- DOEZEMA, J. Forced to Choose: Beyond the Voluntary v. Forced Prostitution Dichotomy. In: KEMPADOO, K.; DOEZEMA, J. (Ed). *Global Sex Workers*: Rights, Resistance, and Redefinition. New York and London: Routledge, 1998. Cap. 1, p. 34-50.
- DOM DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO. Prefeitura investe na requalificação da Praça da Estação. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte, 21 de novembro. 2003. Disponível em: http://bhz5.pbh.gov.br/dom2003.nsf/domgeral/B252138794B3B81683256DE40068 A617?OpenDocument>. Acessado em: 28 de novembro de 2007.
- DOM DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO. Prefeitura lança programa Centro Vivo para melhorar qualidade de vida na capital. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte, 14 de janeiro. 2004. Disponível em: http://bhz5.pbh.gov.br/dom2004.nsf/domgeral/62315183685F8CE583256E1A006F36C9?OpenDocument Acessado em: 29 de novembro de 2007.
- DOM DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO. Mais segurança e qualidade de vida: presidente da Câmara Municipal aprova iniciativas do executivo. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte, 15 de janeiro. 2004. Disponível em: http://bhz5.pbh.gov.br/dom2004.nsf/domgeral/12A5CDF11C92C8CB83256E1B006F1099?OpenDocument>. Acessado em: 29 de novembro de 2007.
- DOM DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO. Revitalização do centro reúne vários segmentos. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte, 12 de março. 2005. Disponível em: http://bhz5.pbh.gov.br/dom2005.nsf/domgeral/579F7A7978AED0A583256FC1007BF217?OpenDocument. Acessado em: 29 de novembro de 2007.
- DOM DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO. Segurança no hipercentro preocupa vereadora Elaine Matozinhos. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte, 13 de julho. 2005. Disponível em: http://bhz5.pbh.gov.br/dom2005.nsf/domgeral/37BBA2AFB8C05B378325703C0072F0E5?OpenDocument>. Acessado em: 29 de novembro de 2007.

- DOM DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO. Prefeitura e sociedade debatem revitalização do hipercentro da capital. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte, 12 de setembro. 2006. Disponível em: http://bhz5.pbh.gov.br/dom2006.nsf/domgeral/34CB20C283C1E27F832571E70000 FCA7?OpenDocument>. Acessado em: 29 de novembro de 2007.
- DOM DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO. Plano Diretor do hipercentro de BH será debatido durante audiência pública na Câmara Municipal. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte, 26 de maio. 2007. Disponível em: http://bhz5.pbh.gov.br/dom.nsf/domgeral/F4BE9710EDED235C832572E6007FB99F?OpenDocument . Acessado em: 30 de novembro de 2007.
- DOM DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO. Revisão da legislação vai beneficiar Plano Diretor do hipercentro. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte, 29 de maio. 2007. Disponível em: http://bhz5.pbh.gov.br/dom.nsf/domgeral/95EF78BA6A3C26BB832572E9007D905 A?OpenDocument>. Acessado em: 30 de novembro de 2007.
- DOM DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO. Plano para hipercentro é apresentado pela prefeitura em reunião de fórum permanente. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte, 23 de agosto. 2007. Disponível em: http://bhz5.pbh.gov.br/dom.nsf/domgeral/678DC26A4FCCF3210325733F008380FF ?OpenDocument>. Acessado em: 30 de novembro de 2007.
- DOM DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO. Plano identifica vocações da região dos mercados, da rodoviária e do Bulevar Arrudas. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte, 19 de outubro. 2007. Disponível em: http://bhz5.pbh.gov.br/dom.nsf/domgeral/A724C78E43A69D4883257378007DF848 ?OpenDocument>. Acessado em: 30 de novembro de 2007.
- DOM DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO. Prefeitura apresenta plano de reabilitação do hipercentro: projeto define diretrizes, obras e projetos sociais para melhor uso da região. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte, 19 de outubro. 2007. Disponível em:
- http://bhz5.pbh.gov.br/dom.nsf/domgeral/3C81894938C4949083257378007A83C4? OpenDocument>. Acessado em: 30 de novembro de 2007.
- DOM DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO. Revitalização do hipercentro chega nas ruas São Paulo e Guaicurus. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte, 23 de novembro. 2007. Disponível em: http://bhz5.pbh.gov.br/dom.nsf/d16728ce9928d47503256722006e9442/26be9a6be e836f648325739b006dee51?OpenDocument>. Acessado em: 30 de novembro de 2007.
- ENGEL, M. *Meretrizes e doutores:* Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- FARIAS, M.; DIMENSTEIN, M. Configurações do ativismo anti-AIDS na contemporaneidade. *Psicologia em estudos*, Maringá, v. 11, n. 1, p. 165-174, jan./abr. 2006.

FERREIRA, M. 2007. Voto em separado do Projeto de lei 98/2003. Disponível em < http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=375809>. Acessado em 7 de novembro de 2007.

FONSECA, C. A dupla Carreira da Mulher Prostituta. *Revista Estudos Feministas*. Ano 4, n. 1, p. 7-33, 1996. Disponível em: < http://www.portalfeminista.org.br/artigo.phtml?obj_id=807>. Acesso em 07 de fevereiro de 2007.

FREITAS, R. *Bordel, bordéis:* negociando identidades. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1:* A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 18ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. Título original: Histoire de la sexualité 1: la volonté de savoir.

GABEIRA, F. 2003. Projeto de lei 98/2003. Disponível em < http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=104691>. Acessado em 20 de agosto de 2006.

GALVÃO, J. As respostas das organizações não-governamentais brasileiras frente à epidemia da de HIV/AIDS. In: PARKER, R. (org). *Políticas, instituições e AIDS:* enfrentando a epidemia no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/ABIA, 1997a. P. 67-108.

GALVÃO, J. As respostas religiosas frente à epidemia da de HIV/AIDS. In: PARKER, R. (org). *Políticas, instituições e AIDS:* enfrentando a epidemia no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/ABIA, 1997b. P. 109-134.

GARAIZABAL, C. ONG y derechos humanos: la experiencia de Hetaira. In: OSBORNE, R (Ed.). *Trabajadoras Del sexo*: derechos, migraciones y tráfico en el siglo XXI. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2004. Cap. 3, p. 85-95.

GOLDENSTEIN, D. O lugar da mulher no discurso sobre AIDS no Brasil. In: PARKER, R.; GALVÃO, J (orgs.). *Quebrando o silêncio:* mulheres e AIDS no Brasil. Rio de Janeiro: Relumé-Dumará: ABIA: IMS/UERJ, 1996. P. 137-152.

GOMES, A. 2007. Projeto de lei 1405/2007. Disponível em < http://www.cmbh.mg.gov.br/images/stories/secren/julho07/pl14500001.pdf>. Acessado em 20 de novembro de 2007.

GUIMARÃES, K. Nas raízes do silêncio: a representação cultural da sexualidade feminina na prevenção do HIV/AIDS. In: PARKER, R.; GALVÃO, J (orgs.). *Quebrando o silêncio:* mulheres e AIDS no Brasil. Rio de Janeiro: Relumé-Dumará: ABIA: IMS/UERJ, 1996. P. 89-113.

JULIANO, D. El peso de la discriminación debates teóricos y fundamentaciones. In: OSBORNE, R (Ed.). *Trabajadoras Del sexo*: derechos, migraciones y tráfico en el siglo XXI. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2004. Cap. 1, p. 43-55.

JULIANO, D. El trabajo sexual en La mira: Polémicas y stereotipos. *Cadernos Pagu*, n. 25, 2005. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000200004&Ing=pt&nrm=iso >. Acesso em 10 de março de 2006.

KEMPADOO, K. Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. *Cadernos Pagu*, n. 25, 2005. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000200003&Ing=pt&nrm=iso >. Acesso em 10 de março de 2006.

KEMPADOO, K. Introduction: Globalizing Sex Workers' Rights. In: KEMPADOO, K.; DOEZEMA, J. (Ed.). *Global Sex Workers*: Rights, Resistance, and Redefinition. New York and London: Routledge, 1998. p. 1-28.

KULICK, D. La Penalización de Los clientes y La "política Del ahhjjj" en Suecia. In: OSBORNE, R (Ed.). *Trabajadoras Del sexo*: derechos, migraciones y tráfico en el siglo XXI. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2004. Cap. 13, p. 223-236.

LEITE, G. Eu, mulher da vida. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

LIM, L. El sector del sexo: la contribución económica de una industria. In: OSBORNE, R (Ed.). *Trabajadoras Del sexo*: derechos, migraciones y tráfico en el siglo XXI. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2004. Cap. 2, p. 57-83.

MACEDO, A; AMARAL, A. *Dicionário da crítica feminista*. Porto: Edições Afrontamento, 2005.

MAGALHÃES NETO, A. 2005. Parecer do relator sobre Projeto de lei 98/2003. Disponível em < http://www.camara.gov.br/sileg/integras/308020.pdf>. Acessado em 23 de agosto de 2007.

MAY, T. *Pesquisa Social*: questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MAYORGA, C. *Otras identidades*: mujeres, inmigración y prostitución. Tesis doctoral. Universidad Complutense de Madrid, Madrid, España, 2007.

MCKEGANEY, N; BARNARD, M. Sex work on the streets: prostitutes and their clients. Buckingham: Open University Press, 1996.

MEDEIROS, R. O Bonfim da prostituição: a presença ambivalente do outro. In: MEDEIROS, R (Org.). *Permanências e Mudanças em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. p. 49-112.

MEDEIROS, R. *Fantasías y Realidad en La Prostitución*: SIDA, Prácticas Sexuales y Uso de Preservativos. Barcelona: Imprenta LUNA, 2001.

MELUCCI, A. *Challenging codes*: Collective action in the information age. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. .

MELUCCI, A. A strange kind of newness: what's "new" in new social movements?. In: LARANA, E; JOHNSTON, H; GUSFIELD, J (Ed.). *New social Movements*: from ideology to identity. Filadélfia: Temple Un. Press, 1994.

MENDES, J. Perguntar e Observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas. *Oficinas on line*. www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/oficina.php>. Acessado em 27 de março de 2007. Lisboa, 2003.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. 2008. CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) Profissionais do sexo. Disponível em: < http://www.mtecbo.gov.br/busca/descricao.asp?codigo=5198> Acessado em 10 de junho de 2008.

MORAES, A. *Mulheres da Vila*: Prostituição, identidade social e movimento associativo. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

MOUFFE, C. Hegemony and new political subjects: toward a new concept of democracy. In: NELSON, C.; GROSSBERG, L (Org). *Marxism and the interpretation of culture*. Chicago: University of Illinois Press, 1988.

MOUFFE, C. O regresso do político. Lisboa: Gradiva, 1996.

MUSA. 2007. Site do "MUSA: Mulher e Saúde. Disponível em < http://www.musa.org.br/>. Acessado em 16 de setembro de 2007.

NAVARRO-SWAIN, T. Figuras de mulher em Simone de Beauvoir: a mãe, a prostituta. *Caderno Espaço Feminino*, v. 11, n. 14, p. 43-58, 2004. Disponível em: < http://www.portalfeminista.org.br/CEF/PDF/v11n14/Navarro_Swain >. Acesso em 13 de agosto de 2007.

NEP. 2006. Site do NEP: Núcleo de Estudos Sobre a Prostituição. Disponível em http://www.neppoa.hpg.ig.com.br/index.htm. Acessado em 13 de dezembro de 2006.

OSBORNE, R. *La construcción sexual de La realidad*: Un debate en La sociología contemporánea de La mujer. 2ª Edición. Madrid: Ediciones Cátedra, 2002.

PAIXÃO, F. Revitalização do hipercentro prioriza pedestres: Plano lançado pela prefeitura inclui 64 ações, como ampliação de faixa exclusiva de ônibus e requalificação da Guaicurus. O Tempo, Belo Horizonte, 19 de outubro. 2007. Disponível em: <a href="http://www.iepha.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=373<emid=156">http://www.iepha.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=373<emid=156. Acessado em: 30 de novembro de 2007.

PALMERO, M. *Teoría Feminista Contemporánea*: Una aproximación desde La ética. Madrid: Editorial Complutense, 2001.

PARKER, R.; GALVÃO, J. Introdução. In: PARKER, R.; GALVÃO, J (orgs.). *Quebrando o silêncio:* mulheres e AIDS no Brasil. Rio de Janeiro: Relumé-Dumará: ABIA: IMS/UERJ, 1996. P. 7-15.

PARKER, R. Introdução. In: PARKER, R. (org). *Políticas, instituições e AIDS:* enfrentando a epidemia no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/ABIA, 1997. P. 7-15.

PBH anuncia fim da Zona Boêmia. Estado de Minas, Belo Horizonte, 27 de novembro. 2007. Disponível em: http://www.iepha.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=421&Itemid=156. Acessado em: 30 de novembro de 2007.

PEREIRA, C. Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX. *Cadernos Pagu*, n. 25, 2005. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 de março de 2006.

PISCITELLI. Apresentação: gênero do mercado do sexo. *Cadernos Pagu*, n. 25, 2005. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000200001&Ing=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 de março de 2006.

PRADO, M. Psicologia Política e Ação Coletiva. *Revista Psicologia Política*, 1(1), 2001. P. 149-170.

PRADO, M (2002). Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*. Belo Horizonte, PUC/Minas, v. 8, n.11, p. 59-71.

QUEIROZ, M. Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva. São Paulo: T A Queiroz, 1991

RAGO, M. *Do cabaré ao lar:* a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.

REBOREDO, L. *Da serialidade à institucionalização*: um estudo do movimento de um grupo que se afirma e se nega na (des) construção do ser favelado. Tese de doutorado. São Paulo: PUCSP, 1992.

REDE BRASILEIRA DE PROSTITUTAS. 2008. Site da Rede Brasileira de Prostitutas. Disponível em http://www.redeprostitutas.org.br/index.swf. Acessado em 13 de junho de 2008.

REZENDE, C. Hipercentro repaginado. Hoje em Dia, Belo Horizonte, 19 de outubro. 2007. Disponível em: http://www.iepha.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=373&Itemid=156. Acessado em: 30 de novembro de 2007.

ROBERTS, N. As prostitutas na história. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1998

RUBIN, G. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: ABELOVE, H., BARALE, M., HALPERIN, D. (eds.). *The lesbian and gay studies reader.* New York: Routledge, 1984.

SOARES, L. *Rameiras, ilhoas, polacas...* A prostituição no Rio de Janeiro no século XIX. São Paulo: Editora Ática, 1992.

SZTOMPKA, P. A sociologia da mudança social. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

TEIXEIRA, P. Políticas públicas em AIDS. In: PARKER, R. (org). *Políticas, instituições e AIDS:* enfrentando a epidemia no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/ABIA, 1997. P. 43-68.

TEJERINA, B. Movimientos sociales, espacio público y ciudadanía: los caminos de la utopía. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, 67-97, 2005.

VIANNA, A; LACERDA, P. *Direitos e políticas sexuais no Brasil:* o panorama atual. Rio de Janeiro: CEPESC, 2004.

WEEKS, J. *Invented moralities*: sexual values in an age of uncertainty. Cambridge: Polity press, 1995.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G (Org.). *O corpo educado*: pedagogia da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 35-82.

WEEKS, J. The invention of sexuality. In: PLUMMER, K (ed). *Sexualities:* critical concepts in sociology. London and New York: Routledge, 2002. Volume II – Some elements for an account of the social organization of sexuality. Chapter 24, 7-21.

WIJERS, M. Delincuente, victima, mal social o mujer trabajadora: perspectivas legales sobre la prostitución. In: OSBORNE, R (Ed.). *Trabajadoras Del sexo*: derechos, migraciones y tráfico en el siglo XXI. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2004. Cap. 12, p. 209-221.

ZALUAR, A. *A máquina e a revolta*: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

8. Anexos

8.1. Roteiro para entrevistas com prostitutas

1 - Perfil

- Nome (pode ser real, de batalha ou outro)
- Idade
- Estado civil (e há quanto tempo)
- Filhos (quantos e idade)
- Naturalidade e cidade em que reside
- Com quem mora
- Escolaridade
- Ocupação (principal e secundárias)
- Renda mensal aproximada
- Religião (se possui e qual)

2 - Prostituição

Trabalho

- Há quanto tempo batalha
- Principal local de batalha
- Horário de trabalho
- Preço médio do programa
- Número de programas por dia
- Preço da diária / aluguel do quarto
- Aspectos positivos e negativos do trabalho
- Já batalhou em outros lugares? Quais? Principais diferenças?
- Profissão declarada
- Em quais situações e para quais pessoas declara que é prostituta?
- Qual a reação mais comum quando faz isso?
- Para você, o que é prostituição (definir)
- Para você, o que é ser prostituta (definir)

Legislação / Projeto de lei Gabeira / CBO

- O que sabe a respeito da legislação sobre prostituição (se é legal, se as casas de prostituição são legais e etc.)
- Acha que a prostituição deveria ser legal? Por quê?
- Acha que os gerentes/empresários/casas deveriam ser legais? Por quê?
- Acha que as prostitutas deveriam ter acesso a algum direito trabalhista?
 Qual? Por quê?
- Quais outros direitos as prostitutas deveriam ter?
- Como a legislação poderia assegurar estes direitos das profissionais do sexo?

3 - Violência

Agressão verbal / discriminação / preconceito

- Já sofreu algum tipo de discriminação por ser prostituta?
- Como foi (qual situação, quem discriminou, o que a pessoa fez)?
- Como reagiu?
- Procurou (ou procuraria) alguma ajuda (de quem, de que forma, etc.)?

Violência física

- Já sofreu alguma violência física por ser prostituta?
- Como foi (qual situação, quem agrediu)?
- Como reagiu?
- Procurou (ou procuraria) alguma ajuda (de quem, de que forma, etc.)

4 – Grupos (responder perguntas para cada grupo)

- Conhece algum grupo formado por prostitutas ou que faz trabalhos com prostitutas? Qual?
- Como ficou sabendo da existência deste grupo?
- Quais você acha que são os objetivos deste grupo?
- Quais são os trabalhos desenvolvidos por este grupo?
- Participa de alguma atividade? Qual? Com qual frequência?
- O que te leva a participar destas atividades?
- Como avalia as atividades que são desenvolvidas (importância, pontos positivos e negativos, efeitos)
- Que tipo de trabalho deveria ser feito?
- Se deixou de participar ou nunca participou: por quê?

5 - Participação em manifestações públicas

- Já participou de alguma manifestação? Qual?
- Contar como foi (quem organizou, quem participou, onde foi)

- O que motivou a participar?
- Quais os efeitos desta manifestação
- Participaria de outras manifestações? Em qual situação?
- Se nunca participou, por quê?

8.2. Termo de consentimento livre e esclarecido

Você está sendo convidado/a para participar, como voluntário/a, em uma pesquisa. Pode decidir sem pressa se quer participar ou não. Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte ao responsável pelo estudo, Letícia Cardoso Barreto, qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido/a sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado/a de forma alguma. Se tiver dúvidas você pode entrar em contato com Letícia Cardoso Barreto pelo telefone ou e-mail informados abaixo.

Esclarecimentos sobre a pesquisa

Universidade Federal de Minas Gerais

Título do projeto: Prostituição e participação política

Orientador: Marco Aurélio Máximo Prado Pesquisadora: Letícia Cardoso Barreto

Telefone: 3313-1190 / 8807-5444

E-mail: leticiacardosobarreto@gmail.com

A pesquisa tem como objetivo estudar as relações entre prostituição e participação política no contexto de Belo Horizonte. Queremos saber as formas como as profissionais do sexo participam em diferentes grupos e locais e os fatores que facilitam ou dificultam esta participação. Estamos fazendo entrevistas com profissionais do sexo e com membros de diferentes grupos que desenvolvem trabalhos relacionados à prostituição de alguma forma.

Caso decida fazer parte desta pesquisa, você deverá responder a algumas perguntas, de acordo com o roteiro elaborado pelos pesquisadores. Se sentir constrangimento ao responder alguma das perguntas pode negar-se a fazê-lo ou pode resolver terminar a entrevista. O tempo da entrevista é variável e pode ser necessário que seja feita em mais de um dia, para reduzir os desconfortos dos entrevistados. A entrevista será gravada e transcrita e o material será usado para auxiliar na elaboração de uma dissertação de mestrado. A participação nesta pesquisa não produzirá benefícios diretos ao participante.

O texto produzido a partir das informações coletadas será publicado e ficará disponível para consultas. Como parte da entrevista poderá ser usada para posterior publicação na dissertação de mestrado da pesquisadora e em artigos científicos, você poderá optar por ter ou não o seu nome revelado.

A qualquer momento da pesquisa você poderá procurar os pesquisadores responsáveis para esclarecer possíveis dúvidas através dos contatos oferecidos acima.

Durante todo o processo da pesquisa, você terá direito de optar pelo término de sua participação e poderá retirar o seu consentimento. Neste caso, não haverá nenhum prejuízo para você.



Termo de consentimento livre e esclarecido

Eu,, RG ou
CPF, abaixo assinado, concordo em participa
como sujeito da pesquisa "Prostituição e participação política". Fui suficientemente
informado a respeito das informações que li, ou que foram lidas para mim, descrevendo o
estudo e discuti com Letícia Cardoso Barreto sobre a minha decisão em participar nesse
estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a
serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de
esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de
despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o mer
consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou
prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido. Declaro ainda que
recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido.
Local e data:
Assinatura do sujeito:

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

<u>Baixar</u>	livros	de	Adm	<u>iinis</u>	tra	ção

Baixar livros de Agronomia

Baixar livros de Arquitetura

Baixar livros de Artes

Baixar livros de Astronomia

Baixar livros de Biologia Geral

Baixar livros de Ciência da Computação

Baixar livros de Ciência da Informação

Baixar livros de Ciência Política

Baixar livros de Ciências da Saúde

Baixar livros de Comunicação

Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE

Baixar livros de Defesa civil

Baixar livros de Direito

Baixar livros de Direitos humanos

Baixar livros de Economia

Baixar livros de Economia Doméstica

Baixar livros de Educação

Baixar livros de Educação - Trânsito

Baixar livros de Educação Física

Baixar livros de Engenharia Aeroespacial

Baixar livros de Farmácia

Baixar livros de Filosofia

Baixar livros de Física

Baixar livros de Geociências

Baixar livros de Geografia

Baixar livros de História

Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura

Baixar livros de Literatura de Cordel

Baixar livros de Literatura Infantil

Baixar livros de Matemática

Baixar livros de Medicina

Baixar livros de Medicina Veterinária

Baixar livros de Meio Ambiente

Baixar livros de Meteorologia

Baixar Monografias e TCC

Baixar livros Multidisciplinar

Baixar livros de Música

Baixar livros de Psicologia

Baixar livros de Química

Baixar livros de Saúde Coletiva

Baixar livros de Serviço Social

Baixar livros de Sociologia

Baixar livros de Teologia

Baixar livros de Trabalho

Baixar livros de Turismo